

KARLA SIMONE WILLEMANN SCHÜTZ

**LEMBRANÇAS REVISITADAS: O LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL DA
UFSC E AS ENTREVISTAS DE SIMÃO WILLEMANN – MEMÓRIA E HISTÓRIA
ORAL EM SANTA CATARINA (1975-2013)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História do Tempo Presente (Linguagens e Identificações).
Orientadora: Professora Dra. Janice Golçalves

**FLORIANÓPOLIS
2015**

S3961

Schütz, Karla Simone Willemann

Lembranças revisitadas: o laboratório de história oral da UFSC e as entrevistas de Simão Willemann - memória e história oral em Santa Catarina (1975-2013) / Karla Simone Willemann Schütz. - 2015.

267 p. : il. ; 21 cm

Orientadora: Janice Gonçalves

Bibliografia: p. 241-251

Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em História, Florianópolis, 2015.

1. Santa Catarina - História. 2. História Oral - Santa Catarina. 3. Espaço e tempo. 4. UFSC. I. Gonçalves, Janice. II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Mestrado em História. III. Título.

CDD: 981.64 - 20.ed.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UDESC

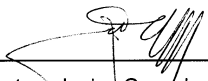
KARLA SIMONE WILLEMANN SCHÜTZ

Lembranças revisitadas: o Laboratório de História Oral da UFSC e as entrevistas de Simão Willemann - memória e história oral em Santa Catarina (1975-2013)

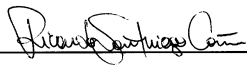
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca Julgadora:

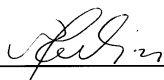
Orientadora:


Doutora Janice Gonçalves
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:


Doutor Ricardo Santhiago Corrêa
Universidade Federal Fluminense

Membro:


Doutora Marcia Ramos de Oliveira
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 22 de julho de 2015.

*A Analíria Willemann de Freitas, que me inspirou e de algum lugar
ainda segue a inspirar.*

Agradecimentos

Muitas pessoas compartilharam comigo o processo de feitura deste trabalho. Não digo que seria impossível realizá-lo sem elas; no entanto, se ausentes, este caminho seria mais comprido e tortuoso. É chegada a hora de agradecer:

Primeiro, ao meu avô, aquele que forneceu as bases nas quais a maior parte da dissertação esteve alicerçada. Também à minha avó, Dona Mica, sempre uma grande incentivadora.

Aos meus pais e irmã. Aos primeiros por serem sempre uma força motriz, fazendo tudo que estivesse ao seu alcance para que eu realizasse meus objetivos, e à segunda por sua pré-disposição em me ajudar, auxílio mais que importante durante minha trajetória para além do mestrado. A eles pelo imenso carinho também.

Não posso esquecer da turma de mestrado, colegas que foram fonte de momentos muito produtivos, mas também de episódios de descontração. Agradeço em especial à Mari, sempre disponível à me socorrer nas mais diversas situações. Colega que se transformou em amiga.

Às amigas e aos amigos de infância, especialmente a Ana Paula, Bruna e Luisa que, como mestrandas, dividiram comigo as conquistas e as angústias dessa jornada acadêmica.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), instituição financiadora dessa pesquisa, que durante vinte e quatro meses permitiu a minha dedicação integral e exclusiva à dissertação.

À professora Janice Gonçalves, orientadora atenciosa que, mesmo em meio ao seu cotidiano atribulado, arrumou tempo pra mim.

Por fim, ao Edu, namorado, amigo e psicólogo nas horas vagas. Aquele que me apoiou e consolou, mas também alertou quando necessário.

Mais uma vez, muito, muito obrigada a todas e a todos!

De certo modo, acho que sempre escrevemos sobre algo que não conhecemos, escrevemos para dar ao mundo não-escrito uma oportunidade de expressar-se através de nós. Mas, no momento em que minha atenção vagueia da ordem estabelecida das linhas escritas para a complexidade mutável que nenhuma frase consegue apreender totalmente, chego quase a entender que além das palavras há algo que as palavras poderiam significar.

Ítalo Calvino

Resumo

A dissertação busca identificar continuidades e descontinuidades dentro do campo da história oral, principalmente em Santa Catarina, entre 1975 e 2013, tendo como foco um empreendimento que se pautou nessa metodologia: o Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina – bem como a atuação do historiador Simão Willemann, tendo em vista sobretudo o acervo de fontes orais por ele constituído entre 1977 e 1978, presente em seu arquivo pessoal e em parte (transcrições de entrevistas) também naquele Laboratório. O primeiro capítulo procura situar o Laboratório de História Oral no cenário nacional do campo, problematizando este lugar em comparação com as experiências nessa área realizadas no âmbito do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea – CPDOC e buscando perceber as principais influências no empreendimento do Laboratório e suas atividades. Embasaram o capítulo as seguintes fontes: textos referenciais da história oral brasileira, periódicos (Revista Brasileira de História, Jornal Universitário da UFSC, Anais da ANPUH), entrevistas e documentação encontrada no arquivo do Laboratório de História Oral da UFSC. O segundo capítulo focaliza a pesquisa desenvolvida por Simão Willemann, trabalhando assim com as relações entre o oral e o escrito presentes nas transcrições das entrevistas por ele realizadas e também com os limites e possibilidades apresentados a este pesquisador. As principais fontes do capítulo, portanto, foram as gravações e transcrições das entrevistas realizadas por Willemann entre 1977 e 1978. O terceiro capítulo, por sua vez, revisita as memórias de pessoas que tiveram a oportunidade de vivenciar este momento de emergência da história oral junto à UFSC, e o seu posterior desenvolvimento, mais especificamente no que tange ao Laboratório de História Oral; neste capítulo, portanto, as entrevistas concedidas por essas pessoas são as fontes principais. A dissertação leva em conta os referenciais teórico-metodológicos da História do Tempo Presente e mobiliza, em seu desenvolvimento, categorias como memória, narrativa e testemunho.

Palavras-chave: História Oral, UFSC, Santa Catarina (estado), Simão Willemann, História do Tempo Presente.

Abstract

The dissertation seeks to identify continuities and discontinuities within the field of Oral History, especially in Santa Catarina, between 1975 and 2013, taking as its starting point an enterprise that was based on this methodology: the Oral History Laboratory of the Federal University of Santa Catarina; as well the role of historian Simão Willemann, especially in view of the oral sources collection he did between 1977 and 1978, present in his personal file and in part (interview transcripts) also in that laboratory. The first chapter seeks to situate the Oral History Laboratory at the national scenario, discussing this place compared to the experiences in the field carried out under the Research and Documentation Center for Contemporary History and seeking to realize the main influences in the undertaking of the Laboratory and its activities. The following sources based the chapter: reference texts of Brazilian oral history, journals (Brazilian Journal of History, University Journal of UFSC, Annals of ANPUH), interviews and documentation found in the archive of the Oral History Laboratory of UFSC. The second chapter focuses on the research conducted by Simão Willemann, working with the relationship between the oral and the written transcripts presented in the interviews carried out by him and within the limits and possibilities presented to this researcher. The main sources of the chapter were the recordings and transcripts of interviews conducted by Willemann between 1977 and 1978. The third chapter revisits the memories of people who had the opportunity to experience the rise of the oral history at UFSC, and its further development, specifically in regard to the Oral History Laboratory; in this chapter, therefore, the interviews given by these people are the main sources. The dissertation takes into account the theoretical and methodological framework of the History of the Present Time and mobilizes in its development categories such as memory, narrative and testimony.

Keywords: Oral History, UFSC, Santa Catarina (state), Simão Willemann, History of the Present Time.

Sumário

Introdução: Lembranças que vão (...) :	17
Capítulo 1: Uma “nova técnica” em cena	39
1.1 Memórias fortes e memórias débeis.....	39
1.2 Orientações e perspectivas.....	57
1.3 A “nova técnica” na UFSC	72
Capítulo 2: Percursos de Simão Willemann	89
2.1 Distanciamentos, aproximações: o oral e o escrito.....	93
2.2 As entrevistas de Simão e o “modelo” UFSC	137
Capítulo 3: A recordar: trajetórias, aproximações, afastamentos	167
3.1 A história oral da UFSC nas vozes de suas “testemunhas”.....	171
3.2 A história oral no presente e sob o olhar do Tempo Presente ...	206
Considerações Finais: (...) e lembranças que ficam	235
Referências	241
Gravações em áudio e transcrições de entrevistas	241
Documentos de arquivo	243
Publicações referenciais sobre história oral ou a ela relacionadas	243
Estudos sobre História, Memória e Narrativa	249
Apêndices	253
Apêndice I: Produção relacionada à história oral na Revista Brasileira de História (1981-1990)	253

Apêndice II: Entrevistas que constam do Catálogo do Laboratório de História Oral da UFSC de 1980	254
Apêndice III: Dissertações sobre Santa Catarina na área de História defendidas na UFSC que utilizaram a história oral (1978-1982)	262
Anexos	263
Anexo I: Notícia publicada no Jornal Universitário da UFSC...	263
Anexo II: Resenha publicada no Jornal Universitário da UFSC	264
Anexo III: Imagem do Cartão de Visitas de George P. Browne	265
Anexo IV: Imagem do Caderno de Anotações de Simão Willemann	266

Introdução: Lembranças que vão (...)

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. **Logo, com palavras.** Signos. Paisagens e telhas, com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (FEBVRE, 1989, p. 249. Grifo meu.)

Não é, de fato, incomum que muitas dissertações e teses nasçam da curiosidade que determinados temas provocam nos pesquisadores. A motivação desta dissertação não poderia ser diferente, mas ela surge, sobretudo, pelo estranhamento que provocaram os objetos de destaque deste trabalho – as entrevistas do historiador Simão Willemann, meu avô materno. O encontro com elas ocorreu ainda no curso de graduação em História, por meio de Analíria Willemann, filha de Simão Willemann, por consequência, minha tia. Naquele momento, Analíria tinha como intenção produzir algum tipo de

publicação com o material recolhido por seu pai, no entanto, problemas de saúde a impediram de concluir seu objetivo. Foi assim que estas entrevistas e outros materiais, como relatórios paroquiais e livros didáticos grafados em alemão foram a mim apresentados por ela. Caberia a mim, de alguma forma, dar um destino a estas fontes. Este primeiro momento acabou culminando no Trabalho de Conclusão de Curso. No entanto, ele não foi capaz de responder, ou preencher, muitos dos questionamentos e lacunas que permeavam estes indícios produzidos por Willemann.

Foi assim que as ideias amadureceram, as dúvidas se transformaram num problema de pesquisa e o arcabouço de fontes se ampliou, pois foram encontradas durante o processo de feitura do projeto de pesquisa, no fundo de um armário no escritório de Willemann, uma caixa contendo algumas das fitas cassetes originais das entrevistas, uma versão do projeto de pesquisa de Willemann, trabalhos que ele apresentou ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e ainda um caderno usado por ele para fazer anotações durante esse período. O que direcionou o objetivo do trabalho para a tentativa de compreender – sempre numa perspectiva comparativa com o presente – o *locus* acadêmico no qual estes objetos foram produzidos e quais as prerrogativas que regeram

o desenvolvimento da pesquisa desenvolvida por Willemann no final da década de 1970.

No Brasil, a história oral como técnica de pesquisa em História foi introduzida em meados da década de 1970. Trata-se do mesmo período em que Simão Willemann recolheu as já mencionadas entrevistas. Sendo assim, estas fontes orais, além de carregarem em seu interior as lembranças dos catorze senhores entrevistados por Willemann, são o produto de uma época e de um programa de pós-graduação com objetivos maiores que somente os da pesquisa por ele empreendida.

Foi no contexto de introdução da história oral no Brasil que a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) abriu as portas do seu Curso de Mestrado (desdobramento do Curso de Especialização em História desenvolvido nesta mesma instituição desde 1974)¹. Concomitantemente à formação de sua pós-graduação, o Departamento de História da UFSC adotou, então, novos percursos, que remetiam à produção de fontes pautadas na história oral, então entendida como uma técnica. Em 1975, ano em que o mestrado da UFSC se estabeleceu², também por iniciativa do Departamento de História, foi criado na mesma instituição o Laboratório de

¹ Boletim de Pessoal. Florianópolis: UFSC. Jun. 1974, p. 19.

² Boletim de Pessoal. Florianópolis: UFSC. Out. 1975, p. 18-19.

História Oral; naquele momento, os principais idealizadores desse projeto foram Walter Fernando Piazza, na época professor do Departamento de História da UFSC, e Carlos Humberto Pederneiras Corrêa que, orientado por Piazza, elaborou sua dissertação, publicada em forma de livro em 1978.

Simão Willemann, neste período, era aluno do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e foi, como discente, convidado a utilizar esta nova técnica dentro do campo historiográfico. Durante os anos de 1977 e 1978 ele recolheu catorze entrevistas que serviriam como fontes para a tessitura de sua dissertação de mestrado. Além dele, muitos outros pós-graduandos em História da UFSC fizeram parte do empreendimento, pioneiro em território brasileiro: a constituição de um laboratório que “fabricasse” fontes orais e as abrigasse em um acervo onde seriam guardadas e disponibilizadas à consulta.

Os depoimentos coletados por Willemann são produtos de determinado momento que hoje propõem um estranhamento, e é a partir deste, ou seja, da possibilidade de lançar sobre estas fontes um olhar crítico e histórico, que se desenrolou a presente dissertação. Importante, nesse sentido, enumerar as principais motivações para colocar estes objetos à

distância, “estranhá-los”. A primeira delas, já aqui mencionada, relaciona-se com as dúvidas que perpassam estas entrevistas: como na UFSC se desenvolveu um empreendimento pioneiro das quais estas são consequência? Quais as bases teóricas e metodológicas utilizadas por Willemann para buscar e coletar estes depoimentos? De que maneira eles poderiam ser utilizados? E, por fim, o que pode ser observado de distinto na maneira como são significadas tais fontes e metodologia atualmente? O segundo motivo, por sua vez, liga-se ao elo de parentesco que une pesquisadora e Simão Willemann, o pesquisado. Cabendo então, mais uma vez, lançar sobre estas fontes um olhar distanciado. Tomando emprestadas as palavras de Jean-Pierre Rioux, quando rebate as acusações direcionadas à proximidade da História do Tempo Presente com a temporalidade e temas por ela trabalhados, pode-se pensar também acerca da relação aqui estabelecida entre historiadora e objeto.

(...) o argumento da “falta de recuo” não se sustenta
(...) pois é o próprio historiador, desempacotando sua
caixa de instrumentos e experimentando suas hipóteses
de trabalho, que cria sempre, em todos os lugares e por
todo tempo, o famoso “recuo”. (RIOUX, 1999, p. 46)

Sendo assim, é utilizando os métodos do fazer historiográfico, “argumento pouco sofisticado, mas passavelmente percutiente” (RIOUX, 1999, p. 46), se torna possível aos pesquisadores do presente lançar olhares críticos e distanciados. Questão cara a esta dissertação.

Ressalta-se, ainda, que a análise desenvolvida não se centrará no conteúdo presente nas falas dos entrevistados de Willemann, mas na maneira como estas mesmas falas se constituíram como fonte. Por meio do mapeamento do percurso trilhado pelo historiador Simão Willemann, um pesquisador que lançou mão da história oral para desenvolver sua pesquisa, tentou-se perceber as rupturas e permanências dentro deste campo. Nesse sentido – com o objetivo final de delinear em quais perspectivas e linhas do campo da História, em especial da história oral, esteve alicerçada a constituição do Laboratório de História Oral da UFSC e como este empreendimento se desenvolveu ao longo das décadas subsequentes –, foram problematizadas fontes orais, outros tipos de fontes produzidas pelo mesmo Laboratório e obras que estiveram a ele relacionadas, bem como depoimentos com sujeitos que participaram de sua fase inicial.

Os autores referenciais mobilizados para embasar teoricamente a tessitura do trabalho incluem principalmente

historiadores, mas também teóricos de outras áreas do conhecimento que buscaram constituir o campo da história oral, bem como pensá-lo desde seus momentos iniciais. A atuação de Alessandro Portelli com fontes orais se liga à sua formação acadêmica no campo da literatura³. Em suas obras, Portelli afirma que “as fontes históricas orais são fontes narrativas” (PORTELLI, 1997, p. 29); sendo assim, aqueles que delas se valem, devem levar em conta a utilização de aspectos da teoria narrativa proposta pela literatura, por exemplo. Numa entrevista oral, “A construção da narrativa revela um grande empenho na relação do relator com a sua história.” (PORTELLI, 1997, p. 31)

O inglês Paul Thompson também caminha nesta direção, não rechaçando o valor das informações históricas presentes em uma entrevista, mas atentando para outra característica nela presente: a subjetividade (THOMPSON apud THOMSON, 1989), mais precisamente, os significados que indivíduos e grupos atribuem às suas experiências individuais e compartilhadas. Estes autores, em especial, ajudaram a pensar, com seus trabalhos, sobre os antigos e os

³ Alessandro Portelli é professor de literatura norteamericana na Università di Roma "La Sapienza".

novos significados atribuídos a este campo, no contexto internacional, que reverberaram em terras brasileiras.

A história oral “propriamente brasileira”, por sua vez, será analisada pela lente de alguns dos principais pesquisadores ligados a este campo no Brasil: Aspásia Camargo (2007), Marieta de Moraes Ferreira (1994; 1996; 2002; 2013), Janaína Amado (1995), Verena Alberti (2007) e José Carlos Sebe (1990; 1996; 1998) – estes dois últimos, autores de manuais de história oral que tiveram, e ainda têm, grande circulação nacional. Importante ressaltar que um lugar de destaque foi dado ao manual de história oral produzido por Carlos Humberto Corrêa (1978), fruto de sua dissertação de mestrado defendida em 1977 no Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, pois ele foi entendido como principal vestígio das intenções e pressupostos que permeavam o projeto que se estabelecia no Departamento de História da UFSC. Destaca-se que todos estes autores foram utilizados como fontes, pois suas obras foram vistas como instrumentos importantes para o entendimento do tema aqui abordado: os significados que foram ao longo do tempo atribuídos à história oral no Brasil.

Como atualmente é impossível desligar a utilização de depoimentos orais em trabalhos historiográficos das discussões

acerca da memória – e por consequência também da História do Tempo Presente – trabalhos de François Hartog, Beatriz Sarlo, Paul Ricoeur, Pierre Nora e Enzo Traverso também foram utilizados. Tais autores foram considerados importantes para pensar o sentido atribuído à relação história e memória, agora passíveis de serem conciliadas. Como afirma Paul Ricoeur em *A Memória, a História e o Esquecimento*, a memória não deve se distanciar da história, pois ela é, antes de tudo, sua função matricial. (RICOEUR, 2008, passim)

O texto já clássico de Pierre Nora (1993), *Entre memória e História: a problemática dos lugares*, também serve de arcabouço para pensar a posição que a memória ocupa na contemporaneidade, qual a natureza desta, bem como as práticas atreladas a esta condição. Em seu texto, Nora nos alerta em relação a uma “vontade de memória” que deseja “tudo guardar, tudo conservar dos sinais indicativos de memória, mesmo sem se saber exatamente de que memória são indicadores” (NORA, 1983, p. 16). Essa dimensão pode ser incorporada à da história oral, que vê principalmente na década de 1970 um interesse crescente na coleta e armazenamento das lembranças de diversos atores sociais. Com isso, o surgimento de inúmeros arquivos orais. Arquivos que despontam em decorrência de uma vontade externa a de seus “colaboradores”,

os entrevistados. Nora lança a pergunta: “Que vontade de memória elas”, as entrevistas, “testemunham, a dos entrevistados ou a dos entrevistadores?” (NORA, 1993, p. 16) Segundo ele, esta é uma “memória prótese”, não o “saldo mais ou menos intencional de uma memória vivida, mas a secreção voluntária e organizada de uma memória perdida.” (NORA, 1993, p. 16) Portanto, desejo de memória de quem se dispõe a recolhê-las. Questão pertinente à História do Tempo Presente.

Essa “vontade de memória” ainda pode ser incorporada à noção de que existem “memórias fortes” e “memórias débeis” (TRAVERSO, 2007), no sentido de pensar as dimensões políticas imbricadas na iniciativa do CPDOC e do Laboratório de História Oral da UFSC. Segundo Traverso (2007), assim como a língua oficial possui maior força por ser institucionalizada e protegida por leis, algumas memórias também tornam-se mais fortes em relação a outras de acordo com a representatividade política e social de seus portadores e agentes. “Toda constituição, todo tratado diplomático são lugares de memória, mas a constituição de 1793, não da mesma forma que a de 1791, com a Declaração dos direitos do homem, lugar fundador de memória; a paz de Nimègue, não da mesma forma que as duas extremidades da história da Europa, a divisão de Verdun e a conferência de Yalta.” (NORA, 1993,

p. 24) Assim sendo, ambas as iniciativas, da Fundação Getúlio Vargas e da UFSC, podem ser consideradas lugares de memória, no entanto a força representativa presente em cada uma destas instituições (CPDOC e Laboratório de História Oral, respectivamente), a “vontade de memória” que cada uma carrega, são decisivas para observar o espaço que cada uma ocupou e ocupa no campo historiográfico, por exemplo.

François Hartog e Beatriz Sarlo, por sua vez, foram guias para a reflexão que tange ao lugar da testemunha no tempo presente – temática que reverbera nas discussões acerca da maneira como são utilizados os depoimentos orais e nas implicações dessa operação nos trabalhos historiográficos. Pois, as testemunhas que por muito tempo se mantiveram caladas – emudecidas frente a experiências traumáticas – foram, a partir da década de 1970, chamadas a falar, sendo estas principalmente aquelas que sobreviveram, que enfrentaram e viveram para contar as provações que lhes foram colocadas. Como mostra Hartog (2011, p. 204), a voz testemunhal “arrastada pela agitação subliminar da memória (...) – entendida (...) como portadora de memória – impôs-se, gradualmente, em nosso espaço público; ela é reconhecida e procurada, além de estar presente e, até mesmo, à primeira vista onipresente.”. Ainda segundo este historiador, essa

imposição se deu de maneira tão contundente, de forma que hoje viveríamos a “era” do testemunho, conforme expressão adotada pela pesquisadora Annette Wieviorka. A existência destes testemunhos, no entanto, segundo Sarlo e Hartog, carrega consigo alguns pontos que precisam ser objetos de reflexão, em especial para os historiadores do Tempo Presente. Como a ubiquidade destas vozes inquietas: sua presença é desejada, buscada, se constitui uma luta contra “os assassinos da memória” (HARTOG, 2011, p. 210). Essa conjuntura seria preocupante, pois estas vozes adquiriram um status de veracidade que se baseia em determinada experiência individual, muitas vezes não questionada. Como coloca Sarlo:

Vivemos uma época de forte subjetividade e, nesse sentido, as prerrogativas do testemunho se apoiam na visibilidade que “o pessoal” adquiriu como lugar não simplesmente de intimidade, mas de manifestação pública. Isso acontece não só entre os que foram vítimas, mas também e fundamentalmente nesse território de hegemonia simbólica que são os meios audiovisuais. Se há três ou quatro décadas o “eu” despertava suspeitas, hoje nele se reconhece privilégios que seria interessante examinar (SARLO, 2007, p. 20-21)

A questão da história oral situa-se nesse limiar, onde se juntam a valorização da subjetividade e dessas memórias

individuais ou coletivas. Uma congregação que coloca o testemunho oral na mira do historiador.

A materialidade do suporte escrito e sonoro das entrevistas de Simão Willemann, bem como a relação entre a oralidade e a cultura escrita, foram pensados por meio de Roger Chartier, Marildes Marinho, Paul Zumthor e o próprio Alessandro Portelli – já citado –, autores de trabalhos que interessam à discussão deste tema. Marinho (2008) e Portelli (2012) demonstram a complementaridade do discurso oral e discurso escrito, sabendo das diferenças inerentes a cada uma dessas linguagens. Aspectos interessantes para discutir acerca dos suportes mais comuns que condicionam as “fontes orais”: a transcrição e o áudio e como estes elementos atuam ou podem atuar nos trabalhos historiográficos. Ainda é possível conectar esse “fazer” à produção de sentido sempre diferenciada que cada um desses suportes pode produzir, tema que por sua vez foi abordado por meio da discussão presente em Chartier (1990, p. 127), na qual o suporte não pode ser obliterado na análise que tange à apropriação de textos por determinados leitores. E por que não, também, ouvintes?

Para pensar as entrevistas produzidas por Simão Willemann, a noção de *performance* e – mais uma vez – a dinâmica estabelecida entre o texto oral e o texto escrito,

presentes nos trabalhos do crítico literário e historiador da literatura Paul Zumthor, também foram tomadas de empréstimo. Segundo este autor, a

performance é a ação complexa pela qual uma mensagem poética é simultaneamente, aqui e agora, transmitida e percebida. Locutor, destinatário, circunstâncias (quer o texto, por outra via, com a ajuda de meios lingüísticos, as represente ou não) se encontram concretamente confrontados, indiscutíveis. (ZUMTHOR, 2010, p. 33)

Mesmo que Zumthor nesse caso esteja se referindo a performances que se desenvolvem em “tempo real”, associadas sobretudo ao espaço teatral, e não a “performances registradas” como as entrevistas de história oral, seu entendimento é importante para refletir acerca da relação que se desenrola entre os participantes desses momentos particulares que têm como protagonistas “locutores” e “destinatários”, nas fontes orais, pesquisadores e depoentes.

Em linhas gerais, a dissertação – dividida em três capítulos – buscou identificar *rupturas* e *permanências* dentro do campo da história oral, com foco no Laboratório desenvolvido na UFSC, entre 1975 e 2013, tendo como base documental: os documentos produzidos pelo Laboratório de História Oral; o arquivo pessoal formado pelo historiador Simão Willemann, constituído por cadernos, projeto de

pesquisa, trabalhos acadêmicos por ele elaborados e entrevistas realizadas enquanto pós-graduando da UFSC; ainda produções acadêmicas ligadas ao tema, na forma de dissertações, teses, trabalhos em anais de eventos, artigos e livros, além de entrevistas realizadas com profissionais e ex-alunos que estiveram de alguma forma ligados ao Laboratório no período enfocado.

O primeiro capítulo busca investigar quais os significados atribuídos à história oral no Brasil durante a década de 1970 e 1980, e como estes significados se traduziram no desenvolvimento deste campo em território catarinense. Para tanto, foram mapeados os principais lugares institucionais que deram suporte aos projetos de história oral daquele período no Brasil, quais os pesquisadores que se destacaram na criação de diretrizes para a realização dessas atividades e quais eram as diretrizes predominantes. Nesse sentido, a noção de que existam “memórias fortes” e “memórias débeis” (TRAVERSO, 2007) é importante para entender a existência de um apagamento da iniciativa desenvolvida na UFSC, em oposição à imagem bem sucedida e de destaque que carregam outros projetos do mesmo período, como o do Centro de Pesquisa e Documentação de História

Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas.

Em relação especificamente ao Laboratório de História Oral da UFSC, o primeiro capítulo examinou aspectos de sua trajetória como: de que maneira foi estabelecido, quem o dirigiu, quais as principais normas e orientações dadas ao trabalho no Laboratório, como foi constituído o acervo, e ainda, se todas as entrevistas transcritas e gravadas, acessíveis no Laboratório, foram concebidas no âmbito dele ou este espaço pode ter servido como uma espécie de repositório também para depoimentos gerados em outros contextos. Por fim, se tentou chegar a uma compreensão da ligação entre este quadro e as entrevistas realizadas por Simão Willemann. Nessa busca, foram consultadas dissertações e teses que utilizaram história oral em Santa Catarina, produzidas por pesquisadores catarinenses; os anais de História da atual Associação Nacional de História (ANPUH) publicados no período; os *Catálogos de Entrevistas* produzidos no próprio âmbito da UFSC (o primeiro editado em 1977 e o último em 1980); além de publicações em nível nacional que buscaram traçar uma trajetória para a história oral brasileira.

No segundo capítulo, por sua vez, o foco da investigação se voltou para o que foi produzido pelo

historiador Simão Willemann, tendo como intuito compreender as entrevistas realizadas por ele nos quadros da introdução da história oral no Brasil e no contexto de estabelecimento do Laboratório de História Oral. Por meio das entrevistas se buscou observar tanto o seu próprio processo de constituição quanto a relação que se estabelece, a partir da materialidade do suporte (CHARTIER, 1990) escrito e sonoro, entre o historiador e sua “fonte”, entre oralidade e cultura escrita (MARINHO, 2008; PORTELLI, 2012; ZUMTHOR, 2010).

Ao fim do capítulo se pretendeu apontar em que medida o que foi produzido por Simão Willemann, e por outros dois ex-alunos do Mestrado em História da UFSC daquela mesma época – Maria Terezinha Sobjeraski Barreto e Reinaldo João Pick –, se aproxima ou se afasta do “modelo” proposto pela UFSC. Para tanto, foram consultadas as entrevistas (transcrições e áudio) do acervo pessoal de Simão Willemann bem como as que constam no Laboratório – referentes aos trabalhos de Barreto e Pick –, e outros documentos do acervo pessoal de Willemann (projeto de pesquisa, anotações de pesquisa e documentos correlatos ao período em que ele esteve vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSC).

Na terceira e última parte do trabalho, ou seja, no terceiro capítulo aqui proposto, se buscou identificar quais as permanências e rupturas observáveis entre a teoria e a prática da história oral desenvolvida durante as décadas de 1970 e 1980, em especial no Laboratório de História Oral da UFSC, e aquela, que supostamente se desenvolveu no país a partir dos anos 1990.

Tal parte da dissertação explorou entrevistas realizadas com ex-alunos, ex-professores do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, ex-coordenador, atual coordenadora do Laboratório e também com o próprio Carlos Humberto Corrêa. Tais personagens tiveram a oportunidade de experienciar o trabalho com a história oral ou por meio do contato estabelecido com Carlos Humberto Corrêa, ou por meio da relação com o Laboratório instituído por ele com o objetivo de desenvolver este campo dentro do espaço da UFSC. Nesses depoimentos foi analisada de que maneira se construíram as reminiscências de cada um dos entrevistados e entrevistadas, de que forma se colocaram estas “lembranças revisitadas”, experiências que tangenciam a relação destes com a história oral, com o espaço do Laboratório de História Oral e com a personalidade de seu fundador, Carlos Humberto Corrêa.

Sendo assim, estas fontes orais, juntamente com a própria prática de pesquisa desenvolvida neste presente trabalho, foram o meio pelo qual a reflexão que toca as continuidades e descontinuidades relativas ao campo da história brasileira – algumas de suas propostas e práticas – tomou forma e se desenvolveu.

Dando conclusão ao capítulo, foi trazida à discussão a forma como se colocam estas entrevistas, a história oral, e a suas “memórias instrumentalizadas” – ou seja, quando estas se tornam objetos da investigação histórica – frente aos questionamentos da História do Tempo Presente, bem como, frente a debates mais recentes no que tange à relação memória e história (RICOEUR, 2008) e ao papel atribuído aos testemunhos no tempo presente (HARTOG, 2011; SARLO, 2007).

Ainda, foram apresentados ao fim da dissertação apêndices e anexos – com tabelas e imagens – onde estão organizados alguns dos dados utilizados ao longo da pesquisa, que estão, por sua vez, atrelados aos temas que foram trabalhados ao longo dos três capítulos.

Por fim, acrescenta-se que a realização de um trabalho desta natureza é importante para mostrar que a partir de indícios por muito tempo guardados e que se propunham a

objetivos tão diversos dos que aqui se pretendeu mostrar, no caso as entrevistas orais de Simão Willemann, é possível trazer à tona questões pertinentes ao fazer historiográfico, e ao *caleidoscópico* arcabouço de objetos e temas disponíveis aos que se lançam a escrever a História do Tempo Presente. A epígrafe de autoria de Lucien Febvre, que abre esta introdução, nos remete ao fim dos anos 1940 e à tentativa de afirmar o caráter multiforme da documentação histórica. Mesmo que Febvre, naquele momento, não tenha se referido à história oral, quando alega que as palavras também são flores com as quais os historiadores podem “fabricar o seu mel”, ele abre um precedente. Ele vai preparando o campo aos historiadores futuros – sobretudo aqueles que lidam com documentos contemporâneos, testemunhas de uma multiplicação da documentação digital, iconográfica, audiovisual. Da mesma forma, afirmou o colega de Febvre, Marc Bloch, também na década de 1940: “A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que constrói, tudo o que toca, pode e deve fornecer informações sobre eles”. (BLOCH apud LE GOFF, 1998, p. 104) Nesse sentido, vale ter em conta que o momento protagonizado por Bloch e Febvre se desenvolve pouco antes da, e

simultaneamente à, ascensão das fontes orais à categoria de indícios particularmente úteis à historiografia.

Faço então o convite para trilhar um caminho de reflexão acerca de uma história fabricada a partir de palavras registradas em som e datilografadas no papel, que durante muito tempo figurou como “uma incursão estranha e inadequada no labor histórico.” (PIAZZA, 1978, p. 9). Objetos, entretanto, que levaram este trabalho para além deste momento na década de 1970, trazendo a discussão até os dias de hoje, como se verá a seguir.

Capítulo 1: Uma “nova técnica” em cena

1.1 Memórias fortes e memórias débeis

Não seria exagero afirmar que é quase unanimidade, entre os textos que se dedicam a pensar a trajetória da história oral brasileira, dividir este percurso em duas fases distintas. A primeira fase teria se iniciado, de fato, a partir da década de 1970; e a segunda a partir da década de 1990, pois é entendida dentro das obras que abordam a questão como um período de renovação e crescimento deste campo no Brasil (AMADO; FERREIRA, 2006, p. ix); (MEIHY, 1996, p. 9). Também é dentro destas tentativas de historicização que são atribuídos papéis de destaque a algumas instituições e iniciativas desenvolvidas no Brasil; e que aparecem com mais força alguns historiadores e suas produções. Com efeito, ao se observar o que vem sendo escrito acerca deste início da história oral brasileira, é possível perceber que algumas produções se constituem como referência, pois as informações nelas contidas se propagam e se repetem em diversos outros textos que buscam traçar, mesmo que brevemente, os caminhos percorridos pelos primeiros pesquisadores brasileiros que se lançaram ao campo da história oral.

Este é o caso de um dos capítulos da publicação editada em decorrência do I Encontro Regional de História Oral Sudeste/Sul realizado em 1995, nomeada *(Re) introduzindo a história oral no Brasil*. O capítulo aqui referido é intitulado *História Oral e Tempo Presente* e foi escrito por Marieta de Moraes Ferreira, pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) desde 1978⁴. Nele a historiadora procura “fazer algumas reflexões acerca da trajetória da história oral no Brasil, buscando uma articulação com os principais debates travados no campo da História em geral” (FERREIRA, 1996, p. 11). Dessa forma, ela pontua as iniciativas e apoiadores que foram fundantes para o estabelecimento de programas de história oral no país, associando estas iniciativas ao alargamento do espaço de influência da História do Tempo Presente.

⁴ Marieta de Moraes Ferreira também atua como professora do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desde 1988 e já exerceu as funções de Diretora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) durante os anos de 1999 e 2005, de presidente da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) no biênio 1994/1996) e presidente da International Oral History Association (IOHA) de 2000 a 2002. Além de participar da diretoria da ANPUH – Brasil desde 2011 como editora da *Revista Brasileira de História*.

O texto produzido por Marieta de Moraes Ferreira se coloca como um indício importante na tentativa de mapear os lugares aonde se constituem as diretrizes da história oral brasileira: nele são encontradas informações bem específicas sobre este processo de introdução de tal campo no Brasil, que não são encontradas em outros textos do gênero; é possível notar que as informações nele contidas se repetem em outros artigos e trabalhos acadêmicos, até mesmo bem atuais (FREITAS, 2002, p. 17; RIBEIRO, 2011, p. 111); e, ainda, é rara a existência de publicações anteriores à década de 1990 que buscam traçar esta trajetória, sendo uma exceção importante a dissertação *O Documento de história oral como fonte histórica*, produzida no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina e defendida pelo então pós-graduando desta mesma instituição, Carlos Humberto Pederneiras Côrrea, em 1977.

O capítulo já referido, escrito por Ferreira, se dedica a alinhar uma breve história da primeira fase deste campo no Brasil – compreendida entre meados da década de 1970 e o início dos anos 1990, com a fundação da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) –, e atribui grande importância ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, o CPDOC, vinculado à Fundação

Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Ainda são mencionadas outras instituições e iniciativas brasileiras que se desenvolveram anteriormente ou concomitantemente ao crescimento do CPDOC.

A preocupação da autora aparenta se voltar para as questões e atores que tornaram possível o desenvolvimento desta história oral e com qual investimento esta se constituiu, pois a necessidade de um auxílio financeiro parece clara, levando-se em conta que a “técnica” de história oral, para ser desenvolvida, dependia da aquisição de aparato tecnológico, como gravadores, fitas cassetes etc.; e da organização de um espaço onde as produções advindas deste processo pudessem ser armazenadas com segurança. Eis que surge nesse cenário a figura da Fundação Ford, que, segundo Ferreira, durante os anos 1970 unia esforços para a “articulação de um grupo que pudesse criar uma infraestrutura de documentação para a pesquisa na área de Ciências Sociais no Brasil”, que teve início “a partir de uma reunião entre especialistas em biblioteca e documentação e cientistas sociais da Fundação Getúlio Vargas.” (FERREIRA, 1996, p. 11).

Vale destacar que a atuação da Fundação Ford junto ao CPDOC não foi uma ação isolada, mas fazia parte de um conjunto de iniciativas coordenadas e financiadas por esta

instituição estrangeira no Brasil efetivamente desde 1966.⁵ Como exemplos de outras iniciativas relacionadas à Fundação têm-se: o convênio realizado em 1966 com a Universidade de Minas Gerais, buscando apoiar e desenvolver o ensino e a pesquisa em Ciência Política; e nos quatro anos seguintes, os convênios com o Museu Nacional, financiando o Programa de Antropologia Social; com as Universidades Federal do Rio Grande do Sul e de São Paulo, apoiando nas duas instituições programas de ensino e pesquisa em Sociologia Rural; com a Sociedade Brasileira de Instrução (SBI), no intuito de criar o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj); com a Universidade Federal de Pernambuco, amparando o Programa de Mestrado em Economia e Sociologia (PIMES). E, fora do círculo de instituições universitárias, o apoio que a Fundação deu em 1969 ao desenvolvimento do recém-criado Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) (FIGUEIREDO, 1988, p. 42). Ainda atuou junto à Biblioteca Nacional como primeira financiadora

⁵ Segundo Figueiredo (1988, p. 38), a Fundação Ford, como também a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), foram responsáveis pelo maior montante dentre os investimentos que tornaram possível o desenvolvimento e o alargamento do campo das Ciências Sociais brasileiras, sobretudo, durante as décadas de 1960, 1970 e 1980.

de uma ação que muito interessava ao campo historiográfico: a “microfilmagem dos jornais brasileiros, através de projeto que veio a dar origem ao Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros, criado pela Portaria MEC/DAC nº 31, de 11 de dezembro de 1978” (MONTE-MÓR, 1987, p. 6).

Segundo Marieta de Moraes Ferreira, a Fundação Ford foi fundante determinante para a organização do Grupo de Documentação em Ciências Sociais (GDCS), que contava principalmente com a coordenação das seguintes instituições: Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Fundação Getúlio Vargas e Fundação Casa Rui Barbosa – esta última entrando no grupo em 1976, em substituição ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). O ponto em comum que reúne todas estas instituições se refere a sua mesma localização geográfica, a cidade do Rio de Janeiro, local que abrigava, curiosamente ou não, também a sede da Fundação Ford. O que leva a crer na existência de uma facilidade ou preferência por parte da própria Fundação por locais que pudessem ser observados “de perto”. No mais, salienta-se que o GDCS estava dividido em subgrupos que tinham como sede a Biblioteca Nacional.

O texto de Marieta de Moraes Ferreira chama atenção para um subgrupo em especial, no caso, que a ela interessava,

mas que para a presente análise também tem relevância: o Subgrupo de História Oral, que tinha como membros o CPDOC – que também o coordenava –, a Universidade Federal Fluminense, a Universidade de Brasília, a Universidade Federal de Santa Catarina e o Centro de Memória Social Brasileira, com sede no Conjunto Universitário Cândido Mendes. Como primeira iniciativa do grupo, a historiadora destaca a realização do I Curso de História Oral, sediado pelo CPDOC e patrocinado por Fundação Ford e CAPES. Os professores integrantes do curso, por sua vez, eram os norte-americanos James Wilkie, Edna Wilkie e George Browne – historiador que, como será visto ao longo deste capítulo, também figurará como pesquisador importante no âmbito da UFSC –, além da mexicana Eugenia Meyer, representante do *Archivo de la Palabra*, do Instituto Nacional de Antropologia e História do México, espaço onde, segundo o historiador José Carlos Sebe Bom Meihy, se realizou um dos “mais bem resolvidos e prestigiados projetos de história oral da América Latina.” (MEIHY, 1996, p. 5). O curso, ainda segundo Ferreira, tinha como base o Programa de História Oral da Universidade de Columbia, espaço de referência e reconhecidamente, dentro da historiografia que versa sobre o tema, de pioneirismo para a história oral em âmbito internacional.

Ao longo do texto, Ferreira também afirma que a utilização de entrevistas não era algo extremamente novo dentro das pesquisas em Ciências Sociais no Brasil.⁶ No entanto, ela ressalta que a diferença destas novas empreitadas são as ações sistemáticas no sentido de estabelecer acervos de entrevistas, entendidas naquele momento como um novo tipo de documentação para a História. É nesse contexto que a autora menciona algumas iniciativas que se destacaram dentro de um panorama, para ela, negativo, apesar dos muitos esforços destes pesquisadores. Os pioneiros seriam então o CPDOC e a Universidade Federal de Santa Catarina, que fundaram seus programas em 1975, e um pouco mais tardiamente a Fundação Joaquim Nabuco, que se organizou em 1979. Posteriormente a 1975, ainda foi realizado o II Curso de História Oral na UnB, que dessa vez teve como ministrantes William Moss, da Biblioteca John Kennedy, Aspásia Camargo e “outros”, que

⁶ Isaura Pereira de Queiroz, socióloga vinculada à Universidade de São Paulo, ainda na década de 1950, incentivada pelo também sociólogo Roger Bastide, entrevistou uma mulher negra para pesquisa que o próprio Bastide realizava conjuntamente a Florestan Fernandes na USP. Segundo Ricardo Santhiago, este episódio, junto a outros indícios por ele apresentados em sua tese, legariam a Queiroz o pioneirismo dentro do campo da história oral no Brasil. Infelizmente, a impossibilidade de consulta à tese não permite que sejam exploradas tais razões no presente trabalho. (SANTHIAGO, 2011, p.138)

não foram por Marieta mencionados. Nesse novo curso aparece novamente, como uma das patrocinadoras, a Fundação Ford.

Por fim, o que vale ainda acrescentar acerca do texto da pesquisadora do CPDOC é a constatação de um crescimento irregular do campo durante a década de 1980. Segundo Ferreira (1996, p. 13): “Se **alguns**⁷ conseguiram se firmar, construindo acervos importantes, muitos não passaram de um amontoado de fitas guardadas de forma desorganizada num depósito qualquer.” Quem seriam estes “alguns” não é possível saber, pois, em nota, Ferreira apenas ressalta o CPDOC, afirmando que

O Programa de História Oral do CPDOC foi um dos que conseguiram se firmar, ampliar seu acervo e servir de modelo para a montagem de vários outros programas. De 1984 a 1990, o CPDOC recebeu cerca de 100 visitantes buscando informações sobre como fazer História Oral, como montar um programa, etc. A resposta a esta demanda foi a publicação do manual *História Oral, a experiência do CPDOC*, elaborado por Verena Alberti, criticado por muitos, mas que inegavelmente preencheu uma lacuna no parco rol de publicações sobre História Oral. (FERREIRA, 1996, p. 20)

⁷ Grifo meu.

Nessa breve nota pode ser notado o elogio ao CPDOC acerca: de seu êxito na ampliação de seu acervo documental, do lugar de referência que ele ocupa em relação a outras iniciativas deste campo, e principalmente, da produção de um manual que surgiu como um instrumento importante para sanar uma “falta” dentro da literatura sobre o tema. Mas também podem ser notados alguns “silêncios”, como por exemplo em relação ao manual editado no âmbito da UFSC ainda em 1978⁸, e à disciplina que lá era ministrada e que contribuía para o crescimento do acervo de entrevistas que ela abrigava. Seria mais este “silêncio” uma opção deliberada de Ferreira ou um esquecimento “não intencional”? De fato, para responder a estas perguntas seria necessário recorrer à autora. No entanto, a problemática não é esta, mas sim, tentar visualizar as práticas que foram tornando opacos outros programas e iniciativas no campo da história oral que não o CPDOC. A possibilidade desta visualização, por sua vez, levanta uma outra questão que

⁸ Ainda há outra publicação anterior ao manual de história oral editado pela Fundação Getúlio Vargas; tal obra também teve o cuidado de relacionar e sistematizar alguns processos técnicos e teóricos da história oral, mesmo que seu objetivo não fosse somente este. Trata-se do livro *Documentação oral e a temática da seca* (1985) de autoria de Luciara Silveira de Aragão Frota. (AVELINO, 1986, p. 130-132)

aqui deve ser incorporada, e que se refere às categorias de análise e conceitos utilizados pelos historiadores.

Aqui a noção de “história oral”, e a maneira como se desenrola o processo de consolidação deste campo no Brasil, pode-se dizer, já estão articulados na linguagem das fontes, ou seja, os textos que aqui estão sendo analisados. No entanto, para que estes vestígios se tornem fontes para histórias possíveis e que contribuam para pensar o “apagamento” da memória de algumas iniciativas no campo da história oral brasileira, é interessante lançar mão de categorias de análise.

As categorias a serem utilizadas, e que serviram, portanto, como ferramenta heurística para entender o panorama que está sendo aqui delineado, foram forjadas pelo historiador italiano Enzo Traverso, que ao utilizá-las buscava entender a força que algumas “memórias” adquirem em detrimento de outras. Tratam-se das “memórias fortes” e “memórias débeis”. De acordo com ele, *“La visibilidad y el reconocimiento de una memoria dependen también de la fuerza de sus portadores. Dicho en otros términos, hay memorias ‘fuertes’ y memorias ‘débiles’.”* (TRAVERSO, 2007, p. 86). Corroborando esta ideia, é interessante notar que

(...) el historiador es deudor de la memoria pero actúa a su vez sobre ella, porque contribuye a formarla e

orientarla. Precisamente porque no vive encerrado en una torre sino que participa en la vida de la sociedad civil, el historiador contribuye a la formación de una conciencia histórica, y entonces de una memoria colectiva.

Segundo Pierre Nora, mesmo que memória e história estejam relacionadas, “é a memória que dita e a história que escreve” (NORA, 1993, p. 24). São, portanto, os historiadores (ou pesquisadores) e sua determinada “vontade de memória” e o lugar político e social que ocupam que podem indicar a maior representatividade de certas memórias e o espaço na memória coletiva a elas legado.

Dessa forma, entende-se que a memória que é “orientada” por Ferreira, e como ainda será visto, também veiculada por José Carlos Sebe e Aspásia Camargo, contribui para eclipsar a trajetória de outras iniciativas de história oral, seja a da UFSC, seja de outras ações similares, como a da Universidade de Brasília ou da Fundação Joaquim Nabuco.

Também nesse sentido, pensando textos que se propõem a discorrer sobre o percurso de institucionalização da história oral no Brasil e que reverberam em outras produções, é possível apontar o capítulo que abre o livro já anteriormente citado, *(Re) introduzindo a história oral no Brasil*, escrito por José Carlos Sebe Bom Meihy, figura que irá despontar de fato

no cenário deste campo a partir dos anos 1990, coordenando o Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO) da Universidade de São Paulo (USP), fundado em 1991. No texto de Meihy, da mesma forma que no de Ferreira, o CPDOC figura em posição de destaque. Além disso, o autor cita nomes que segundo ele se destacaram dentro do cenário da época: Eugenia Meyer, Aspásia Camargo e Celina Vargas. A primeira das citadas, como dito anteriormente, foi uma das ministrantes do II Curso de História Oral realizado nas dependências da Fundação Getúlio Vargas e aparece como pesquisadora importante dentro dos debates acerca da utilização de fontes orais e da história contemporânea latino-americana. As duas últimas mulheres mencionadas por Meihy, por sua vez, representam a Fundação Getúlio Vargas: Aspásia Camargo enquanto uma das principais idealizadoras e coordenadoras do CPDOC na época e Celina Vargas, uma das fundadoras deste Centro de Pesquisa e Documentação, inaugurado em 1973.

Ao se fazer um paralelo entre os dois textos, nota-se que eles se constituem a partir de uma consulta, conjunta, de Ferreira e Meihy, a documentos depositados no arquivo do CPDOC. Tal investigação é inclusive citada pelo autor no próprio texto:

Na aventura do caminho de volta às origens, pude, juntamente com Marieta de Moraes Ferreira, que localizou os documentos no CPDOC, acompanhar uma descoberta surpreendente. Quando, em sua sala na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, trocamos a conversa sempre agradável (...) por um passeio introspectivo pelos documentos escritos, tivemos revelações. Vimos, então, que a “invenção” de uma associação de história oral para o Brasil não era exclusivamente projeto nosso, ou pelo menos não seria inédito. (...) Deste breve, mas memorável encontro, saímos, tanto Marieta como eu, com mais problemas de entendimentos que soluções explicativas para a história da história oral brasileira. (MEIHY, 1996, p. 3)

Outra publicação, *História Oral e Multidisciplinaridade*, também editada na década de 1990 (em 1994), com coordenação de Marieta de Moraes Ferreira, sugere alguns apontamentos a serem observados: mais uma vez a exaltação do CPDOC e o quase total apagamento das iniciativas que se desenvolveram na Universidade Federal de Santa Catarina e em outras instituições brasileiras. Assim, para além do “desaparecimento” da UFSC, poderia se questionar a inexistência de uma abordagem mais detalhada do empreendimento que se desenvolveu na Universidade de Brasília (UnB), também em meados da década de 1970, que juntamente com a UFSC e o CPDOC constituía o Subgrupo de História Oral do GDSC, como cita Ferreira.

Necessário ressaltar que traçar um panorama dos principais lugares institucionais que deram suporte aos projetos de história oral da década de 1970 no Brasil e quais os pesquisadores que se destacaram na criação de diretrizes para a realização dessas atividades, não é tarefa simples, e consequentemente passa pela necessidade de serem efetuadas algumas escolhas, sobretudo em relação às publicações selecionadas, entendidas aqui como os principais indícios que tornam possível a “reconstituição” desta trajetória. Vale lembrar que estas são majoritariamente produzidas durante a década de 1990, período onde grande número de pesquisadores se propõe a pensar sobre o assunto e também discutir acerca de suas próprias experiências neste campo.

Do exposto, percebe-se que o CPDOC aparece como o maior articulador da história oral brasileira durante o período abordado, as décadas de 1970 e 1980. E, neste contexto, entra em cena a figura de Aspásia Camargo que, como primeira coordenadora deste centro de documentação, aparece como personagem reconhecida dentro da área que se desenvolvia naquele momento no Brasil. Para pensar o papel que a ela é atribuído nessa conjuntura, têm-se um indício interessante: uma entrevista que Camargo concedeu no ano de 1998 à pesquisadora Maria Celina D’Araújo – com o objetivo de

integrar tal documento a uma pesquisa que buscava reconstruir a história da Fundação Getúlio Vargas. Ao longo da entrevista foi interessante notar que, além de reforçar o caráter pioneiro do CPDOC no cenário deste novo campo no Brasil brasileira, Camargo às vezes se colocava como grande responsável por este desenvolvimento, seja em caráter nacional, seja internacional:

Eu fiz um trabalho de consolidação de uma metodologia pioneira, não só no Brasil, como no mundo. Eu mostrava que a entrevista não é uma fonte menor de informação. Porque era essa, e ainda é, a visão da História tradicional para quem o documento escrito tem valor porque ninguém pode mexer nele, porque não é sujeito à interpretação. (D'ARAÚJO, 1999, p. 172)

Mais uma vez utilizando a primeira pessoa do singular, ela afirma: “A outra decisão, talvez a mais importante, foi eu ter descoberto que devíamos nos ancorar numa metodologia cientificamente mais sólida, porque o gravador é técnica, não é metodologia.” (D'ARAÚJO, 1999, p. 173). Tais afirmações levam a supor que a autora tinha discernimento do papel que outros pesquisadores atribuíram a ela quando se propuseram a elaborar uma história da história oral no Brasil, caso de José Carlos Sebe e da própria Marieta de Moraes Ferreira, colega de

Aspásia Camargo no CPDOC. As palavras de Camargo, por fim, não apenas reforçam uma centralização, no Brasil, deste campo na “instituição CPDOC”, como também afirmam que, dentro deste espaço, a história oral ora “importada” da América do Norte adquiria formas e traços “cientificamente mais sólidos”.

Os textos de Marieta de Moraes Ferreira e José Carlos Sebe Bom Meihy, mas também as declarações de Aspásia Camargo e as suas devidas repercussões, levam a pensar sobre a persistência e a força de uma memória específica acerca da constituição da história oral brasileira, memória que parece ser constituída, de fato, a partir da década de 1990. Os elementos e indivíduos que merecem ser mencionados, rememorados e, por que não, comemorados, são escolhidos por um grupo restrito e bem localizado, que tem no “bem sucedido” CPDOC a sua referência. Outros personagens dessa história, como Walter Piazza e o Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, são apagados, ou, como no caso de Carlos Humberto Corrêa, mencionados como ações individuais pautadas exclusivamente em “iniciativa própria” (MEIHY, 1996, p. 4) – constatação que deve indicar o porquê de Corrêa figurar entre os autores presentes no livro produzido em 1996, aqui já mencionado, presença que, no entanto, não consegue evitar uma espécie de

“apagamento” no que tange ao Laboratório de História Oral da UFSC.

Tal “apagamento” de uma memória em detrimento de outra leva, por sua vez, a questões em torno tanto da forma como o próprio CPDOC construiu sua trajetória como também da maneira como se compôs a do Laboratório de História Oral da UFSC. A localização do CPDOC na cidade do Rio de Janeiro parece ter contribuído para uma maior facilidade de acesso a recursos, dada a proximidade com agências financiadoras, naquele momento, como a Fundação Ford. Tal facilidade carregou consigo o consequente melhor desenvolvimento de seus projetos e divulgação de suas iniciativas, quando comparado com outras universidades e instituições. Ainda vale levantar, dentro desse contexto de destaque da instituição, o perfil do acervo cultivado pelo CPDOC ao longo destes anos, marcado pela preferência na coleta de depoimentos de uma “elite”, contando, hoje, com um grande número de entrevistas com políticos, intelectuais, tecnocratas, militares e diplomatas, principalmente brasileiros.⁹ Questão que, de fato, pode dar pistas do grande destaque dado

⁹ Página eletrônica do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral/programa>> Acesso em: 20 nov. 2014.

ao acervo deste Centro de Documentação em comparação ao conjunto de fontes reunido na UFSC: que também buscou figuras representativas, mas que na grande maioria, eram significativas apenas em âmbito regional ou municipal¹⁰. O Laboratório de História Oral da UFSC seguiu com sua proposta nos anos posteriores à sua criação, não na mesma intensidade que o CPDOC, mas ainda contando com uma disciplina voltada para a história oral e com diversos alunos imbuídos da tarefa de coletar e transcrever depoimentos sobre temas diversos.

Pode-se notar ainda que o CPDOC se apresenta como responsável também por trazer e promover o acesso ao que estava sendo produzido acerca do tema fora do país, trazendo historiadores e pesquisadores estrangeiros que participaram dos primeiros cursos desta “nova técnica” que entrava em cena na historiografia brasileira e dando consultoria para diversos outros programas que iam se instalando no Brasil ao longo destas décadas.

1.2 *Orientações e perspectivas*

Mas quais eram as prerrogativas e diretrizes que regiam a história oral brasileira deste período? Ao observar as linhas

¹⁰ Vide Apêndice II: *Catálogo de Entrevistas 1980*.

gerais que direcionavam os trabalhos dos “especialistas” da área que se encontravam no Brasil em meados da década de 1970 – dentre eles Eugenia Meyer, James Wilkie e sua esposa Edna Wilkie, George Browne, e os brasileiros Aspásia Camargo e Carlos Humberto Pederneiras Côrrea – e analisando o que foi publicado na *Revista Brasileira de História* entre 1981 e 1990, foi possível estabelecer algumas questões que transitavam por este campo.¹¹

Por parte dos pesquisadores acima apresentados, nota-se uma inclinação pela utilização da história oral como técnica responsável pela coleta de depoimentos para a construção de uma história política, sobretudo das elites. Isso é demonstrado

¹¹ O pesquisador Ricardo Santhiago, no capítulo *If you know portuguese you know what this is: O papel da tradução na história oral do Brasil*, publicado no livro *Memória e Diálogo: escutas da Zona Leste – visões sobre a história oral* (2011) discute algumas questões relacionadas à tradução e ao acesso dos pesquisadores brasileiros à literatura estrangeira que versa sobre a história oral, tangenciando dessa maneira a temática da acessibilidade e circulação de ideias dentro do campo, nesse sentido, muito limitada ao que estava já traduzido ou que era produzido em território nacional. Em levantamento feito após os anos 2000 pelo próprio autor, as obras mais citadas em trabalhos que utilizem a história oral são: o livro *A voz do passado*, de Paul Thompson (1992); a coletânea *Usos & abusos da história oral*, organizada por Janaína Amado e Marieta de Moraes (1996) e alguns artigos publicados na revista *Projeto História*, periódico editado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (SANTHIAGO, 2011, p. 141).

principalmente nos trabalhos em que se envolveu o casal estadunidense James e Edna Wilkie. No artigo *Dimensions of Elitelore: An Oral History Questionnaire*, publicado em 1975, no primeiro volume do periódico *Journal of Latin American Lore*, o casal propõe a utilização de uma nova categoria útil para o trabalho com a história oral: *elitelore*. Em contraposição ao *folklore*, voltado para o estudo das manifestações culturais de “classes populares”, a noção *elitelore* caberia no desenvolvimento de pesquisas com uma elite social, no caso específico desses pesquisadores, uma elite latino-americana. Além disso, ambos foram responsáveis por publicações especificamente voltadas para a utilização das fontes orais que figuram como referências bibliográficas em trabalhos realizados por Walter Piazza e George Browne em conjunto, e também no manual de história oral de Carlos Humberto Corrêa e nos *Catálogos de Entrevista* por ele posteriormente organizados.

Outro caminho segue a historiadora mexicana Eugenia Meyer, responsável por muitos trabalhos sobre a metodologia da história oral, bem como sobre historiografia e história do México, com destaque para o período da Revolução Mexicana. Ressalta-se também o papel que ela teve enquanto uma das criadoras do *Archivo de la Palabra*, iniciativa aqui já

destacada. Em entrevista publicada recentemente na *Revista Brasileira de História*, Meyer conversou com Marieta de Moraes Ferreira acerca de questões que remetem ao seu entendimento da história oral:

Eu defendo que a História Oral é um método, não uma técnica, e sei que nem todos concordam. Mas a História Oral não substitui os arquivos, nem o material documental. O trabalho heurístico do historiador inclui a História Oral para a História Contemporânea, mas é preciso analisar o material de História Oral como se faz a análise de interpretação de todos os outros materiais. (FERREIRA, 2013, p. 427)

E ainda faz uma consideração sobre o episódio em que ministrou, juntamente com James e Edna Wilkie, o I Curso de História Oral que se desenvolveu na Fundação Getúlio Vargas.

Quando fizemos o primeiro curso de História Oral no Brasil, na Fundação Getúlio Vargas, em 1975, James Wilkie e a mulher dele participaram. Mas ele era daqueles que pensavam que podiam se instalar na casa do depoente um mês e gravar. Ele ainda está vivo, é um historiador norte-americano casado com uma guatemalteca. Para ele o conceito de História Oral, de uma maneira bem norte-americana, é uma coisa muito utilitária e pragmática. (FERREIRA, 2013, p. 428)

Nesse sentido, torna-se claro que não existia, mesmo naquele momento inicial, entre os pesquisadores incumbidos de

disseminar este campo, uma unanimidade sobre o que seria a “definição” de história oral e a maneira como esta deveria ser desenvolvida. Enquanto o casal Wilkie parecia seguir o modelo da Universidade de Columbia¹², Meyer se aproximava de uma perspectiva mais “europeia” da história oral, desenvolvida por pesquisadores como Paul Thompson e Luisa Passerini, historiadores que foram inclusive citados por ela na entrevista concedida a Marieta Ferreira no ano de 2012. Dentro dessa visão apareceriam com força os usos políticos da história oral, que se mostra um instrumento útil para a reafirmação histórica de indivíduos e grupos sociais antes silenciados. O vínculo com grupos políticos e movimentos sociais, como sindicalistas, feministas, comunidades de classes trabalhadoras e imigrantes era característico, nesse contexto. Ainda nesta entrevista, após relatar uma viagem que fez aos Estados Unidos no ano de 1970, Meyer afirmou que a “aproximação sob o ponto de vista ideológico” (FERREIRA, 2013, p. 419) da história oral norte-americana não a satisfazia, mas que estes haviam sido seus primeiros contatos com o tema. Segundo ela, foi apenas um ou

¹² De acordo com bibliografia divulgada no Brasil, o “Modelo Columbia”, formulado ainda na década de 1940, se caracteriza pela aproximação com a história das elites, pois buscava sobretudo recolher entrevistas com figuras políticas, grandes empresários e personagens proeminentes no contexto estadunidense. (AMADO; FERREIRA, 2006; ALBERTI, 2007).

dois anos depois, após participar de reuniões em Oxford e Essex, que ela descobriu que o que lá era disseminado tinha muito mais afinidade com o que ela gostava de fazer, ou seja: “Era, sem dúvida, trabalhar mais com a questão das classes subalternas.” (FERREIRA, 2013, p. 419)

De fato, é comum associar o surgimento de uma história oral norte-americana e de uma europeia a conjunturas e objetos de interesse históricos diferentes. Nos Estados Unidos a preocupação se voltava para a formação de acervos e o objeto de interesse eram as elites. Já na Europa, o crescimento da história oral se ligou primeiramente ao desejo de estudar a história das “classes subalternas”, como o operariado. (ALBERTI, 2007, p. 20) Caso, por exemplo, do trabalho de Alessandro Portelli, que durante os anos 1970 recolheu entrevistas com operários italianos ligados ao Partido Comunista. (PORTELLI, 1993) Há também outros dois pesquisadores com iniciativas que seguiram pelos mesmos caminhos que Portelli: Paul Thompson e Luisa Passerini. O primeiro percebeu a utilidade da história oral para o desenvolvimento de uma história social onde o interesse era a coleta de depoimentos com personagens comuns (*ordinary people*). (FREITAS, 2002, p. 15) Seu esforço em ampla pesquisa que lançou mão da história oral culminou, em 1975,

no lançamento do livro *The Edwardians: the remaking of British society*. Bem como Thompson, Passerini publicou, em 1978, o *Storia orale. Vita quotidiana e cultura materiale delle classi subalterne*, livro que trata sobre as “classes subalternas”, igualmente resultado de pesquisa com fontes orais.

É por parte desta vertente europeia da história oral que mais tarde serão repensados o estatuto e as prerrogativas que regiam a “crítica” destas fontes, como bem afirma o inglês Paul Thompson, numa conferência em 1989:

Nossos primeiros – e um tanto ingênuos – debates sobre metodologia e nosso entusiasmo pelos testemunhos sobre ‘como aconteceu realmente’ amadureceram e se transformaram em uma compreensão compartilhada das questões básicas – tanto técnicas como humanas – relativas à nossa profissão; e, igualmente importante, proporcionaram uma avaliação muito mais sutil sobre como toda história de vida entrelaça de modo inseparável provas objetivas e subjetivas, cujos valores, embora diferentes, têm o mesmo peso. (THOMPSON, 1989 apud THOMSON, 1997, p. 54)

Ao focar os pesquisadores e pesquisadoras brasileiras, nota-se, por parte de Aspásia Camargo, a intenção de reabilitação de uma história política, mas não vinculada a uma história tradicional, e a necessidade de complementação de arquivos que se encontravam muito dispersos, e que não permitiam o estudo das elites políticas brasileiras no século

XX, propósito que o CPDOC objetivava alcançar. O que aproximava a autora mais do pressuposto estadunidense voltado para o estudo das elites. Da mesma forma se posicionavam os representantes da Universidade Federal de Santa Catarina Carlos Humberto Corrêa e Walter Piazza, como será melhor elucidado a seguir.

Importante ressaltar que, no presente trabalho, entende-se não ser possível afirmar a existência de uma concepção unívoca de história oral por parte dos estadunidenses. Segundo, Joutard (2006, p. 45), os Estados Unidos já se encontram em sua quarta geração de pesquisadores neste campo, cada qual contando com prerrogativas e objetos diferenciados. Nesse sentido, aqui, essa forma de pensar a história oral “tipicamente” estadunidense é baseada nas características dos historiadores desse país trazidos ao Brasil para ministrar os primeiros cursos acerca deste tema: James e Edna Wilkie. E que melhor se encaixariam na primeira geração de pesquisadores que lançaram mão da história oral produzidos por lá. (JOUTARD, 2006, p. 45) Essa primeira geração, por sua vez, é balizada pelo que foi convencionado pela North American Oral History Association como o marco inicial do estabelecimento da história oral como técnica de documentação: a fundação do Programa de História Oral da

Columbia University, por iniciativa de Allan Nevins. (THOMSON, 2000, p. 47) No entanto, sabe-se de muitas iniciativas anteriores a este momento, já documentadas – inclusive focadas em cidadãos comuns –, como por exemplo, o *The U.S. Work Progress Administration Federal Writers' Project*, iniciado em 1935, tendo como objetivo coletar testemunhos orais e história de vida por todo o território dos Estados Unidos. (SHUMAN, 2003, p. 130)

No caso brasileiro, pode-se ainda ressaltar o momento político vivido quando a história oral aqui chegou: o regime militar que vigorava no Brasil desde o ano de 1964. Nesse sentido, pode-se entender que muitas das práticas vigentes durante as fases mais repressivas do regime (anteriores ao governo Geisel) continuaram sendo executadas, pois embora o governo Médici seja conhecido como mais repressivo, o governo Geisel não esteve isento de tortura e perseguição. Personagens como o jornalista Vladimir Herzog e o operário Manuel Fiel Filho morreram durante o governo deste último. Desta forma, podemos entender que o *modus operandi* característico deste momento continuava reverberando na forma como também o conhecimento era ou podia ser produzido dentro de instituições universitárias como, por exemplo, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, e

o próprio CPDOC (REIS, 2004, p. 44). Ao observar o catálogo produzido em 1977, verificam-se duas entrevistas onde parte do conteúdo deveria se manter lacrado durante 20 anos,¹³ e uma na qual o tema é a própria “Revolução de 1964”, sendo o uso do seu conteúdo limitado por cláusulas do termo de cessão de entrevista.

Além disso, pode-se indagar até que ponto esse momento ditatorial não favorecia um trabalho com as elites em decorrência da desconfiança que um pesquisador interessado nas “classes populares” – ainda mais se este trouxesse em sua pesquisa um viés político, de questionamento – poderia causar. Como revela Carlos Humberto Corrêa a seguir:

Carlos Humberto Corrêa: Nós estávamos numa época – 1975 – ainda em pleno regime militar, num fogo muito grande. E a reação a isso também, porque a primeira reação que se viu àquilo que nós estávamos fazendo, as entrevistas, era a possibilidade da história oral se voltar para fazer com que o homem do povo fosse entrevistado. E aí eu fiquei com medo! Fiquei com medo porque ela não foi feita pra isso. Ela *pode* ser usada pra isso, mas não somente (...) ¹⁴

¹³ Entrevista cedida a George Browne por Christiane Deeke Barreto, “A colonização de Blumenau no início do século” (1975); e entrevista cedida por Ary Oliveira a Lucia Koerich, “Administração municipal do entrevistado em Florianópolis” (1977).

¹⁴ Entrevista cedida a Ricardo Santhiago em 24 de agosto de 2010, no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Afora a preferência intelectual pelo desenvolvimento de uma história política – também revelada ao longo da entrevista –, Corrêa evidencia que, de fato, o momento histórico brasileiro não favorecia o florescimento de algumas temáticas que poderiam ser abordadas pela história oral, em especial, aquelas que se voltassem para as “classes populares”.

A *Revista Brasileira de História* (RBH), periódico editado pela Associação Nacional de História (ANPUH) desde 1981, atua como veículo de divulgação de eventos, pesquisas e publicações na área de História, sendo assim entendida como um objeto de observação pertinente para a tentativa de mapear as ideias preponderantes na historiografia que foi produzida durante os anos de publicação do periódico. Numa primeira mirada, ao observar os artigos, resenhas e comentários publicados na revista, ao longo do período analisado (1981-1990), a história oral pareceu estar praticamente ausente das discussões elaboradas. Apenas dois artigos, que aparecem ao fim da década de 1980, estampam em seus títulos uma referência direta a “História Oral” ou “Fontes Orais”. O primeiro deles está localizado no volume 8, número 16: lançado em 1988, foi escrito por Zita de Paula Rosa e se intitula *Fontes Orais de Famílias Negras*. O segundo artigo

está presente no volume 10, número 20, e corresponde aos anos de 1989 e 1990: elaborado por Raphael Samuel, foi intitulado *História Local e História Oral*.

No entanto, quando folheadas as páginas de cada volume vão aparecendo pouco a pouco outras referências à história oral, às fontes orais e à documentação oral. Logo no primeiro volume surge o manual de Carlos Humberto Côrrea, *História Oral: Teoria e Técnica*, figurando entre umas das obras na área de história publicadas no ano de 1978. Aparecem também eventos onde a temática se destaca, como o XV Congresso Internacional de Ciências Históricas, realizado na cidade de Bucareste, em agosto de 1980. (RBH, 1981, p. 132-133). Nesse momento, acerca da temática “Problemas e métodos no campo da história oral”, é salientada “a contribuição dos historiadores da África, pela primeira vez presentes a um Congresso Internacional de História” (GLEZER, 1981, p. 132). E ainda é digna de nota a atuação de uma historiadora norte-americana, Macly P. Burge, que

(...) fazendo a conclusão geral mostrou como atualmente há enorme preocupação com a História Oral e sugeriu uma secção sobre este campo no próximo Congresso internacional de ciências históricas. As sociedades humanas que chegaram à etapa histórica poderão fazer uma elaboração de grande importância. (...) Daí a necessidade de se fazer

progridir os estudos sobre a crítica das fontes em História Oral. (GLEZER, 1981, p. 132)

Em outro evento, desta vez o XI Simpósio de História, realizado no ano de 1981 em João Pessoa (PA), a história oral também estava presente. Com trabalho intitulado *A História Oral como técnica para a formação de acervo histórico*, a socióloga Maria Antônia Alonso de Andrade foi uma das apresentadoras de sessão coordenada pelas historiadoras Maria Efigênia Lage de Rezende e Déa Ribeiro Fenelon. (RBH, 1981, p. 282).

Além disso, é divulgada bibliografia internacional pertinente à pesquisa histórica, onde desponta um dossiê produzido pela *Revue des Annales* em 1980, nomeado *Archives Orales: Une autre histoire?*, indicado como disponível para consulta na biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). (RBH, 1981, p. 290). São também publicados quatro artigos (no volume 3, número 5 de 1983; e no volume 8, número 15 de 1987/88) onde fica clara a utilização de entrevistas orais como fontes, e o relato de uma atividade envolvendo alunos da 8ª série do Ensino Fundamental que haviam realizado levantamento de fontes, inclusive entrevistas, para trabalho de

pesquisa relacionado à industrialização da cidade de Uberlândia. Interessante ressaltar que, em um dos quatro artigos mencionados, as autoras, pós-graduandas em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ressaltam o uso “de técnicas de história oral, analisando o alcance teórico dessa perspectiva de investigação” (DEL VECHIO; VIDAL, 1986/1987, p. 125) para uma pesquisa a respeito do trabalho numa fábrica de tapetes na cidade de Jacareí (SP); revelaram, mais uma vez, a preocupação em refletir sobre o uso destas fontes ainda recentes no campo da historiografia brasileira.

É possível vislumbrar também, em volume publicado em março de 1983, um grande espaço da revista dedicado à divulgação das atividades desenvolvidas por algumas Universidades e outras instituições atuantes no recolhimento, guarda e conservação de acervos documentais. Em alguns dos relatórios de atividades destes espaços, aparecem referências tanto a acervos de entrevistas como até mesmo a um convênio realizado com o CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, por parte do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba (RBH, 1983, p. 7-8). Tal iniciativa tinha como intuito ampliar os estudos realizados pelo setor de História Oral sobre as elites políticas

da Paraíba. Em relação à constituição ou manutenção de acervos de fontes orais, aparecem como depositários desse tipo de documentação o Centro de Memória Social Brasileira, que destaca a maneira como era entendida por eles a fonte oral, ou seja, uma “técnica auxiliar de levantamento sistemático de informações para a pesquisa histórica” (SILVA, 1983, p.23), definição que vai ao encontro das prerrogativas que dominavam estes primeiros passos da história oral brasileira (onde as fontes orais são tidas como uma maneira de preencher lacunas informativas, uma “fonte auxiliar”, manejada de maneira pragmática e “sistemática” e utilizada somente na falta de outro tipo de documentação, principalmente escrita); o Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; e o Núcleo de Documentação Regional da Universidade Metodista de Piracicaba, que começava a se organizar naquele período, 1983.

De uma forma geral, nota-se que a presença da história oral ainda é tímida, mas que há visível crescimento de acervos de entrevistas orais e um maior interesse em relação ao tema, o que pouco a pouco vai levando ao debate e ao questionamento da forma como a história oral vinha sendo abordada até então no Brasil. Tal questionamento pode ser visto, por exemplo, nos

dois artigos publicados ao fim da década de 1980, onde a forma como as entrevistas orais são utilizadas pelos historiadores é pauta de discussão. (ROSA, 1988; SAMUEL, 1989)¹⁵

1.3 A “nova técnica” na UFSC

A trajetória do Laboratório de História Oral da UFSC se entrelaça à trajetória da história oral do Brasil desde o seu princípio, mesmo que, como visto anteriormente, tal associação não possa ser visualizada em trabalhos que versam sobre a história da história oral.¹⁶ Este percurso aqui será dividido em dois momentos: o primeiro, entre 1975 e 1991, quando esteve à frente do Laboratório o Professor Carlos Humberto Corrêa; e o segundo que se inicia em 1998, após um período de sete anos sem coordenador, sob a coordenação de Marcos Vinícios de Almeida Saul, que lá permaneceu até 2003, quando o cargo foi passado às mãos de Liane Maria Nagel, quem vem

¹⁵ Vide apêndice I: *Revista Brasileira de História – Produção relacionada à História oral (1981-1990)*.

¹⁶ Vale lembrar que a reconstituição desta trajetória se mostra difícil, pois as informações acerca deste espaço institucional são muito fragmentadas, e seu curso irregular ainda acarretou a perda ou desvios de documentos que seriam importantes para entender este percurso.

desenvolvendo esta atividade até os dias de hoje. Ainda adverte-se que os esforços nessa etapa do trabalho aqui apresentado se voltaram para a reflexão em torno do desenvolvimento deste “primeiro momento” do Laboratório.

Como era de se esperar, as prerrogativas e diretrizes que regiam o programa de história oral estabelecido no Programa de Pós-Graduação em História e no Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina eram muito semelhantes àquelas que predominavam entre alguns dos primeiros ministrantes estrangeiros que vieram disseminar esta “nova técnica”. A história oral naquele momento parecia significar, sobretudo, uma “técnica de coleta e utilização de dados primários que toma seu lugar junto à quantificação, à análise psicológica de fontes, e outras técnicas como arma de versatilidade do historiador moderno” (BROWNE; PIAZZA, 1975, p. 931).

Segundo consta na dissertação produzida por Carlos Humberto Corrêa – e, também, no manual no qual ela foi transformada e lançada em 1978 –, as relações entre o Programa de Pós-Graduação e o Departamento de História da UFSC e as fontes orais se iniciaram no ano de 1974, ano anterior à efetiva institucionalização do Laboratório de História Oral. Foi então, em 1974, que o professor estadunidense

George P. Browne ministrou no Programa de Especialização em História da UFSC – que no ano seguinte seria transformado em Programa de Pós-Graduação com a criação do Curso de Mestrado – aulas sobre o que eram denominadas *Técnicas da História Oral*, um dos tópicos abordados pela disciplina *Metodologia da Pesquisa Histórica*. Muitas das produções advindas desse primeiro contato com a “técnica” podem ser visualizadas no *Catálogo de Entrevistas*, editado também por Corrêa três anos mais tarde, 1977. São 34 entrevistas que versam sobre temas como imigração europeia em Santa Catarina, desenvolvimento político, relações econômicas no estado e Revolução de 1930. Também se percebe que estiveram envolvidos nesse primeiro momento muitos alunos que mais tarde viriam a defender, nesta mesma Universidade, suas dissertações de mestrado. De acordo com o catálogo editado na UFSC (CORRÊA, 1987), durante os anos de 1977 e 1985 quarenta e três alunos defenderam dissertações no Programa de Pós-Graduação em História; dentre estes, apenas duas alunas não contam com entrevistas de sua autoria armazenadas no Laboratório: Eneida Raquel de S.Thiago e Sônia Pereira Laus.

De acordo com o primeiro *Catálogo de Entrevistas*, lançado em 1977, foi

(...) em 1975, com a representação de um membro daquele colegiado¹⁷ no Curso Intensivo de História Oral realizado no Rio Janeiro sob os auspícios da CAPES, da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade Federal Fluminense, bem como a realização do Segundo Curso de Especialização em História da UFSC, desta vez ministrado pelo Professor Vanireh Chacon (sic)¹⁸ implantou-se o Laboratório de História Oral, cuja coordenação nos foi entregue. (CORRÊA, 1977, p. 19-20)

Foi no mesmo ano em que se fundou o Laboratório de História Oral, 1975, que Walter Piazza, juntamente com o norte-americano George Browne, apresentou, no VIII Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, a comunicação *Documentação em História Oral*. Como aparece nas primeiras linhas do texto, o objetivo da apresentação era “servir de rápida introdução à História Oral, demonstrar como vem sendo utilizada na Universidade Federal de Santa Catarina, e sugerir possíveis utilizações desta técnica em apoio ao ensino da História em nível universitário.” Para além de um “preenchimento de lacunas”, a história oral, para os dois, oferecia “múltiplas aplicações” e a oportunidade de observar

¹⁷ Colegiado responsável por elaborar o projeto do Laboratório de História Oral da UFSC.

¹⁸ Vamireh Chacon. Atualmente é professor emérito da Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3597322835794049>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

diferentes visões do passado, trazendo com isso reflexões mais profundas que as “fontes tradicionais” (BROWNE; PIAZZA, 1976, passim). Breve panorama dos trabalhos desenvolvidos na UFSC também foi pauta, aparecendo o Programa de História Oral vinculado a um projeto de maior extensão, o Programa Departamental de Pesquisa Histórica. É mencionado também um possível contato com a Universidade de Columbia (EUA), “para um convênio de cooperação técnica recíprocas”. (BROWNE, PIAZZA, 1975, p. 930) Com efeito, observa-se que a apresentação pretendia introduzir e difundir esta “técnica” de maneira bem direta e “didática”, inclusive trazendo de que maneira esta poderia ser utilizada no ensino de história, do Ensino Fundamental à Pós-Graduação. A história oral para ambos seria uma possibilidade onde o ensino e a pesquisa histórica se dinamizariam, ganhando novos caminhos para explorar.

O pequeno histórico do Laboratório que é apresentado logo ao início do Catálogo de 1977 ainda é interessante para visualizar um pouco das intenções e das prerrogativas que guiavam as ações que ali foram e ainda seriam realizadas: “levantar o máximo possível de memórias gravadas, através de técnica própria, memórias de pessoas que, por suas vivências e origens oferecessem experiências que servissem como base

documental para o estudo da colonização estrangeira” (CORRÊA, 1977, p. 20), bem como para uma “revisão da história política republicana” (CORRÊA, 1977, p. 21). De acordo com Carlos Humberto Corrêa, tarefa difícil de ser realizada, pois havia falta de documentação escrita que servisse ao tema, devido à destruição ou ao desaparecimento. Importante notar que, naquele momento, a fonte oral tinha “valor para pesquisa histórica” quando complementasse “a documentação escrita” (CORRÊA, 1977, p. 22). Além do mais, permitia “o registro de memórias de personagens de ambos os lados do acontecimento”, diferentemente dos documentos escritos que “tendem a uma visão mais unilateral dos fatos, que é geralmente o ponto de vista oficial.” (CORRÊA, 1977, p. 24). A presença dos historiadores James Wilkie e Eugenia Meyer também é percebida, e até mesmo mencionada por Carlos Humberto Corrêa, que utiliza os exemplos da pesquisa de cada um desses pesquisadores para discorrer a respeito da diferença entre a realização de entrevistas com líderes políticos e “camponeses” e “artesãos”. Para ele, tais entrevistados se constituíam os “dois tipos de informantes ou memorialistas”, sendo o professor James Wilkie um especialista no trabalho com as elites e Eugenia Meyer com os “camponeses”.

Por fim, Carlos Humberto Corrêa destaca que, para além da utilização em pesquisas acerca da colonização e desenvolvimento político do Estado¹⁹, as entrevistas que estavam a ser recolhidas, transcritas e disponibilizadas à consulta teriam uma função que se projetava para o futuro, quando estas seriam especialmente úteis para pesquisas.

Temos sempre em conta que o Programa de Documentação em História Oral não visa, necessariamente, a utilização imediata da entrevista como fonte de pesquisa, mas, principalmente, objetiva a formação de um acervo para ser utilizado pelos pesquisadores num futuro indeterminado. Daí a nossa despreocupação a respeito dos espaços de tempo em que as entrevistas ficarão seladas segundo a vontade do informante, desde que as informações sejam verdadeiras. E, temos certeza, que sempre o são.” (CORRÊA, 1977, p. 32)

Nesse trecho extraído do Catálogo de Entrevistas (1977), pode-se visualizar que a preocupação com o desenvolvimento do acervo estava menos voltada ao uso imediato que aos usos futuros dessas fontes. Além disso, existe outro elemento interessante nessa fala, a constatação das

¹⁹ No *Catálogo de Entrevistas* de 1977 ainda estão apontados dois projetos que eram desenvolvidos paralelamente pelo Laboratório de História Oral e que se relacionavam às temáticas privilegiadas pelas pesquisas: o “Projeto Geral” que se referia ao tema da colonização e o “Projeto Especial”, mais intimamente ligado às políticas do estado.

restrições que poderiam ser colocadas a algumas entrevistas, a sua censura por determinado período. Tal ponto remetendo tanto a questões de ordem pessoal presentes nesses diálogos, como a menção a pessoas vivas e seus descendentes, quanto ao momento político vivido, como destacado anteriormente. Vale lembrar que algumas entrevistas presentes neste catálogo deveriam permanecer seladas durante determinado período.

Pouco depois da fundação do Laboratório de História Oral por parte do Departamento de História, outro projeto no campo da história oral teve início em Santa Catarina, mais uma vez tendo como ponto de partida a UFSC. Isto é o que indicam duas das publicações da época: o *Catálogo de Entrevistas* de 1980²⁰ e um texto de Walter Piazza publicado em 1982, no primeiro volume da *Revista Ciências Humanas*, periódico científico editado na própria UFSC.

No texto de introdução do *Catálogo de Entrevistas* de 1980, o historiador Walter Piazza afirma, em tom orgulhoso:

Continua-se, entretanto, a tarefa. Agiganta-se à obra de difusão da História Oral. Utiliza-se tal técnica em dissertações de Mestrado, no seu todo ou em partes.

²⁰ Juntamente com Carlos Humberto Corrêa, outros dois historiadores foram responsáveis pela organização deste catálogo: Walter Fernando Piazza e Djanira de Andrade, ex-aluna do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC.

E chega-se a 1980, com uma grande vitória de um trabalho de equipe, realizado com pertinácia, humildemente como devem ser os trabalhos verdadeiramente científicos. A Organização dos Estados Americanos, diante das credenciais apresentadas, subsidia o Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, a fim de que estruture e execute o treinamento de pessoal para Centros Regionais de História Oral, ora em efetivação no “Campus” da Trindade, com elementos indicados pelas Fundações Educacionais do interior do Estado de Santa Catarina e de outros Estados da Federação.

O desenvolvimento desse projeto, por sua vez, pode ser observado no artigo publicado na *Revista Ciências Humanas*, logo acima mencionado, intitulado *A Pesquisa Histórica em Santa Catarina*. Walter Piazza é novamente o autor da publicação, que buscava traçar um breve panorama do estado em que se encontravam as pesquisas históricas em Santa Catarina, mais especificamente na UFSC. Conforme Piazza, a pesquisa histórica foi dinamizada a partir da aprovação do projeto "Perfil social-econômico de Santa Catarina, com base em fontes históricas primárias", o qual era coordenado por ele próprio. Além disso, ele indica que concomitantemente tem início o Curso de Especialização em História, mais tarde convertido em Curso de Pós-Graduação em História, em nível de mestrado, o qual contou com a contratação de professores estrangeiros. E foi dentro destes projetos maiores que se

desenvolveram outras iniciativas, como o Programa de História Oral, contando “com uma grande massa de entrevistas efetuadas, com dados da maior relevância para o estudo da história recente do país e da região”. O sucesso do Programa, ou como coloca Piazza,

a experiência demonstrada levou a Organização dos Estados Americanos a aceitar-nos como centro de excelência para a execução do Projeto Piloto de Centros Regionais de História Oral, o que foi, inicialmente, executado em 1980 com o preparo teórico dos Diretores de tais Centros, e em 1981 tem-se a dinamização de tal projeto, com assistência técnica a seis (6) Centros Regionais instalados em Santa Catarina e um (1) na cidade do Rio Grande (Rio Grande do Sul).

Tais Centros Regionais de História Oral estariam distribuídos por seis cidades catarinenses: Joinville, Jaraguá do Sul, Itajaí, Tubarão, Lages e Joaçaba, junto às Fundações Educacionais existentes. Ainda no que tange à pesquisa histórica no estado, são citados o Programa de História Demográfica, a indexação de documentação histórica e o Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros, empreendimento em nível nacional do qual a UFSC fazia parte. Tais ações, quando vistas como um conjunto, demonstram uma preocupação especial com a formação de arquivos que pudessem suprir a demanda das pesquisas de caráter histórico

em Santa Catarina, ainda mais quando se leva em conta que o Programa de Pós-Graduação em História da UFSC acabava de ser instalado, o que de fato acabou por fomentar o crescimento do número de pesquisas.

Carlos Humberto Corrêa e sua dissertação, a primeira a ser apresentada no programa de mestrado que se iniciava, são inclusive objetos interessantes de serem observados neste processo de expansão do campo da história acadêmica da UFSC. Em Plano de Atividades apresentado em 4 de agosto de 1976, pela então coordenadora do Departamento de História, Oswaldina Cabral Gomes, ao sub-reitor de Pesquisa e Ensino da UFSC²¹, aparecem algumas dissertações que estavam sendo desenvolvidas, dentre elas a de Corrêa, que naquele momento não trabalhava com a temática da história oral, mas sim com a Revolução de 1930 em Santa Catarina. E ainda, o próprio Corrêa revela, em duas entrevistas realizadas décadas depois, que foi sugerido a ele um “redirecionamento” da pesquisa do mestrado, por parte de outros professores da UFSC. Na primeira destas entrevistas, cedida em 2005, Corrêa afirma:

²¹ GOMES, O. G. Plano de Atividades do Departamento de História. [1976]. 8 p. Ofício enviado ao Sub-reitor de Pesquisa e Ensino da UFSC. Arquivo geral da UFSC.

Janice Gonçalves²²: Essa questão da história política é muito presente na sua produção, mas ela aparece com força na tese. E eu fiquei pensando: não era uma coisa que estava presente já quando o senhor estava fazendo o mestrado? Porque o mestrado está mais direcionado para a questão da técnica da história oral, da metodologia, da importância...

Carlos Humberto Corrêa: Aí foi diferente. Porque eu fui o primeiro a fazer o mestrado aqui. (...) E eu estava querendo fazer história política. Aí apareceu aqui o professor Browne, americano, que trouxe pro Brasil a tal da história oral, nos deu um curso de história oral, dentro do Mestrado. (...) Até que alguns professores daqui do Mestrado, principalmente os estrangeiros, me aconselharam a fazer um trabalho de adaptação às condições brasileiras, daquela realidade da história oral no México e nos Estados Unidos. Que, inclusive, sairia uma coisa que já estava mais ou menos pronta, já estava mais ou menos feita, e sairia mais rápido a primeira dissertação. Foi o que eu fiz.

E na segunda em 2010, confirma:

Carlos Humberto Corrêa²³: Aí eu voltei [do curso realizado no CPDOC – Rio de Janeiro em 1975] e comecei a elaborar a tal da adaptação da metodologia americana e da mexicana com a brasileira. E me sugeriram que a minha dissertação de mestrado fosse esse estudo, de maneira que eu fiz, elaborei a dissertação e depois publiquei na forma de livro.

²² Entrevista cedida a Janice Gonçalves em 04 de novembro de 2005, no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (Museu Histórico de Santa Catarina).

²³ Entrevista cedida a Ricardo Santhiago em 24 de agosto de 2010, no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Como afirmado por ele, tal mudança temática se mostrou ainda como possibilidade de apressar a defesa da primeira dissertação do Programa de Pós-Graduação em nível de mestrado, uma necessidade para um programa que dava seus primeiros passos e que precisava se estabelecer no cenário acadêmico nacional.

Percebe-se assim um espaço especial legado ao trabalho de Corrêa, que no ano da segunda defesa de mestrado deste Programa de Pós-Graduação em História já estava sendo lançado em forma de livro, o qual teve repercussão interessante dentro do ambiente universitário, como mostra matéria publicada no *Jornal Universitário* da UFSC²⁴. Tal texto elogia tanto a iniciativa de Corrêa em divulgar pesquisa acerca de temática recente em território brasileiro, quanto a do próprio Programa de Pós-Graduação em divulgar as mais novas produções catarinenses.

Na edição seguinte do jornal também foi encontrada uma breve resenha, de autoria de Celestino Sachet, professor aposentado do Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras da UFSC²⁵. No texto de Sachet, o trabalho de

²⁴ Vide Anexo IV: Notícia publicada no *Jornal Universitário* da UFSC. p. 146.

²⁵ Vide Anexo V: Resenha publicada no *Jornal Universitário* da UFSC. p. 147.

Corrêa é objeto de comentários elogiosos que abordam o caráter pioneiro da Universidade Federal de Santa Catarina, digna de altos méritos, inclusive por trazer para dentro da História novos personagens, com suas vivências pessoais. Dessa forma, parece ficar assinalado um desejo de expansão e reconhecimento da Pós-Graduação em História da UFSC, tanto na escolha por um tema novo no campo historiográfico brasileiro, quanto pela trajetória de seu trabalho de dissertação.

Para além da dissertação de Corrêa, no período entre 1978 e 1982 foram efetivadas vinte e seis defesas no Programa de Pós-Graduação. Dentre todos estes trabalhos, treze utilizaram a história oral como técnica para o recolhimento de fontes. Os temas abordados iam ao encontro dos projetos envolvendo fontes orais mencionados anteriormente, que tangenciavam principalmente a colonização estrangeira e o desenvolvimento político de Santa Catarina nas suas diversas regiões.

Nessa perspectiva caminhava a pesquisa realizada pelo historiador catarinense Simão Willemann, que se enquadra dentro dos pressupostos e objetivos apresentados pelo Laboratório naquele momento. Primeiramente, na questão da ausência de fontes e a consequente necessidade de utilização das entrevistas. Mas também na ligação com as temáticas

preferencialmente abordadas: Corrêa, no manual de 1978, menciona que “a história oral funciona principalmente quando são tratados assuntos regionais e contemporâneos”. Os objetos da pesquisa de Willemann eram a ele contemporâneos, mas percebe-se que se tratava, sobretudo, de uma questão “regional” (CORRÊA, 1978, p. 17), característica que aparece já no título do trabalho: *A educação da escola alemã no Vale do Braço do Norte*. Este é um ponto importante, pois pelas diretrizes que marcam o período inicial do Centro de Documentação do Laboratório de História Oral na UFSC, o foco principal dos depoimentos seria a colonização estrangeira e a política dentro dos municípios. A pesquisa de Simão Willemann se encaixa perfeitamente dentro dos programas desenvolvidos, que previam “recolher material virgem para ser utilizado posteriormente” (CORRÊA, 1978, p. 16), voltado à colonização estrangeira. Cabe salientar que Walter Piazza era orientador da investigação proposta por Willemann.

Do exposto, percebeu-se que, segundo bibliografia pertinente aos temas tratados na dissertação, em especial sobre a história oral brasileira durante esta sua primeira fase, desenvolvida ao longo das décadas de 1970 e 1980, o CPDOC se constitui a sua principal referência relativa a este campo. Ficam apagadas nesse momento outras iniciativas que também

adentravam o mundo das fontes orais, como, por exemplo, o projeto desenvolvido no Curso de Pós-Graduação e no Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, que visava tanto ao desenvolvimento do Laboratório de História Oral quanto à criação de Centros Regionais de História Oral. Ao longo da década posterior a estas primeiras iniciativas, houve um crescimento, embora tímido, das discussões promovidas a respeito desta “técnica” e dos novos significados que aos poucos foram a ela atribuídos. Em relação ao Laboratório de História Oral da UFSC, foi possível observar que Carlos Humberto Corrêa não estava só ao articular este empreendimento, já que o historiador e professor da UFSC Walter Fernando Piazza também foi bastante atuante, na tentativa de implantar esta iniciativa com sucesso. Por fim, a pesquisa de Simão Willemann, ao se encaixar nos anseios daquele programa de história oral, se mostrou indício significativo para tentar identificar, na prática, de que maneira estes pressupostos se colocavam. Pauta principal do capítulo a seguir.

Capítulo 2: Percursos de Simão Willemann

Simão Willemann é natural da cidade de Rio Fortuna²⁶, interior de Santa Catarina, uma região onde a colonização alemã foi predominante – característica que, como se verá mais à frente, reverberou diretamente nos interesses de Willemann como pesquisador em História. Teve sua trajetória profissional marcada pela atuação como professor primário e de ensino fundamental – desde o ano de 1959 – das disciplinas de História e Filosofia no Colégio Estadual Nossa Senhora de Fátima, em sua cidade de origem (Rio Fortuna). Os primeiros contatos deste historiador com a Universidade Federal de Santa Catarina foram travados em 1976, quando realizou o Curso de Especialização em História²⁷. Após esta especialização, lecionou as disciplinas de História Antiga e História Medieval durante os anos de 1978 e 1982 na Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina, na cidade de Tubarão, exercendo também, durante este período, a função de diretor geral no Colégio Estadual Nossa Senhora de Fátima, cargo que acabou

²⁶ “Rio Fortuna fica a cerca 200 quilômetros (via BR-101) da capital, Florianópolis. Sua população (de 4.446 habitantes, conforme dados do Censo 2010) vive, em grande maioria, nas áreas rurais.” Disponível em: <http://www.riofortuna.sc.gov.br/municipio/index/codMapaItem/16185#.VLVUZ2TF_dg>. Acesso em: 13 jan. 2015.

²⁷ Sua formação superior era na área de Filosofia.

por determinar o destino de suas pesquisas para adquirir o título de mestre em História²⁸.

A trajetória de Simão Willemann como pós-graduando em História se confunde com o seu percurso como pesquisador que buscou as fontes orais, pois foi a partir das disciplinas cursadas na UFSC e da orientação para a configuração de seu projeto de pesquisa que ele aproximou-se da história oral. Já em 1976, como aluno da Especialização em História, realizou uma entrevista oral acerca da temática da Revolução de 1930, como mostra o *Catálogo de Entrevistas* de 1977. Foi durante os anos de 1977 e 1978 que coletou as entrevistas que serviriam de fonte para a conclusão de seu projeto de pesquisa, *A Educação na Escola Alemã no Vale do Braço do Norte no período de 1870 a 1930*. Durante o período supracitado (1977 a 1978), Willemann realizou quatorze entrevistas com idosos da região do Vale do Rio Braço do Norte, que haviam estudado nas pequenas escolas isoladas de colonização alemã. São mais de 500 páginas transcritas – já amareladas pelo tempo – e

²⁸ Em entrevista concedida por Simão Willemann à autora da dissertação, afirma que não pôde se tornar mestre, pois, ao entrar na pós-graduação, não conseguiu liberação do cargo de diretor para prosseguir com seus estudos. A cópia da carta onde ele pede ao Secretário de Educação de Santa Catarina tal afastamento remunerado integral, inclusive, a parte de seu arquivo pessoal que corresponde ao período em que realizava o curso de pós-graduação.

muitas horas de gravação, que por fim não foram por ele utilizadas, mas que permaneceram guardadas tanto em seu arquivo pessoal quanto no acervo do próprio Laboratório de História Oral da UFSC.²⁹

Nesse sentido, todo este material produzido por Simão Willemann, desde o seu projeto de pesquisa até as entrevistas por ele realizadas, são importantes indícios para tentar avaliar as significações conferidas à história oral no momento em que ela era introduzida em Santa Catarina – e também no Brasil, dado o *status* de pioneirismo, em nível nacional, que pode ser atribuído ao Programa estabelecido na UFSC em 1975. Por trás das produções de Willemann, também podem ser visualizadas as prerrogativas que regiam a utilização da história oral pelo Programa de Pós-Graduação em História e, mais amplamente, pelo Departamento de História da UFSC, ao qual o Programa estava ligado, e a transformação no modo como as fontes orais são utilizadas pelos historiadores – mudança que perpassa desde a maneira como a Teoria da História entende a própria História até a expansão de discussões vinculadas à relação memória e história e ao campo da História do Tempo Presente.

²⁹ Dez transcrições (versões escritas), das quatorze entrevistas realizadas por Simão Willemann durante os anos de 1977 e 1978, podem ainda ser consultadas no Laboratório de História Oral da UFSC.

Os caminhos a serem percorridos neste capítulo são basicamente dois. O primeiro deles pretende pensar as relações entre o oral e o escrito por meio das transcrições e gravações produzidas por Willemann, pois o debate acerca da produção das transcrições de entrevistas de história oral sempre é tema candente, que gera uma profusão de opiniões. E ainda, porque a transcrição é de fato um instrumento importante para o historiador que utiliza fontes orais em seu trabalho, tanto por questões legais e éticas, quanto por questões que remetem ao processo de análise do material coletado.

Ela (a transcrição), como um produto carregado de intersubjetividade, exige do transcritor um esforço mesmo de “tradução”, de trazer à tona certos elementos ou modificar outros, num jogo de aproximações e afastamentos em relação à “fala original”. Assim, considera-se importante refletir sobre este tema tomando como objetos entrevistas produzidas num contexto onde a história oral ainda se estabelecia no Brasil – caso das que foram produzidas por Willemann –, pois estas carregam algumas características que revelam permanências ou modificações em relação à forma como as fontes orais eram e agora são produzidas e significadas.

Já o segundo destes caminhos buscará pensar a história oral dentro de um projeto de pesquisa (o projeto de dissertação

de Simão Willemann), que por sua vez se articulava, como já mencionado anteriormente, a um plano maior, que abarcava outras iniciativas direcionadas ao campo da história oral (em conexão com o Laboratório de História Oral). Nesse sentido, se pretende apontar em que medida o que foi produzido por Simão Willemann, e outros dois pós-graduandos, Maria Therezinha Sobierajski Barreto e Reinaldo João Pick³⁰, se aproxima ou se afasta do “modelo” proposto pela UFSC e de que forma essa referência se desenvolvia.

2.1 Distanciamentos, aproximações: o oral e o escrito.

Como já mencionado, durante os anos 1977 e 1978 o historiador catarinense Simão Willemann gravou e transcreveu ao todo quatorze entrevistas, que tinham como temática principal o desenvolvimento de pequenas escolas étnicas numa região do estado de Santa Catarina, o Vale do Braço do Norte. Tais depoimentos foram originalmente

³⁰ Os trabalhos desta ex-aluna e deste ex-aluno foram escolhidos pois se realizaram no mesmo momento em que Willemann recolhia suas fontes. São portanto objetos produzidos num mesmo espaço e período, que fornecem um indicativo de como a “técnica” de história oral era desenvolvida junto ao Laboratório de História Oral da UFSC.

gravados em fitas cassetes comuns, capazes de registrar até 60 minutos de gravação (30 minutos em cada lado da fita).

Em tal cenário, ou processo, se colocam como duas questões importantes: a transposição das falas gravadas em fita cassete para o papel, quer dizer, a produção da transcrição de cada uma das entrevistas, fator essencial para que estas pudessem integrar o acervo do Laboratório de História Oral da UFSC; e ainda, o fato destas transcrições serem os objetos que tornaram possível os primeiros contatos com as entrevistas de Willemann. E, por consequência, provocaram a busca pelo formato em fita cassete.

No dicionário Houaiss (2009), o verbo transcrever aparece definido das seguintes maneiras:

1. Escrever novamente (um determinado conteúdo) em outro lugar; trasladar, copiar, reproduzir
2. Passar para o papel ou equivalente (algo) que está sendo ouvido (...)
3. Escrever (algo escrito) em outro sistema ou alfabeto.

Tal definição parece oferecer algumas pistas de como a transcrição foi durante muito tempo pensada: uma espécie de cópia, reprodução do discurso oral. Mas será mesmo que podemos considerar a transcrição como uma cópia? Ou é ela também um exercício de criação? Pensando em estudos mais

atuais, de que forma se relacionam o discurso oral e o discurso escrito? Quais os limites e possibilidades que se fecham ou abrem ao trabalho dos transcritores? E ainda, por que não pensar sobre as apropriações diferenciadas que surgem a partir da utilização destes discursos, produtos de uma entrevista oral, em materialidades diferentes (cassete, CD, texto escrito, vídeo etc.)? Essas são algumas questões que podem ser levantadas ao se analisar as entrevistas produzidas por Simão Willemann na década de 1970. Nesse sentido, elas dão aporte para refletir um pouco acerca das relações entre a oralidade, a escrita e a materialidade dos suportes – que condicionam este oral e este escrito – e de que forma estas relações aparecem, no caso das transcrições baseadas na metodologia da história oral.

Os objetos que suscitaram a análise e o desenvolvimento dos questionamentos acima propostos foram, primeiramente, os produtos finais de cinco das catorze entrevistas orais realizadas em 1977 e 1978 por Willemann, ou seja, as gravações em fita cassete e as transcrições datilografadas destas. Portanto, como descrito não foram utilizadas aqui todas as catorze entrevistas por este historiador produzidas, pelo seguinte motivo: deste total, apenas cinco entrevistas possuem áudio e transcrição disponíveis, os suportes com o áudio das outras oito entrevistas restantes não

foram localizados.³¹ Juntas, somente estas cinco entrevistas aqui abordadas equivalem a quase 10 horas de gravação.³²

Também será discutido o manual de história oral editado pela Universidade Federal de Santa Catarina (CORRÊA, 1978), o qual já foi brevemente abordado no primeiro capítulo. Por meio deste se tentará contemplar todas as questões acima propostas, sabendo de antemão que estas discussões não serão esgotadas, levando-se em conta que muito destes temas ainda são mote de problemáticas controversas dentro dos trabalhos que envolvem fontes orais.

O manual aqui utilizado é uma produção do mesmo período no qual Simão Willemann desenvolveu sua pesquisa e pode-se dizer que em suas páginas é possível encontrar muitos dos pressupostos que nortearam a investigação deste historiador catarinense, no trabalho com fontes orais. Nesse sentido, o manual constitui evidência dos anseios e

³¹ **Entrevistas com transcrições disponíveis:** José Boeing, Werner Voss, Antônio Gregório Heideman, Frederico Hemkemeier, Daniel Brüning, Rainoldo Michels, Gabriel Heidemann, Huberto Dirksen, José Antônio Ricken, Turíbio Schmidt, Augustinho Wiggers, Pedro Phillipi, Roberto João Tenfen, Guilherme Daufenbach. **Fitas cassetes disponíveis:** Guilherme Daufenbach, Pedro Philippi, Rainoldo Michels, Roberto João Tenfen, Turíbio Schmidt.

³² A maioria das entrevistas por Willemann gravadas – que estão disponíveis no formato cassete – equivalem a, aproximadamente, duas fitas. Sendo assim, nota-se que Simão realizou entrevistas relativamente longas, com mais de uma hora de diálogo.

prerrogativas da empreitada do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Nele aparecem um pequeno histórico da história oral no mundo, bem como recomendações quanto à maneira como aqueles que buscavam utilizar a história oral deveriam proceder durante e depois da elaboração das entrevistas, inclusive no que tange ao processo de transcrição.

O primeiro questionamento a ser retomado se refere à afirmação de que a transcrição se trata de uma mera cópia escrita da palavra dita. Alguns trechos de *História Oral - Teoria e Técnica* são reveladores da maneira como era pensado o processo de transcrição e de que maneira ele deveria ser desenvolvido, em especial no âmbito da UFSC, espaço onde Willemann tomou contato com a história oral e realizou a transcrição das entrevistas por ele coletadas. Nas páginas do referido manual que são dedicadas ao processo de transcrição, nota-se que existia uma preocupação com a perfeita correspondência entre a narrativa oral e a narrativa escrita, pois a transcrição se constituía como o documento por excelência produzido a partir de uma entrevista oral, o qual seria consultado pelos pesquisadores, sendo o acesso às gravações em áudio reservado a casos excepcionais, nos quais o pesquisador exigisse também sua audição.

A transcrição da entrevista de História Oral é o documento com o qual os pesquisadores vão entrar em contato direto, devendo, portanto, ter como característica principal a fidelidade à fita e perfeita condição de uso (CORRÊA, 1978, p. 59)

Nessa perspectiva, que prezava, sobretudo, a “fidelidade à fita”, a característica mais importante a ser encontrada em um transcritor era o domínio das normas ortográficas e de pontuação.

Este aspecto é de extrema importância, pois a palavra falada, bem como o pensamento expresso através da conversa, geralmente não possui pontuação correta e, nunca, diferenciação ortográfica. A má colocação de uma vírgula, de um ponto ou a própria divisão em parágrafos, muitas vezes modificam completamente o conteúdo da entrevista. (...) Uma transcrição bem feita é aquela que expressa com perfeição o pensamento dos interlocutores e, para isto, depende do conhecimento de ortografia e pontuação por parte do transcritor. (CORRÊA, 1978, p. 60)

A partir dessas afirmações de Corrêa, corroborando a ideia – e a possibilidade de produção – de um texto escrito fiel à palavra falada, têm-se indícios, e certo entendimento, do porquê da utilização da expressão “transcrição” por parte destes primeiros pesquisadores para denominar o documento escrito produzido a partir de uma gravação em áudio.

Acreditava-se que era possível a criação de um texto que “expressasse com perfeição o pensamento dos interlocutores”.

Tal cuidado, por parte de Carlos Humberto Corrêa, também aparece em dois depoimentos concedidos por ex-alunos do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC: Maria Teresa Santos Cunha e Marcos Vinícios de Almeida Saul³³. Reverberações de uma preocupação pungente. Nesse sentido, Maria Teresa Santos Cunha, rememorando estes momentos como pós-graduanda, declara que a transcrição satisfatoriamente executada de acordo com as prerrogativas estabelecidas por Corrêa era uma das avaliações pelas quais os alunos deveriam passar para que pudessem cumprir com os créditos da disciplina por ele lecionada:

Maria Teresa Santos Cunha: O destino era transcrever. O que era a avaliação segundo o Carlos Humberto. Mas ele dizia que ele ia ver a forma como a gente transcrevia. Porque tu tinhas que captar o espírito. Então ele ia escutar a entrevista e ver o que que tu escrevesse, pra dar a nota. Se tu inventasse alguma coisa, se tu botasse um ponto. Aquelas coisas...

³³ Alunos deste primeiro momento do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Marcos Vinícios Saul defendeu sua dissertação *Classe operária e sindicalismo em Novo Hamburgo (1945-1964)* em 1982; e Maria Teresa, a dissertação *A contribuição historiográfica de Lucas Alexandre Boiteux no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro (1911-1957)*, também em 1982.

Então a gente tinha que ser o mais fiel possível a essa coisa, ao transcrever a entrevista. Essa era a avaliação. Entregava então a fita cassete, e entregava a parte escrita.

Saul também se refere a este cuidado especial, tido como um sintoma daquele momento:

Marcos Saul: Ai nós temos uma questão que deve ser discutida até hoje: como se faz a transcrição. Então, é evidente que quanto mais nós recuarmos no tempo, quanto mais pra trás e eu quero dizer mais próximo então da época do nosso mestrado. Da Maria Teresa... a Maria Teresa era minha colega do mestrado. Era ensinado que tinha que ser o mais fiel possível, depois com o tempo, com novas abordagens, com novas bibliografias, foi se entendendo que poderia haver um aprimoramento da transcrição. Até aquilo que autores como José Carlos Sebe Bom Meihy chamam de transcrição. Mas isso, no começo, a gente procurava ser muito fiel. Que era demandado aos alunos por parte do Professor Carlos Humberto Corrêa.

Esta cristalização de uma recordação acerca de uma atividade que poderia ser considerada comum, pois é somente um dos processos de produção desta fonte, pode revelar o quanto era considerado importante, não somente para o Laboratório, mas também para outros pesquisadores que lançavam mão de fontes orais, a produção de uma transcrição que fosse fiel ao que era dito por determinado entrevistado. Nesse caso, ainda é interessante observar, que Simão

Willemann não guarda nenhuma lembrança acerca de sua relação com Carlos Humberto Corrêa, apesar dos indícios que o ligam a este personagem.

Tal panorama remete à maneira como o filósofo Paul Ricoeur entende a *memória individual* e a *memória coletiva*, estabelecida na relação entre *eu*, os *próximos* e os *outros*. Noção aqui tomada de empréstimo para analisar as entrevistas por mim coletadas ao longo desta pesquisa. Ao tratar desse tema, Paul Ricoeur, logo ao início do capítulo *Três sujeitos de atribuição da lembrança: o eu, os coletivos, os próximos*, do livro *A memória, a história, o esquecimento* (2007), coloca ao seu leitor a seguinte interrogação:

Não existe, entre os dois polos da memória individual e da memória coletiva, um plano intermediário de referência no qual operam concretamente as trocas entre a memória viva das pessoas individuais e a memória pública das comunidades às quais pertencemos? (RICOEUR, 2007, p. 141)

Para o autor, essa dimensão intermediária é a da “relação com os próximos a quem temos o direito de atribuir uma memória de tipo distinto.” (p. 141) Os próximos seriam, segundo o autor, “essas pessoas que contam para nós e para as quais contamos.” Eles estão situados “numa faixa de variação das distâncias na relação entre o si e os outros.” (p. 141) Para

Ricoeur, a amizade, a conjugalidade, a família, constituiriam os locais de memória que estariam entre o indivíduo que está só e o sujeito inserido no espaço social.

Nesse caso, pode-se entender que a relação de proximidade estabelecida posteriormente por Maria Teresa Santos Cunha e Marcos Vinícios de Almeida Saul com Carlos Humberto Corrêa, no momento em que estes constituíam o grupo de docentes da Universidade Federal de Santa Catarina – durante a década de 1980 e o início da década de 1990 – corrobora a permanência de determinada lembrança acerca do momento em que estes cursavam a pós-graduação. Enquanto Willemann, afastado desse círculo acadêmico, tem tendência a obliterar estas mesmas reminiscências. Paul Ricoeur, mais uma vez, sugere que a relação entre as memórias individual e coletiva se desenrola num panorama coletivo, ou comunidades de pertencimento: “A experiência do mundo compartilhada repousa numa comunidade tanto de tempo quanto de espaço” (RICOEUR, 2007, p. 140). Enquanto, dentro do espaço da UFSC, Corrêa, Cunha e Saul se constituem como “próximos”, em outra dimensão, Willemann, em relação a estes três, se coloca como “outro”, numa relação recíproca. Se para eles, Willemann é um “outro”, eles para Willemann também o são.

Voltando ao tema da “transposição das falas gravadas para o papel”, pode-se evidenciar que Paul Thompson (1992, passim) – historiador de referência dentro da historiografia brasileira da história oral – entende que a entrevista oral só se torna um documento quando transformada em transcrição. Afirmação que parece repercutir numa necessidade de afirmação do campo, levando-se em conta que Thompson escreveu e vivenciou a época em que a história oral dava seus primeiros passos. Em função disso, houve a criação de regras que regessem a maneira como a transcrição deveria ser desenvolvida, passos técnicos que deveriam ser obedecidos para que o documento fosse produzido de maneira a ser útil para a história, longe de deturpações. Apesar de não ser uma referência encontrada nos trabalhos de história oral publicados a partir do âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina neste primeiro momento, os pressupostos indicados por Thompson em seu livro *The voice of the past: oral history*, publicado pela *Oxford University Press* em 1978, talvez por pertencerem a um mesmo momento histórico, são muito próximos aos que são disseminados por Corrêa.

Atualmente, podemos entender, de certo modo, essa posição de Carlos Humberto Corrêa e de outros pesquisadores pertencentes ao mesmo círculo acadêmico que ele (inclusive

Simão Willemann) como uma atitude “inocente” perante a produção desta fonte oral. Pois, a partir do momento que se nota a existência de uma interferência do transcritor – nem que seja somente no que tange a ortografia e pontuação – no que foi dito pelo entrevistado, pode-se afirmar que a transcrição é também um processo de criação. Ou, ainda, que este posicionamento levanta uma necessidade de afirmação destas fontes em relação a outras, que seriam “menos deturpadas”, pois não seriam “deliberadamente causadas” ou “incitadas” por determinado pesquisador. A “impossibilidade” de se trazer todas as características da oralidade para a escrita torna esta transcrição uma *transcrição*.³⁴

O tipo de transcrição defendida por Corrêa, em seu manual, não constitui a única maneira de desenvolver a passagem para o escrito de uma entrevista oral. Segundo José Carlos Sebe Bom Meihy (1990, p. 28), existem basicamente três formas de se portar em face da transcrição: a forma

³⁴ Aqui tomando de empréstimo um termo cunhado pelo poeta e tradutor Haroldo de Campos, que entende a tradução como um ato mais elaborado que transportar o texto de um idioma para outro. Para o autor, elementos da estrutura do poema, como o ritmo e as combinações sonoras, são muitas vezes mais importantes do que a semântica das palavras. Portanto, não se trata apenas de traduzir o sentido das palavras: a tradução é uma recriação, pois demanda que a estrutura original do texto seja restituída em outro idioma. (CAMPOS, 1976, passim) Uma discussão que estava presente no mesmo período, portanto, mas em setores e grupos de intelectuais diferentes.

“tradicional”, que sugere “fidelidade absoluta” ao que foi enunciado pelo depoente; a forma “conciliatória”, que estabelece uma negociação entre “o que foi dito” e “o que foi vertido em documento”; e por fim, a forma “livre”, procedimento que se preocupa mais com as ideias que com as palavras presentes no depoimento, tendo como produto final um tipo de interpretação do transcritor acerca do que foi dito.” Importante notar que esta categorização de Meihy já levanta uma proposta de renovação, e, portanto, uma crítica ao modelo anterior, conforme indicado no primeiro capítulo.

Em relação a este terceiro tipo apresentado por Meihy, pode-se acrescentar que um dos responsáveis por elaborar certa reflexão e defesa acerca desta modalidade de transcrição, que aparece no livro *(Re) Introduzindo História Oral no Brasil*, é André Castanheira Gattaz, o qual, inclusive, teve como seu orientador de doutorado na Universidade de São Paulo o próprio José Carlos Sebe. Gattaz, no texto intitulado *Lapidando a fala bruta: a textualização em História Oral*, um dos capítulos do livro supracitado, defende que a transcrição deve ser completamente reelaborada, transformando-se num texto que se aproxima do texto historiográfico, levando em conta que a oralidade e a escrita têm um caráter completamente distinto. (GATTAZ, 1996, passim). Nesse processo, Gattaz articula as

noções de *Teatro de Linguagem e Transcrição*³⁵, comuns à teoria literária, e a partir deste entendimento propõe produzir um texto que seja mais “palatável” à leitura, onde as principais ideias e impressões do entrevistado estejam presentes. Nesse processo são suprimidos o diálogo entre os interlocutores, pois as perguntas do entrevistador são “incorporadas” à própria resposta do entrevistado, e eliminadas as características presentes no falar, como vícios de linguagem, repetições e hesitações. (GATTAZ, 1996, p. 138).

Numa primeira observação, já podem ser vistos alguns problemas em relação a este tipo de transcrição, que ao “limpar” o discurso oral, impede que estas características, que podem ser importantes para o entendimento do contexto das entrevistas, cheguem ao conhecimento de possíveis pesquisadores que desejem consultá-las no futuro. Também são relatados por Gattaz que momentos e tópicos da conversa de difícil entendimento são suprimidos (GATTAZ, 1996, p. 138), o que mais uma vez coloca um impedimento para futuros investigadores que poderiam estar justamente interessados no assunto que foi eliminado, como relata a própria experiência do

³⁵Importante lembrar que a *transcrição* aqui não é pensada como Gattaz, uma completa reelaboração do discurso oral.

canadense Alexander Freund (2013)³⁶. Ainda, após a feitura inicial destas transcrições, os entrevistados são consultados pelo transcritor, a fim de corrigir possíveis más interpretações e arranjar os últimos detalhes, tendo como resultado um texto que esteja de acordo com as intenções deste primeiro, o que leva a uma última consideração acerca das múltiplas temporalidades que estarão envolvidas na produção destas fontes e que devem ser levadas em conta pelo historiador, que precisa estar atento a todos os momentos em que este documento é objeto de “interferências”.

Nesse sentido, entende-se que a chave da questão não está na correspondência entre o que foi dito pelo entrevistador e o produto final de uma entrevista de história oral, mas sim, nos limites e possibilidades de uso que estas fontes orais poderão oferecer a historiadores vindouros. Nesse caso, outra questão fundamental é o “contrato” estabelecido entre o entrevistado e entrevistador, e o quanto uma transcrição é o resultado de uma negociação entre estes interlocutores. Assim

³⁶Freund valeu-se de entrevistas realizadas por um terceiro, organizadas em forma resumida, preservando os principais tópicos da conversa e onde estavam colocados os assuntos que eram do interesse do produtor original destas. Ao ouvir as gravações em fita cassete, Freund percebeu que muitos assuntos haviam sido suprimidos, os quais, inclusive, eram de grande valia para a pesquisa que ele realizava naquele momento.

sendo, as possibilidades de uso desse produto final estariam condicionadas ao consentimento dado pelo depoente e ao grau de transparência das operações que se desenvolvem ao longo dessa elaboração. No que concerne a essa questão é possível notar a inexistência, ou talvez, a pouca divulgação, de uma legislação brasileira que reja, por exemplo, a forma como as entrevistas depositadas em acervos que estão sob a guarda de pessoas físicas e arquivos poderão ser utilizadas por terceiros.³⁷ Em geral, o que se percebe é que cada projeto ou arquivo produz suas próprias regras e termos de cessão, e a ausência destes se constitui um problema difícil de ser driblado, justamente pela carência de normas que orientem estes casos. Esta é uma dificuldade, inclusive, que se coloca para a pesquisa aqui desenvolvida. Tanto pela inexistência do termo de cessão, quanto pela existência de um termo bastante restritivo, caso da

³⁷ A Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Tal normatização entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar um motivo específico, o recebimento de informações públicas dos órgãos, entidades públicas, bem como entidades privadas sem fins lucrativos. No entanto, como muitos dos trabalhos que utilizam fontes orais têm seus frutos, normalmente, destinados a acervos pessoais, a questão do acesso à parte expressiva das fontes orais produzidas no país ainda permanece um tanto imprecisa.

maioria das entrevistas por Willemann recolhidas. Neste documento está previsto que

A doação destes materiais está sujeita à seguinte condição: aqueles que tiverem acesso à transcrição da entrevista, poderão escutar a gravação somente para sua informação, não podendo parafraseá-la ou citá-la direta ou indiretamente.

Aspecto que parece remeter aos significados atribuídos ao arquivo de fontes orais do Laboratório da UFSC e à missão conferida a este espaço e aos seus colaboradores. Por conseguinte, tais restrições estariam atreladas tanto ao momento político brasileiro da época (a ditadura civil-militar, como abordado no primeiro capítulo) quanto à tarefa abraçada pelo Laboratório, a de “guardar” estas memórias. Sendo assim, os entrevistados poderiam confiar em seus interlocutores, pois estariam “seguros” quanto ao destino do conteúdo de seus depoimentos, advindo também destas questões a importância atribuída à transcrição, sobretudo, cuidadosamente elaborada, como se verá a seguir.

Ainda, no que tange ao limite imposto à utilização destas entrevistas, duas questões podem ser ressaltadas: primeiramente, a necessidade de que fosse elaborado um novo termo que possibilitasse a citação literal, assinado por

familiares destes senhores, já que todos estes já são falecidos. E a segunda – mais uma vez – remete aos pressupostos que norteavam o desenvolvimento de pesquisas com história oral naquele momento: a busca por informações. A fonte oral funcionando como um repositório de fatos, datas e nomes, a serem utilizados posteriormente na confecção do texto historiográfico.

De fato, a fase da transcrição de uma entrevista é a parte deste processo de produção de fontes onde os pesquisadores da história oral se encontram mais distantes de um consenso. Como coloca Leland McCleary, a dificuldade da transposição da oralidade para o escrito é enfatizada pela observação de que por trás do texto não há um “autor”, mas um corpo vivo. “Essa é a origem da dificuldade para compatibilizar a fala com a escrita, claramente presente na natureza híbrida de uma transcrição, na qual as duas aparecem distorcidas: a fala porque tem de ser escrita e a escrita porque tenta imitar a fala. (McCLEARY, 2011, p. 116). O autor ainda traz uma consideração interessante acerca da efetivação do texto escrito: a preservação das marcas da oralidade ao longo da transcrição. Nesse sentido, ele conduz a uma reflexão sobre a função das pausas, repetições, e outras características da oralidade que

aparecem ao longo de uma entrevista, e que também podem se constituir como indícios para serem observados nas fontes.

Ao longo desta explanação foi interessante notar que qualquer que seja a forma a interferência do transcritor é constante. Ao trabalhar com a fala bruta, qualquer que seja seu método, ele a transforma em outra forma de discurso. O que, dessa forma, partindo do que já foi elucidado e, tomando uma posição radical, tenderia a considerar a transcrição uma traição, já que, por mais que se desenvolvam “técnicas” e novas formas de produção deste texto escrito, sabe-se que não é possível transferir as características da fala escrita para o papel. O que, novamente, aproxima a transcrição das discussões sobre tradução. No entanto, é esta aceitação das diferenças que possibilita compreender a transcrição não como meramente uma cópia, mas uma espécie de “criação orientada”. Pois diferentemente da narrativa ficcional, na transcrição é preciso, mesmo na sua forma não considerada “literal”, respeitar o que foi dito pelo depoente. Assim afirma Koselleck (2006, p. 188) acerca da relação entre o historiador e suas fontes: “Uma fonte não pode nos dizer nada daquilo que cabe a nós dizer. No entanto, ela nos impede de fazer as afirmações que não poderíamos fazer. As fontes têm poder de veto.” A fala com a qual lidam os pesquisadores que utilizam entrevistas orais

também tem poder de veto, ela, da mesma maneira que as fontes históricas, impede que os transcritores escrevam declarações que não foram feitas. Além do mais, existe o poder de veto conferido ao entrevistado, que pode alterar o que por ele foi dito, cortando, corrigindo ou acrescentando informações ao texto original da transcrição. Sempre lembrando que esta “negociação” depende dos acordos estabelecidos entre os interlocutores e do retorno ou não da entrevista ao depoente, para que este efetue a sua avaliação.

Ao se tentar delinear as diferenças que compreendem estas duas formas de enunciação, nota-se os objetivos diversos a que estas se propõem: primeiramente, entende-se que o oral tem uma finalidade marcada pelo contato persuasivo e mais direto entre os emissores, sendo um texto que pode ser reelaborado no momento mesmo de sua produção e recepção; a escrita, pelo contrário, ao se cristalizar na durabilidade do espaço e do tempo, pode transitar entre várias sociedades e espaços com a autoridade de um elemento ordenador, claro que do ponto de vista de uma sociedade grafocêntrica.

É notável então que existam diferenças entre o discurso oral e o discurso escrito, características ontológicas próprias a eles, que tornam impossível a sua correspondência direta. Todavia, não seria prudente opô-los apenas a partir do código

inerente a cada um – questão que é inegável –, mas pensá-los como diferenciados a partir das práticas sociais que a eles estão atreladas. É tomando essa perspectiva que Marildes Marinho se propõe a pensar a relação entre o oral e o escrito a partir dos modos como determinados sujeitos se relacionam com a própria cultura escrita.

A principal contribuição da autora para a discussão acerca das relações entre a cultura oral e a escrita se refere à desmistificação de algumas crenças que se estabeleceram a respeito do papel atribuído à escrita nas sociedades atuais. Destacam-se duas: 1) Escrever é transcrever a fala. 2) A escrita é superior à fala. Em primeiro lugar, Marinho coloca que, longe de ser somente uma transcrição, a escrita chega a se configurar como um modelo para a própria fala, pois absorvemos a linguagem tomando como parâmetro as normas que encontramos nos sistemas de escrita existentes. Em segundo lugar, “o discurso oral precede e circunda o preparo, a interpretação e a análise do discurso escrito. A linguagem escrita depende da fala; a escrita é sempre secundária.” (MARINHO, 2008, p. 153).

Ainda nesse sentido, o historiador da literatura e crítico literário Paul Zumthor, a respeito dos estudos que buscam responder as inúmeras dúvidas acerca da relação estabelecida

entre o texto oral e o escrito, expressa que estes, em grande medida, mantiveram a dicotomia entre os dois campos em um “patamar muito elevado de generalidade”, aparecendo enquanto extremos.

Certamente, alguns desses traços que os opõem são incompatíveis e até mesmo contrários (como o recurso à visão em um caso, e ao ouvido, em outro); mas a maioria são somente traços de grau, a diferença consistindo em uma variação de mais ou menos (assim, no que concerne aos limites espaçotemporais da mensagem) (ZUMTHOR, 2010, P. 35).

Segundo ele, então, essa diferenciação extrema não se mantém, pois em cada momento histórico coexistem e colaboram em graus diferentes, intercambiantes, homens e mulheres da oralidade, homens e mulheres da escrita. Dessa forma, ele busca superar esse dualismo exagerado, sobretudo, numa sociedade tida como majoritariamente grafocêntrica como a ocidental.

Também o italiano Alessandro Portelli, uma das referências para o campo da história oral a partir da década de 1980, buscou pensar acerca das aproximações e distanciamentos da linguagem oral e a escrita, sobretudo a literária. Numa experiência com seus alunos universitários que ele narra no artigo *Absalom, Absalom! História Oral e*

Literatura, Portelli, através da análise de entrevistas por ele realizadas e de uma obra literária – *Absalom, Absalom!*, de William Faulkner (1936) –, busca marcar as diferenças entre o discurso oral e o discurso escrito presente na literatura. A respeito da natureza destes, coloca:

O discurso oral está sempre a um passo de perder e de recuperar o controle. A palavra oral evapora tão logo é pronunciada; só pode ser recuperada e conservada sob alguma forma estável se for dita e redita novamente. A reiteração, portanto, é uma necessidade técnica da comunicação oral. (PORTELLI, 2012, p. 240)

A performance oral portanto é irreprodutível na escrita e só perdura se incorpora a reiteração em seu interior, como Portelli pôde observar no discurso de muitos de seus entrevistados. Essa característica é válida para o momento da entrevista e também para os desafios da memória em sociedades ou grupos de expressão marcadamente oral: a transmissão cultural, nesses casos, depende de uma rede intergeracional de pessoas que funcionem como a “memória” do grupo. Nas entrevistas de Simão Willemann, esta reiteração surge como uma das particularidades de como se constitui a linguagem oral cotidiana. Como nos trechos da entrevista que ele realizou com o senhor Turíbio Schmidt, e que por ele também foi transcrita:

Simão Willemann: Quer dizer que o seu pai foi professor também?

Turíbio Schmidt: Foi professor particular: particular, quer dizer que havia necessidade. Naquele tempo só ensinavam mesmo o alemão, acompanhado de um pouco de português, porque os habitantes naquele tempo, que isso foi mais ou menos... eu nem posso mais me recordar (...)

Simão Willemann: Quantos anos o senhor deu aula como particular?

Turíbio Schmidt: Pois isto agora bem certo eu não posso dizer, porque eu tenho as minhas anotações, mas não posso dizer bem certo. Eu não estou certo. Sei que houve então um engano que o Doutor Otto criou aquela... elevou aquela escola a municipal (...)

Turíbio Schmidt parece recorrer à reiteração tanto para assegurar suas afirmações como também para trazer ao presente determinadas informações que se encontram dispersas em sua memória.

Corroborando o que já foi aqui afirmado anteriormente, Portelli acrescenta:

A oralidade e a escrita estão sujeitas a riscos opostos e complementares: a voz é ameaçada pela impermanência e pela labilidade. A escrita é ameaçada pela permanência e pela fixidez. O discurso oral escorre entre os dedos e deve ser consolidado, “congelado”, para que possamos, mesmo que de forma precária, retê-lo. A escrita, por sua vez, coloca em nossas mãos um objeto feito de palavras tangíveis, congeladas. Nada se perde, mas nada parece se mover. (PORTELLI, 2012, p. 241)

Portanto, “Não é de se estranhar que cada uma destas modalidades da palavra, sujeitas a ameaças opostas, recorram à estratégia de intercambiar suas armas” (PORTELLI, 2012, p. 242). Sendo assim, na impossibilidade da transposição de um discurso para outro, pois nem o discurso escrito, nem o discurso oral podem anular inteiramente suas características inerentes, por que não integrá-las, experimentar alternativas, explorar suas possibilidades? Ainda mais quando se entende que eles mantêm uma relação já naturalmente “intercambiante”.

Voltando à questão da reiteração, se pode notar que ele também remete à ideia de performance narrativa – da maneira sempre renovada com que são contadas uma história ou histórias –, e portanto, também à importância de levar em conta na análise de um depoimento oral a maneira como se fala, o próprio tom de voz que se usa, e até mesmo a gesticulação, que atualmente podem ser objeto da análise destes testemunhos, dada a facilidade com que pesquisadores podem produzir e disponibilizar para consulta entrevistas gravadas em formato audiovisual. Segundo Zumthor (2010, p. 27):

Tão fortemente social quanto individual, a voz mostra de que modo o homem se situa no mundo e em relação

ao outro. Efetivamente, falar implica uma audição (mesmo se alguma circunstância a impede), atuação dupla em que interlocutores ratificam em comum pressupostos fundamentados em um entendimento, em geral tácito, mas sempre (no centro de um mesmo meio cultural) ativo.

As análises de Zumthor abrangem, sobretudo, a ideia de performance presente no teatro e na poesia oral. Para ele as vozes *mediatizadas*

assemelham-se ao livro, embora a gravação do disco ou a impressão da fita não tenha nada do que define, perceptível semioticamente, uma escritura. Fixando o som vocal, elas permitem sua repetição indefinida, excetuando-se qualquer variação. Decorre daí um considerável efeito secundário: a voz se liberta das limitações espaciais. As condições naturais do seu exercício se acham assim alteradas. A situação de comunicação, por sua vez, sofre mudanças de forma desigual em sua performance. (ZUMTHOR, 2010, p. 27)

Claro, entende-se que aqui as vozes presentes nas entrevistas de Simão Willemann estão congeladas, cristalizadas no suporte. São ainda passíveis de serem temporalmente manipuladas, pode-se ir à frente com rapidez ou voltar atrás a determinado momento gravado. A situação de performance é modificada, pois tais ações retiram desta o seu caráter irrepetível.

O trabalho deste autor contribui em grande medida para a discussão acerca das entrevistas orais, pois permite entender que o próprio momento de entrevista não se constitui de maneira totalmente espontânea: se trata de um diálogo já de antemão moderado pelo acordo estabelecido entre entrevistado e entrevistador. Além disso, como coloca Caselatto (2014, p. 14):

*Quindi in una dimensione quotidiana comunichiamo degli spezzoni molto limitati della nostra esperienza personale. L'intervista invece introduce in uno spazio-tempo un po' particolare, c'è una dimensione quasi di ritualità: in genere si sceglie un ambiente tranquillo, se possibile dove non ci siano interferenze anche dal punto di vista sonoro, si sceglie una fase della giornata o un giorno della settimana in cui si sa che il nostro testimone non ha impegni impellenti, cioè ci si guadagna un tempo e uno spazio particolari e quando si accende il registratore scatta qualcosa che corrisponde appunto all'apertura di uno spazio narrativo.*³⁸

É dentro dessa abertura de um espaço narrativo com um “espaço-tempo particular”, quase ritual, que se desenvolve a

³⁸ “Então em uma dimensão cotidiana comunicamos parcelas muito limitadas da nossa experiência pessoal. A entrevista, no entanto, introduz um espaço-tempo um pouco particular, tem uma dimensão quase ritualística: normalmente se escolhe um ambiente tranquilo, se possível onde não existam interferências também do ponto de vista sonoro, se escolhe uma parte do dia ou um dia da semana no qual o nosso depoente não tem compromissos urgentes, isto é, se ganha um tempo e um espaço particulares, e quando se liga o gravador consegue-se algo que corresponde precisamente à abertura de um espaço narrativo.” (Livre tradução minha)

performance da entrevista em história oral. Pode-se dizer que se trata ainda de uma atividade conjunta, realizada por entrevistado e entrevistador, cada qual com seu objetivo particular. Seja a “construção de si”, realizada por parte do depoente, seja o desejo de produção de uma fonte, manifestado na atitude de um pesquisador.

Mas de que maneira estas afirmações podem fomentar uma discussão acerca da produção de transcrições pautadas na metodologia da história oral? A resposta da questão se encontra na característica “relacional” estabelecida entre oralidade, escrita e performance a partir das afirmações de Marildes Marinho, Alessandro Portelli e Paul Zumthor. Tais assertivas revelam que não é possível hierarquizar estas diferentes formas de discurso, pois estes estabelecem uma relação de reciprocidade; como a palavra escrita ecoa na oralidade, a oralidade se constitui a “porta de entrada” para a constituição de um texto escrito. Logo, desmistifica-se a superioridade da cultura escrita em detrimento da cultura oral, característica de uma sociedade grafocêntrica que parece também reverberar na forma como foram primeiramente pensadas as transcrições, inclusive as de Simão Willemann, constituídas como os “verdadeiros documentos” advindos do recolhimento de entrevistas orais. Além disso, o documento escrito, em geral,

serviu como a garantia dada ao entrevistado de que suas declarações não seriam “deturpadas”, bem como cedia legalmente ao entrevistador o direito de usar tais declarações em sua pesquisa. Questão que também não deixa de estar ligada ao estabelecimento de uma superioridade do escrito frente à oralidade e às implicações de ordem jurídica que permeiam a produção deste documento. Claro que estas determinadas “regras éticas” no trato com os entrevistados não são necessariamente seguidas ou levadas em conta por alguns pesquisadores. Dessa forma, é importante não naturalizar essas condutas associadas à transcrição. Muitas vezes o que é trazido na literatura sobre história oral – e seus exemplos – pode não se reproduzir na prática.

No caso das cinco entrevistas de Willemann selecionadas para análise, nesse capítulo, a possibilidade de ouvir as vozes gravadas em fita cassete permite, inclusive, delinear um breve perfil destes entrevistados e a relação que estes estabeleceram com Simão Willemann, seu interlocutor.

A entrevista mais antiga dentre estas cinco foi realizada com o senhor Roberto João Tenfen, professor aposentado, naquela ocasião com 65 anos de idade. Ao se ler somente a transcrição produzida por Willemann, seria impossível perceber a fala rápida, mas segura, de Tenfen. Além disso,

seria também improvável notar que, apesar de ter um discurso de “homem letrado”, com pouquíssimos erros gramaticais, este senhor possuía um sotaque carregado, com a letra “r” bem pronunciada, característica comum no falar desta região do interior.

Já Rainoldo Michels, agricultor de 73 anos, entrevistado no dia 26 de maio de 1978, com fala pausada e baixa, se mostra mais comedido, se limitando a responder, com seu sotaque interiorano, estritamente as perguntas que lhe são direcionadas acerca do assunto escolhido pelo pesquisador. As interferências de sua esposa são interessantes para pensar sobre a timidez do entrevistado, ou sua reticência em responder algumas perguntas que, entretanto, são respondidas com firmeza por sua esposa.

A mais longa destas entrevistas foi cedida por Guilherme Daufenbach em 27 de maio de 1978. Este marceneiro e agricultor de 74 anos é o mais desenvolvido dentre todos os entrevistados. Falando em tom alto e decidido, Guilherme responde as perguntas de Willemann à sua maneira, trazendo tópicos que naquele momento não pareciam interessar muito ao pesquisador entrevistador, pois este muitas vezes buscava trazer Daufenbach de volta ao assunto que era o objeto de sua pesquisa:

Simão Willemann: Certo, senhor Guilherme. Então, vamos agora. Quantos filhos o senhor teve do seu casamento?

Guilherme Daufenbach: Eu tenho nove filhos. Tenho dez, um morreu.

Simão Willemann: Continuam nove filhos vivos?...

Guilherme Daufenbach: Nove filhos. Esse que morreu (se vale a pena contar eu não sei, mas eu vou contar).

Nesse trecho o entrevistado mostra que se sente à vontade, não demonstrando desconfiança ao falar sobre assuntos pessoais, como o motivo da morte de um de seus filhos.

O mais velho dos entrevistados, o agricultor Pedro Philippi, de 81 anos, forneceu seu depoimento a Simão Willemann no dia 29 de maio de 1978. Demonstrando ser uma pessoa muito calma, Philippi falava como se pensasse com cuidado nas palavras a usar, apesar da segurança em seu tom de voz. Dentre todos estes senhores, Philippi é o que possui o sotaque mais evidente, se mostrando, em geral, despreocupado com formatações gramaticais. No entanto, é interessante verificar que, ao fim da entrevista, a velocidade do discurso de Philippi acelera, sendo em alguns momentos até difícil entender o que naquele momento ele queria dizer. Situação que provavelmente acontece em decorrência da confiança crescente depositada em seu interlocutor: Simão Willemann.

O último a ser observado é o também ex-professor, de 74 anos, Turíbio Schmidt. Em entrevista concedida no dia treze de maio de 1978, Turíbio fala de maneira pausada, com características muito fortes de homem letrado, com sotaque muito sutil. No entanto, da mesma maneira que ocorre com Pedro Philippi, conforme a entrevista vai se desenrolando o entrevistado demonstra estar mais relaxado e dessa maneira passar a falar de modo menos formal, deixando escapar expressões e erros gramaticais comuns à linguagem oral.

As expressões em alemão são comuns a todas as entrevistas. Nesse caso, a existência da transcrição se torna um trunfo ao pesquisador que deseja consultar estes depoimentos e desconhece o idioma alemão, pois ela permite que sejam feitas consultas no intuito de compreender, de alguma forma, o significado do que naquele momento foi dito pelos interlocutores.

E ainda nota-se que estas entrevistas seguem um questionário bastante fechado, que varia somente conforme os diferentes rumos dados pelos entrevistados – como no caso do entrevistado Guilherme Daufenbach, algumas vezes fugindo do tema proposto por Willemann, que, por conseguinte, tenta trazê-lo de volta ao assunto para ele relevante. Em geral, o

pesquisador Willemann não foge ao seu “modelo”, adaptando ou fazendo um roteiro novo para cada entrevistado.

Depois de observar brevemente estas entrevistas, pode-se voltar para o que tange a esse tipo de “troca” que parece existir entre o discurso oral e o escrito. O que traz à tona a última questão aqui proposta, que se refere à materialidade dos suportes e à sua interferência na maneira como os sujeitos produzem sentido a partir do que ouvem ou leem. Roger Chartier (1990) nos convida a pensar com mais cuidado e sensibilidade acerca das questões que permeiam a produção e, principalmente, a apropriação por parte dos leitores dos textos escritos. Para o historiador francês, ao analisarmos aspectos da cultura escrita não podemos negligenciar como os suportes dessa escrita ressoam na forma como os leitores vão produzir sentido a partir dela.

é necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor. (CHARTIER, 1990, p. 127)

Tomando de empréstimo a afirmação acima, é possível refletir acerca da leitura e da sempre diferenciada produção de sentido que é feita a partir dela por determinado leitor. A

hipótese que aqui se quer levantar se refere à apropriação distinta que se realiza da narrativa oral e da narrativa escrita. Nesse caso, pensando o próprio fazer historiográfico, já que a função final de uma transcrição, no âmbito dos trabalhos de história oral, seria a utilização desta por parte de pesquisadores em suas problemáticas e trabalhos.

Com a intenção de desenvolver este ponto, que foca na lida com as fontes, mais especificamente, as fontes orais, foram utilizadas, mais uma vez, as entrevistas feitas por Willemann. Foi realizado um exercício de observação, ou melhor, de audição e leitura. Primeiramente, foi feita a leitura das transcrições das entrevistas cedidas a Simão Willemann; logo em seguida, tais entrevistas foram analisadas a partir somente do suporte sonoro, a gravação em fita cassete e, por fim, esses dois suportes foram observados em conjunto. A conclusão que se pôde tirar desta experiência sugeriu que a audição de cada diálogo se constitui exercício importante, no sentido de tomar contato com a atmosfera do momento próprio de sua realização (como demonstrado nos breves perfis acima). Ainda mais quando levamos em conta o papel que a voz, ou a performance oral, desempenha na recepção por parte dos seus ouvintes, como reitera Paul Zumthor. A riqueza de detalhes nelas compreendidas, a mensagem não está somente no que se fala,

mas também como a voz se coloca como meio de enunciação. Ainda, “toda comunicação oral, como obra da voz, palavra assim proferida por quem detém o direito ou se lhe atribui, estabelece um ato de autoridade: ato único, nunca reiterável identicamente.” (ZUMTHOR, 2010, p. 31).

No quadro a seguir aparecem alguns trechos das entrevistas transcritas por Willemann, à esquerda; ao lado destas foi elaborada uma nova transcrição, pensando nas características próximas ao diálogo oral:

<i>Transcrição Original</i>	<i>Áudio</i>
Turíbio Schmidt: Descendentes de Imigrantes. Simão Willemann: Os seus avós então é que eram imigrantes? Turíbio Schmidt: Imigrantes. De ambos os lados.	Turíbio Schmidt: Descendentes de Imigrantes. Simão Willemann: Os seus avós então... Turíbio Schmidt: Imigrantes [o entrevistado interrompe a pergunta do entrevistador] Simão Willemann: ... é que eram imigrantes? Turíbio Schmidt: De ambos os lados.
Simão Willemann: Senhor Turíbio, alguma coisa sobre o tipo de vida que eles levavam, a profissão... Afinal, que dificuldades que eles tiveram que enfrentar para chegarem a se estabelecerem aqui na região do Vale do Braço do Norte? O senhor teria condições de narrar alguma	Simão Willemann: Senhor Turíbio, alguma coisa sobre o tipo de vida que eles levavam, a profissão... Afinal, que dificuldades que eles tiveram que enfrentar para chegarem a se estabelecerem aqui na região do Vale do Braço do Norte? O senhor teria condições de narrar alguma coisa a respeito disso? [Grande pausa, o

coisa a respeito disso? A vida que eles... Turíbio Schmidt: Dos avós ou dos?...	entrevistado parece não ter entendido a pergunta a ele dirigida] A vida que eles... Turíbio Schmidt: Dos avós ou dos?...
Simão Willemann: Até quando o senhor mais ou menos lecionou em São José? Turíbio Schmidt: Recordo. Lecionei de 1924 até 1949.	Simão Willemann: Até quando o senhor mais ou menos lecionou em São José? Turíbio Schmidt: Recordo. Lecionei de 1924 até 1900 e...e... 49. [grande hesitação]
Simão Willemann: Mas depois de fazer esses três anos, vamos supor, os aluno era considerado, terminado o curso, ou havia assim uma certa indefinição de mais um ano ou menos um? Como é que era isso aí? Roberto João Tenfen: Olha, um aluno, os pais que podiam, naquele tempo, passou o terceiro ano, assim suponhamos, passou os três anos bem em uma certa matéria que o professor ensinava, que também era prescrito pelo Consulado Alemão... Ele dava aquele dinheirinho para o professor, mas eles exigiam um certo programa para executar né?	Simão Willemann: Mas depois de fazer esses três anos, vamos supor, os aluno era considerado, terminado o curso, ou havia assim uma certa indefinição de mais um ano ou menos um? Como é que era isso aí? Roberto João Tenfen: Olha, um aluno, os pais que podiam, naquele tempo, passou o terceiro ano, assim suponhamos, passou os três anos bem em uma certa matéria que o professor ensinava, que também era prescrito pelo Consulado Alemão. [não há hesitação] Ele dava aquela... [o entrevistado se corrige] aquele dinheirinho para o professor, mas eles exigiam um certo programa para executar né?
Simão Willemann: Certo. O professor não usava, ou usava métodos e técnicas além da explicação que ele dava, digamos assim? Roberto João Tenfen: Não, ele usava um livro, né. De vez em	Simão Willemann: Certo. O professor não usava, ou usava métodos e técnicas além da explicação que ele dava, digamos assim? Roberto João Tenfen: Não, ele usava um livro, né. De vez em quando abria

quando abria um livro, mostrava o que está escrito aqui. Ah! Isso eu me recordo ainda, né? Quando eu lecionei a coisa já era melhor. Bem melhor. Mas quando eu fui para a escola, era o contrário, né. Do dia para a noite. A precariedade.	um livro, mostrava o que está escrito aqui. Ah! Isso eu me recordo ainda, né? Quando eu lecionei a coisa já era melhor. Bem melhor. Mas quando eu fui para a escola, era o contrário, né. Do dia para a noite. A pre.. precariedade. [Grande dificuldade para pronunciar esta última palavra]
Guilherme Daufenbach: E o nosso pão era pão de milho. Comia-se arroz porque eles colhiam. E também sempre tinha galinha, sempre tinha um porco prá matar, tinha leite. Então não deu de levar uma vida como a de hoje, uma vida tudo na base da limpeza, como existem hoje. Naquele tempo as limpezas não eram do mesmo tanto como hoje.	Guilherme Daufenbach: E o nosso pão era pão de milho. Comia-se arroz porque eles colhiam.[grande pausa] E também sempre tinha galinha, sempre tinha um porco prá matar, tinha leite. Então não deu de levar uma vida como a de hoje, uma vida tudo na base da limpeza, como existem hoje. Naquele tempo as limpezas...[hesitação] as limpezas não eram do mesmo tanto como hoje.
Guilherme Daufenbach: Ali então, à tarde, nós tínhamos uma merenda: café, tal, tal. De noite: primeiro pegar todos reunidos. Depois comer, depois ir para a cama. Mês de maio: rezar o mês de maio, o terço de maio. Mês de outubro: rosário	Guilherme Daufenbach: Ali então, à tarde, nós tínhamos uma merenda: café, tal, tal. De noite: primeiro pegar todos reunidos. [grande pausa] Depois comer, depois ir para a cama. [grande pausa] Mês de maio: rezar o mês de maio, o ... o... [auto-correção] terço de maio. Mês de outubro: rosário.
Simão Willemann: Qual era a origem de seus pais? Aonde nasceram? Pedro Phillipi: O meu pai nasceu em Vargem Grande. E a origem dele...	Simão Willemann: Qual era a origem de seus pais? Aonde nasceram? Pedro Phillipi: O meu pai nasceu em... [hesitação] em Vargem Grande. [grande pausa] E a origem dele... Simão Willemann: Os pais dele, por

Simão Willemann: Os pais dele, por exemplo, nasceram no Brasil ou não? Pedro Phillipi: Não, na Alemanha, veio casado da Alemanha.	exemplo, nasceram no Brasil... [interrompido pelo entrevistado] Pedro Phillipi: Não... Simão Willemann: ... ou não? Pedro Phillipi: ... na Alemanha, veio casado da Alemanha.
---	--

Ao longo das falas percebe-se que Willemann suprimiu em suas transcrições alguns elementos que remetem à oralidade, à maneira como um diálogo nestes termos se desenvolve. Muitos silêncios e hesitações não são trazidos à transcrição; além disso, o jogo de perguntas e respostas, entre entrevistado e entrevistador, dá a impressão de que a dinâmica do diálogo estabelecido entre estes interlocutores se desenvolve de maneira “organizada”, “ordenada”. Como uma espécie de questionário. O entrevistado muitas vezes interrompe a pergunta que lhe estava sendo dirigida, por exemplo. As pausas e hesitações, por sua vez, podem relacionar-se à personalidade do entrevistado ou ao envolvimento dele com o momento próprio de entrevista. Estes são pontos que podem ser interessantes para serem observados por alguém que deseja utilizar estas fontes sem ter participado do seu momento de feitura.

Por outro lado, nota-se de fato, por parte de Willemann, grande preocupação com a fidelidade do que era falado pelos seus depoentes. O respeito ao que era “literalmente” dito.

Características que fogem um pouco às recomendações presentes no manual de Corrêa. Questão que será melhor explicitada a seguir.

A utilização de entrevistas de história oral feitas por terceiros ainda provoca suspeitas em alguns historiadores, que colocam como um problema difícil de ser contornado o fato de que o pesquisador que se propõe a utilizá-las desconhece os pressupostos e o ambiente no qual elas foram produzidas (BORGES, 2012). Em afirmação interessante, Zumthor coloca que são assim os “textos lidos com os olhos: sentimos intensamente que uma voz vibrava originariamente em sua escritura e que eles exigem ser pronunciados.” (2010, p. 39) Refletindo sobre essa assertiva e depois de toda a discussão acerca da relação oralidade/escrita, notou-se que a possibilidade de ouvir, e ao mesmo tempo, ler determinada entrevista mostrou algumas vantagens que auxiliam a contornar essa dificuldade: 1) Perceber a entonação, as pausas, as correções e o próprio sotaque presente na fala dos interlocutores – elementos próprios da performance oral, características que são intangíveis a partir do texto escrito, mesmo que este traga uma descrição acurada do momento da entrevista; 2) Ao pressupor a oralidade e a escrita se desenvolvendo simultaneamente, foi possível ter percepção e

leitura mais aprofundadas, pois o áudio, ao trazer um recorte da atmosfera original da entrevista, e a escrita, ao proporcionar um entendimento mais claro do que estava sendo dito, facilitaram a análise do documento e proporcionaram ao analista uma representação mais detalhada desta fonte oral, com mais indícios e particularidades.

Nesse sentido, pode-se entender que a materialidade dos suportes exerce papel importante na maneira como se produzem as interpretações de determinado texto, como alertou Chartier, e até mesmo Ana Maria Mauad, quando afirma que as linguagens devem ser exploradas por meio da intertextualidade que as perpassa, bem como por meio dos suportes que as condicionam (MAUAD, 2013, p. 83). Assim, a leitura de um livro de maneira fragmentada, sem a existência de nenhuma informação referente à sua produção, por exemplo, pode ser análoga à apreensão da transcrição de uma entrevista oral sem acesso ao seu formato em áudio ou audiovisual. Ainda pode-se adicionar a esta situação o fato de que recomendação acerca da confecção de “cadernos de campo” – onde estão relatados os processos de cada entrevista – não ser seguida por muitos pesquisadores; ou de normalmente estes instrumentos não ficarem acessíveis juntamente às entrevistas que serão

disponibilizadas à consulta. No Laboratório de História Oral da UFSC, por exemplo, nenhum destes cadernos foi localizado.

Entretanto, mais que definir qual tipo de transcrição seria “melhor aproveitada” pelo historiador, ou se ela própria não se constitui um objeto válido para a historiografia, pois se trata de uma “traição”, é preciso compreender cada texto a partir de sua materialidade e contexto de produção, e ter em mente que cada suporte se liga a uma produção de sentido diferenciada. Ainda, pensando por essa perspectiva, não é prudente hierarquizar o oral e o escrito, pois os dois constroem entre si uma relação de complementaridade, seja nas práticas sociais, como observamos nas reflexões de Marildes Marinho, Alessandro Portelli e Paul Zumthor, seja na maneira como o historiador critica as fontes advindas de uma situação de entrevista de história oral.

Tentar encontrar uma solução unânime para o dilema que envolve a produção das transcrições e a sua utilização é uma tarefa difícil, se não impossível. Sendo assim, a possibilidade de solução aqui apresentada envolve colocar tanto a oralidade quanto a escrita a trabalharem juntas, como sugeriu Alessandro Portelli, pois cada uma delas oferece atributos particulares que, colocados lado a lado, fornecem um melhor entendimento e confiabilidade ao trabalho do

historiador. “Entendimento”, porque esse procedimento pode prover um arcabouço maior de indícios e pistas para uma análise mais acurada. Também “confiabilidade” pois, mesmo que oralidade e escrita não estejam numa posição de superioridade uma em relação à outra, sabe-se que uma sociedade que cede papel de destaque à escrita exige de certos procedimentos uma maior atenção e cuidado, sendo a transcrição uma produção importante dentro do campo da história oral, tanto para o processo de análise, quanto para procedimentos jurídicos, legais e éticos que envolvem o trabalho com as fontes orais. Essa integração entre a gravação e a transcrição da entrevista se coloca então como instrumento importante de investigação, mas principalmente de inteligibilidade.

Pensando ainda nessa possibilidade de integração, nota-se que:

A oralidade interioriza, assim, a memória, do mesmo modo que a espacializa: a voz se estende num espaço, cujas dimensões se medem pelo seu alcance acústico, aumentada ou não por meios mecânicos, que ela não pode ultrapassar. A escrita evidentemente é também espacial, mas de uma outra maneira. Seu espaço é a superfície de um texto: geometria sem espessura, dimensão pura (exceto nos jogos tipográficos de certos poetas), enquanto a repetitividade indefinida da mensagem, em sua identidade intangível, lhe dá garantia de vencer o tempo. O resultado é a

maleabilidade perfeita do texto: eu o leio, releio, divido, junto, desço ou subo à vontade o seu percurso. Ele se apresenta, na pedra ou na folha de papel, como um todo e é assim perceptível. Quaisquer que sejam as falhas, as dissimulações (literariamente, os mascaramentos) que a mensagem comporte, uma percepção global torna-se desse modo possível: em tendência, sintética, logo abstrata (ZUMTHOR, 2010, p. 41).

Logo, uma combinação poderia oferecer uma melhor compreensão das temporalidades e narrativas presentes nesta performance oral. Inclusive, como tal performance poderia ser analisada sem a presença ao menos da voz de seus interlocutores?

Enfim, a transcrição como *transcrição* não é passível de ser acusada como uma traição, pois o exercício de criação é inerente ao seu processo de feitura: a fidelidade ao discurso oral é possibilidade inalcançável a transcrição não existe como cópia. Pode-se pensar inclusive em “graus de fidelidade” inerentes a cada transcrição, ao *modus operandi* de cada transcritor. Essas diferentes nuances poderiam, de alguma forma, explicar porque as transcrições de Willemann, e as “novas versões” aqui apresentadas no quadro acima, sejam percepções diferentes, mas mesmo assim são muito próximas.

Nesse sentido, novamente, vale lembrar que a transcrição é uma fonte produzida em coautoria: ela resulta,

sobretudo, de uma negociação entre o pesquisador e seus entrevistados, que têm a possibilidade de fazer uma seleção do que desejam que seja divulgado. O que gera processos de execução um pouco mais complexos e que podem criar alguns entraves, como a censura de uma entrevista inteira ou a sua restrição de consulta por determinado período. Diferentemente do texto do historiador, cujo autor é ele próprio.

Contudo, mais importante que buscar a veracidade, ou maior fidedignidade possível de cada fonte – como desejavam pesquisadores como Carlos Humberto Corrêa e Simão Willemann –, sejam elas orais ou escritas, é necessário ao historiador ter a compreensão dos métodos que estão sendo utilizados e as implicações destes para a produção de sentido que será elaborada. Mais uma vez tomando emprestadas as palavras de Reinhardt Koselleck (2006, p. 186):

A tensão à qual o historiador deve se submeter é aquela entre a teoria de uma história e a realidade das fontes (sem dúvida, uma tensão produtiva). (...) O conhecimento histórico é sempre mais do que aquilo que se encontra nas fontes. Uma fonte pode existir previamente no início de uma investigação ou ser descoberta por ela. Mas ela também pode não existir mais. Assim, o historiador vê-se na necessidade de arriscar proposições (...) Uma história nunca é idêntica à fonte que dela dá testemunho. Se assim fosse, toda a fonte que jorra cristalina seria já a própria história.

2.2 As entrevistas de Simão e o “modelo” UFSC

Como já mencionado, as fontes orais produzidas por Simão Willemann integravam – e algumas delas ainda integram – o Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina, acervo onde se percebe, sobretudo em seu princípio, um cuidado especial dedicado ao processo de catalogação de seu conjunto. Atenção que atingia tanto a produção da transcrição, quanto o uso de fichas anexadas às fitas cassetes onde estavam coladas as principais informações acerca destes suportes: nome do entrevistado, local e data de recolhimento do depoimento. Ainda pode ser apontada a produção dos catálogos já aqui mencionados, que além de darem um panorama do acervo, tinham a preocupação de mostrar pequenos resumos do conteúdo e das informações que continham tais entrevistas, no intuito de facilitar a consulta de futuros pesquisadores. Dado que remete ao desejo de tornar este Laboratório um espaço de produção e pesquisa, ou, um lugar onde estariam somente depositadas estas entrevistas?

Portanto, para tentar melhor compreender o “modelo” de entrevistas e transcrições adotado pelo Laboratório de

História Oral da UFSC, ao menos em seus primeiros anos³⁹, foi aqui feita uma comparação entre o que foi produzido por três ex-mestrandos do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC: o próprio Simão Willemann, Maria Theresinha Sobierajski Barreto e Reinaldo João Pick, já aqui apresentados. Em linhas gerais, verificou-se grande similaridade, tanto em relação à maneira como eram realizadas as perguntas (estrutura das entrevistas), quanto no que diz respeito à forma como foram concluídas as transcrições, o que permitiu algumas inferências quanto à relação entrevistador-entrevistado. De fato, percebem-se ecos de uma “técnica” rigorosamente disseminada em um Programa que buscava muito mais que auxiliar seus alunos na obtenção de indícios, fontes, para a conclusão de seus trabalhos.

Três fragmentos de entrevistas realizadas por Willemann, Pick, Barreto foram escolhidos para exemplificar a opção (em comum) por uma transcrição literal das entrevistas:

Simão Willemann: No máximo?

Pedro Phillipi:... oitenta, assim uma máxima. Se via que **nós levava** o nosso rancho, quando era as nove e meia **nós saía**, uma meia hora fora, tudo, brincava né? E logo as irmãs e **os padre** fizeram interno.

³⁹ Vide Apêndice III *Dissertações sobre Santa Catarina na área de História defendidas na UFSC que utilizaram a história oral (1978-1982)*.

Maria Terezinha Sobjeraski Barreto: Com “c” e “z”. Exatamente, aqui está certinho.

Estanislau Abramovicz: O nosso sobrenome as vezes... certos... certos papéis, aí a gente quando **precura**, já é diferente né? É que nem os Rubik. **Nós tava** olhando os Rubik hoje, né?

Reinaldo João Pick: Não havia... não havia...

Rodi Hickel: Existia a biblioteca da Congregação que **a gente** retirava os livros mas não eram de cunho didático, de natureza didática. Eram obras **prá** juventude e... mas não de cunho didático.

Percebe-se que os transcritores foram favoráveis, em grande medida, à manutenção de erros na pronúncia de certas palavras, na conjugação verbal, ou de concordância nominal, bem como das aglutinações de palavras como no caso do “prá” exemplificado logo acima. O que, curiosamente, vai de encontro com o que está exposto no manual de 1978, que sugere ao fim do processo de transcrição uma limpeza dos principais vícios de linguagem e outros elementos da fala que poderiam tornar o texto transcrito menos palatável. Todavia, Corrêa ressalta que a

Limpeza de texto de transcrição não é, pois, a passagem de uma conversa para uma forma escrita literária, mas sim, a retirada de determinados vícios da linguagem falada e a correção de algumas frases, desde que não tire a autenticidade do diálogo despretensioso e espontâneo, nem descaracterize,

psicologicamente, a maneira de se expressar do entrevistado” (CORREA, 1978, p. 62)

Sendo assim,

A limpeza (...) depende muito da suscetibilidade do transcritor para que o texto não seja deturpado e não perca as características originais. Entretanto, existem certos vícios de linguagem que devem ser varridos do texto, como a repetição constante de palavras, continuadamente (característica de momentos de reflexão interna sem deixar de falar), tanto nas perguntas quanto nas respostas, frases sem terminar, erros de dicção e linguagem, etc. A limpeza deve ser feita somente pelo entrevistador, mesmo que não tenha feito a transcrição, pois só ele tem condições de saber o que tirar do texto para não descaracterizar a identidade do entrevistado. (CORREA, 1978, p. 72.)

Essa não adesão ao que estava previsto no manual é curiosa, mas também pode indicar uma dificuldade por parte destes transcritores, ao menos no caso de Simão Willemann, em efetuar todas as fases previstas para este processo. O que demandaria ainda mais trabalho e tempo despendido em um procedimento já desgastante. Outra característica interessante a ser observada nessa fórmula para transcrição sugerida por Carlos Humberto Corrêa é, mais uma vez, a preocupação com o que tornaria essas fontes orais confiáveis: a inexistência de deturpações.

Outra questão muito aparente que se coloca como um ponto de convergência entre estes três pesquisadores é o entendimento da história oral como um instrumento auxiliar, na busca por informações que não eram possíveis de serem obtidas em outras fontes:

Reinaldo João Pick: E houve uma ordem aí que eu escutei alguém falar que haveria possíveis castigos corporais no Colégio Catarinense. Essa época, já que em alguns lugares, me lembro que no mesmo tempo que eu estudei no primário haviam professores que batiam em alunos. No Catarinense vocês notaram alguma coisa, não?

Rodi Hickel: Não, na minha época nunca ouvi falar em castigos corporais, também nunca vi ninguém sofrer castigos corporais no Catarinense. Na minha época de primário no Grupo Escolar Silveira de Souza ainda existiam os castigos corporais, aí eu via às vezes a professora aplicar... bater no aluno com a régua ou com o penal na mão espalmada do aluno né, como a palmatória.

Maria Terezinha Sobjeraski Barreto: E o senhor lembra, mais ou menos, qual foi a data?

Estanislau Abramovicz: A data que ele casou foi... deve fazer o que... tá fazendo vinte e três anos que ele casou.

Maria Terezinha Sobjeraski Barreto: Vinte e três anos?

Estanislau Abramovicz: Este ano vai fazer vinte e três anos.

Simão Willemann: Frederico Trombock. Quantos alunos tinham assim na escola quando o senhor foi?

Pedro Phillipi: Ah, isso tinha... Eles eram do tamanho da sala. Uma sala era maior. Tinha mais ou menos uns trinta e cinco...

Simão Willemann: Em cada sala?

Pedro Phillipi: Em cada sala. Que era a sala maior. As outras duas sala, uma era mais pequena, que era a sacristia, e a outra era do centro, no meio era maior.

Cada qual, à sua maneira, demonstra estar interessado em dados muito pontuais: a questão dos castigos corporais, determinada data relacionada a um casamento, ou a própria quantidade de alunos que havia dentro de uma classe escolar. Detalhes que, provavelmente não foram encontrados por estes pesquisadores em outros indícios, ou que se encontrados em alguma documentação, eram passíveis de serem confirmados por meio da entrevista.

Nas entrevistas de Willemann, ainda aparecem momentos onde a fonte oral se coloca como uma ferramenta para obter indicações para a localização de outras fontes. Como no caso a seguir:

Simão Willemann: Mas o senhor falou a [sic] pouco no consulado, que o consulado ajudou, ele talvez mandou algum material da Alemanha também ou não?

Guilherme Daufenbach: Olha, eu não sei contar uma coisa bem certa sobre o consulado. Sei que o padre mandou buscar as irmãs da Alemanha pra dar aula pra nós. Agora, esses dados das irmãs, o senhor ainda pode conseguir, de nome por nome, na paróquia de São Lujero.

Simão Willemann: Ótimo. Isso é uma boa fonte que o senhor está indicando.

Guilherme Daufenbach: O senhor vai lá, o senhor consegue coisa muito importante, sobre a maneira... Eles devem ter arquivo sobre isto.

Simão Willemann: Certo. E também quanto à participação talvez da paróquia de São Ludjero no Colégio, também talvez eu encontre alguma coisa sobre este aspecto?

Guilherme Daufenbach: Eu acredito. Deve encontrar porque deve existir um arquivo, porque era uma coisa organizada.

Simão Willemann: Certo. Por que o senhor assim de memória não sabe qual foi a participação real da paróquia neste Colégio? Não se lembra assim, não é?

As fontes orais se constituíam o principal norte por onde se direcionava Willemann, justamente pela falta de outras opções. Como o próprio afirma em entrevista concedida em 2015:

Karla Schütz: E o contato com a história oral, o senhor teve a partir de alguém que sugeriu na Universidade... ou por que o senhor teve que usar a história oral?

Simão Willemann: Não, o problema eu mesmo sentia, então... até o professor que era o assistente do assunto foi também que me incentivou, então eu acabei fazendo várias entrevistas sobre esse assunto. Pra entender melhor o porquê da educação nas escolas da colonização alemã.

Karla Schütz: Eu vi que o senhor fez uma entrevista em 1974, ainda na especialização, essa entrevista foi só uma que o senhor fez nessa época, ou fez alguma outra?

Simão Willemann: Não, eu fiz várias, várias outras entrevistas.

Karla Schütz: Porque tem umas que o senhor fez durante a especialização que o senhor conseguiu concluir, né?

Simão Willemann: Sim.

Karla Schütz: E depois tem algumas que foram feitas em 77 e 78, ou seja, 3, 4 anos depois, que daí foram 14 eu acho. São cerca de quatorze entrevistas.

Simão Willemann: É, foi o professor de orientação, na época era o Walter Piazza, se não me engano. **E ele me orientou nessa pesquisa, aí eu fiz... aproveitei as pessoas de idade mais avançada que ainda viviam e que poderiam dar alguma informação interessante nesse aspecto, na educação. A respeito da qual não havia nada escrito praticamente**⁴⁰. Era a experiência das pessoas idosas, que viveram esta experiência e que executaram esse plano da escola alemã. Na época foi introduzido também o alemão na escola e os pais é que arranjavam professor e pagavam.

A busca por estas pessoas, como se vê, era necessária. Por meio destes “informantes” é que se tornaria possível para Willemann tecer seu trabalho. E quanto mais idosos estes fossem, na visão dele, períodos mais recuados poderiam ser acessados. Nota-se assim, visualizando todo o material de pesquisa por ele recolhido, que as fontes orais eram os principais objetos a serem analisados.

Por caminhos similares também seguiam os pós-graduandos Maria Terezinha Sobjeraski Barreto e Reinaldo João Pick. Como já observado no primeiro capítulo, as

⁴⁰ Grifos meus.

intenções que motivaram a instalação de um Laboratório de História Oral na UFSC se voltavam, principalmente, para o futuro. As entrevistas que eram produzidas naquele momento tinham a função de “interditar o esquecimento”, permitindo que historiadores vindouros se servissem destas, sendo também utilizadas em algumas dissertações defendidas no Programa. Mas é, sobretudo, nessa mirada para o porvir, que aparece um cuidado especial em relação à produção desta documentação, que exigiria

do historiador um conhecimento do passado para capacitá-lo a selecionar fatos e pessoas realmente importantes dentro dos acontecimentos, com diferentes pontos de vista de um mesmo assunto, e proporcionar a estas pessoas um depoimento sincero sem interferir nos mesmos, para agrupá-los e formar um acervo suficientemente ponderado para as pesquisas do futuro. Daí a necessidade da interferência de um historiador criterioso e com princípios éticos para dirigir as entrevistas. (CORRÊA, 1977, p.17)

Tal cautela em relação ao contexto de produção dessas “fontes para o futuro” remete a outra característica do programa de história oral que se desenvolveu na UFSC: o cuidado que era exigido com este tipo de técnica limitava, naquele momento, a sua utilização por parte de discentes “mais experientes”, sendo não recomendado o desenvolvimento da história oral por parte de graduandos. Carlos Humberto Corrêa,

em seu *História Oral: Teoria e Técnica*, afirma, em relação a este tópico:

Achamos preferível não realizar uma entrevista que irá se transformar em uma má fonte histórica, irreal e deturpada, do que a realizar simplesmente para impedir que ela se acabe em definitivo com a morte do informante. É preferível que, no futuro, não se tenha noção histórica deste nosso presente ou do nosso passado recente, informação através do documento de História Oral mal elaborada, do que tê-lo deturpado. (CORRÊA, 1978. p. 80).

Neste pequeno trecho nota-se a busca pela criação de uma “fonte ideal”, capaz de expressar fielmente a realidade. Nesta concepção, uma fonte mal elaborada seria sinônimo de uma visão histórica que poderia ser futuramente deturpada. Por este motivo, graduandos não estavam habilitados para a produção adequada destes documentos, a eles não sendo aconselhado o trabalho com história oral⁴¹:

Vemos, pois, a utilização didática em nível inferior ao de pós-graduação, com reservas, principalmente dentro da estrutura educacional brasileira e com os resultados pedagógicos perfeitamente observáveis no presente, na

⁴¹ Dado que na prática parece não ter sido desenvolvido à risca, pois como se verá no próximo capítulo, graduandos também foram responsáveis pelo recolhimento de entrevistas. Caso dos ex-alunos que serão à frente apresentados: Norberto Dallabrida e Arante José Monteiro Filho.

qual, por motivos os mais variados e perfeitamente discutíveis pelos especialistas, tende rapidamente a uma questão de qualidade. (CORRÊA, 1978, p. 80)

Portanto, fica clara a relação de complementaridade existente entre o Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e o Laboratório de História Oral. Enquanto o Laboratório de História Oral fornecia subsídio para as pesquisas realizadas por estes pós-graduandos, estes mesmos alunos se colocavam como os principais responsáveis pela coleta e organização de entrevistas que foram integradas ao acervo do Laboratório. Vale lembrar que, no período entre 1978 e 1982, foram defendidas neste Programa de Pós-Graduação vinte e seis dissertações que abordavam aspectos da história catarinense, e dentre estas, treze, ou seja, metade das dissertações defendidas, utilizaram fontes orais na pesquisa. Alguns trabalhos naquele momento, inclusive, utilizaram entrevistas feitas por outros pesquisadores em outros contextos, não necessariamente relacionados a alguma pesquisa, muitas delas disponíveis para consulta no próprio Laboratório de História Oral. É o caso dos trabalhos produzidos por Jaecyr Monteiro, *Nacionalização do ensino em Santa Catarina (1930-1940)*, onde são utilizadas nove entrevistas, três delas recolhidas por este pós-graduando; por Luiz Vendelino Colombi, *Industrialização de Blumenau: o desenvolvimento da*

Gebrüder Hering, 1880-1915, que utiliza uma entrevista realizada por George Browne; e por Vilson Francisco Farias, *A Freguesia da Enseada de Brito: evolução histórica-demográfica de 1778 a 1907*, que usa três depoimentos, sendo um destes coletado pelo próprio pesquisador.⁴²

Dentro desses quadros de inserção de uma “nova técnica” de produção e coleta de fontes úteis à história, mas também de introdução de um Programa de Pós-graduação em História em nível de mestrado no estado de Santa Catarina, encontra-se o projeto de pesquisa elaborado em meados da década de 1970 por Simão Willemann, com intuito de alcançar o grau de mestre em História. Sendo assim, como já afirmado, os materiais produzidos por Simão Willemann (projeto de pesquisa, entrevistas etc.), em especial aqueles que constam apenas em seu arquivo pessoal, se colocam como evidências particularmente relevantes para mapear e problematizar as significações que eram atribuídas à história oral em Santa Catarina e também no Brasil, logo após a sua introdução no campo historiográfico. Ademais, estes indícios também

⁴² Informações retiradas das fichas organizadas pela pesquisadora Janice Gonçalves disponíveis em seu arquivo pessoal, relacionadas à tese *Sombrios umbrais a transpor: Arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX*, defendida por Gonçalves no ano de 2006 na Universidade de São Paulo – USP.

permitem identificar mudanças, mas também aspectos que permaneceram os mesmos ao longo do desenvolvimento da história oral no país.

No tocante ao projeto de pesquisa apresentado por Simão Willemann ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, nota-se que a base na qual ele está alicerçado remete, sobretudo, ao campo da história oral constituído nos Estados Unidos, brevemente caracterizado ao longo do primeiro capítulo. No projeto de pesquisa são encontradas somente referências bibliográficas que remetem especificamente ao tema escolhido por ele, ou seja, o desenvolvimento de escolas étnicas no fim do século XIX e início do século XX. Contudo, no relatório que Willemann deveria apresentar para conclusão da disciplina “Metodologia da Pesquisa Histórica”, a qual culminaria na elaboração do projeto de pesquisa, aparecem como referenciais bibliográficos alguns pesquisadores norte-americanos responsáveis pela disseminação da história oral no Brasil. Dentre estes, os estadunidenses James e Edna Wilkie e Eugenia Meyer, historiadora mexicana representante do *Archivo de la Palabra*, do Instituto Nacional de Antropologia e História do México. Junto com outro norte-americano – que inclusive teve um papel atuante no estabelecimento do Programa de História Oral da UFSC – George P. Browne, estes

pesquisadores foram ministrantes do I Curso de História Oral promovido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, em 1975, tal como referido ao começo da dissertação. Ainda aparecem, neste mesmo relatório, outras duas referências bibliográficas referentes à história oral: o livro *Oral History for the Local Historical Society*, de Willa K. Baum; e também o livro *Oral History in the United States*, editado por outro norte-americano, Gary L. Shumway, nomeado equivocadamente por Willemann em seu relatório “Larry” L. Shumway. A presença de George P. Browne também é notada, pois no interior do caderno de anotações de Simão Willemann foi encontrado o “cartão de visitas” desse professor, um dos responsáveis pela introdução da História Oral Programa de Pós-Graduação em História da UFSC.⁴³

Dadas estas referências, percebe-se que estes primeiros estrangeiros que vieram difundir o campo da história oral no território brasileiro se colocavam, de fato, como os principais “modelos” seguidos pelos primeiros historiadores que, no Brasil, lançaram mão da utilização de fontes orais, buscando

⁴³ Vide Anexo VI: Imagem do Cartão de Visitas de George P. Browne. p. 148.

com elas, além de elaborar trabalhos acadêmicos, constituir acervos que fomentariam a historiografia no futuro.

Salta aos olhos a influência da história oral produzida nos Estados Unidos. Entretanto, a presença da mexicana Eugenia Meyer traz à tona uma outra perspectiva, que parecia ser importante naquele momento para adaptar a história oral norte-americana à “realidade brasileira” como afirma o próprio Corrêa em seu manual de 1978. Meyer se coloca como uma historiadora que buscou trazer à cena a voz dos “excluídos”, dos colocados à margem da História. Pode-se dizer que a pesquisa empreendida por Simão Willemann se encaixa dentro desta necessidade de “adaptação à realidade brasileira”. A maioria de seus entrevistados não remetia a uma “elite política”, mas sim, à população rural, identificada com o trabalho e a vida numa região agricultora e pecuarista. Dentre estes, três podem ser considerados uma “elite letrada”, pois foram escolhidos por Willemann devido à função de professores que haviam atuando nestes escolas; no entanto, o restante, ou seja, onze depoentes, apenas mantiveram contato com estes espaços como alunos, exercendo ao longo da vida a profissão de agricultores.

Porém, vale lembrar que a aproximação de Willemann com esta comunidade não está ligada à tentativa de realizar

uma história engajada politicamente, que deseja através de seu trabalho realizar uma transformação social. Seu trabalho se encaixaria num tipo de “fazer história oral”

que utiliza a denominação história oral e trabalha prioritariamente com os depoimentos orais como instrumentos para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas. Essa abordagem tem-se voltado tanto para os estudos das elites, das políticas públicas implementadas pelo Estado, como para a recuperação da trajetória dos grupos excluídos, cujas fontes são especialmente precárias. (FERREIRA, 2002, p. 327)

Tal maneira de significar a história oral estaria, ainda segundo Marieta de Moraes Ferreira (2002), em contraponto a uma abordagem que se identifica com o desenvolvimento da História Cultural e está atenta ao estudo das representações, existentes tanto no discurso presente nas entrevistas orais, quanto nas narrativas históricas que tomam estas entrevistas enquanto objetos de problematização. Esta maneira de trabalhar a História se estabelece, sobretudo, a partir das transformações que vêm marcando o debate historiográfico dos últimos 30 anos, e está fortemente vinculada ao abandono da “crença na capacidade da história de produzir um conhecimento inteiramente objetivo e recuperar a totalidade do passado” (FERREIRA, 2002, p. 314). Um debate que, por sua

vez, ganhará força em período posterior à empreitada de Simão Willemann e de outros pós-graduandos da UFSC.

Voltando ao projeto de pesquisa de Willemann, identifica-se que a única referência direta à história oral se encontra no item denominado “Técnicas” e, curiosamente, não no item “Fontes”:

Sendo que o assunto do tema permite a utilização da história oral, tem-se como outro objetivo, aproveitar as técnicas de entrevista, procurando abordar pessoas que foram alunos das referidas escolas, professores que nelas lecionaram, ou ainda outras pessoas que por ventura tenham condições de dar mais esclarecimentos.

Juntamente com a utilização de métodos paleográficos e quantitativos, a história oral se coloca como mais uma maneira útil na busca por “esclarecimentos”, ou por um maior arcabouço de informações sobre o objeto de estudo. Trazendo esta questão para a contemporaneidade, percebemos que a concepção dos pesquisadores da história oral mudou em relação a estes aspectos. A relação entre memória e história não perpassa a discussão que Simão Willemann estava disposto a fazer, e talvez seja essa a principal diferença que separa o trabalho dele como pesquisador, dos trabalhos desenvolvidos após este período no Brasil, sobretudo a partir da década de

1990. Nesse contexto, são trazidas para o debate as noções de memória individual e coletiva, com destaque para as propostas de Maurice Halbwachs – mais tarde desenvolvidas pelo filósofo Paul Ricoeur –, que vêm fazer parte do arcabouço teórico dos historiadores, e também o conceito de *Lieux de Memoire* elaborado por Pierre Nora, trabalho que pode ser considerado um dos principais fomentadores da discussão que abrange as relações entre memória e história, diferenciando-as, mas também aproximando-as, assim problematizando os usos e abusos da memória protagonizados no século XX. Dentro desse contexto, a preocupação dos que se propõem a trabalhar com as fontes orais não está ligada somente às informações que aparecem no depoimento, mas também à forma como a memória se constitui e é externalizada. Portanto, esse debate reverbera na maneira como vão ser significadas as fontes orais, pois

possibilitou uma abertura para a aceitação do valor dos testemunhos diretos, ao neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa. (FERREIRA, 2002, p. 321)

Discussão que será aprofundada ao longo do terceiro capítulo, pois é fundamental para o objetivo aqui proposto: perceber rupturas e permanências.

Assim, para Willemann, a utilização de fontes orais não foi uma escolha deliberada, mas uma opção que surgiu pela necessidade, como mostra outro documento de seu acervo, referente à “Reformulação do plano de trabalho da tese sobre A Educação Alemã no Vale do Braço do Norte.” Em tal reformulação ele afirma:

Dada a quase inexistência de bibliografia que verse diretamente sobre o assunto da tese, estamos encontrando sérias dificuldades para coletar os dados necessários, que possibilitem definir concretamente os limites dos vários aspectos do tema a serem abordados. Os principais dados até agora coletados foram conseguidos através de entrevistas com professores ou alunos que frequentaram as referidas escolas. Mesmo as informações conseguidas através desta técnica de História Oral, quase sempre estão se repetindo, e ainda não oferecem condições para uma análise de maior profundidade. Além do mais as pessoas entrevistadas nasceram nos primeiros anos do século presente, não tendo, na maioria, condições de dar informações sobre as últimas décadas do século passado. Entretanto, apesar das dificuldades que estão aparecendo, não haveremos de esmorecer, muito menos desanimar. Muitas entrevistas ainda pretendemos fazer, pois contamos com uma relação de nomes de pessoas que possivelmente poderão nos ajudar com novas e importantes informações. Talvez tenhamos que reformular também o período a ser abrangido pelo nosso trabalho, uma vez que as informações que

estamos conseguindo, se referem a épocas posteriores ao período previsto no pré-projeto.

Nesse trecho aparece com força o tema da “busca por informações”, mas além desse aspecto pode ser percebida outra questão, que mais uma vez mostra o quanto os significados atribuídos à história oral se modificaram desde a época de Willemann até hoje. Quando ele afirma que as informações dadas pelos entrevistados se repetem, o que acaba não lhe permitindo “uma análise de maior profundidade”, Willemann nos remete à problemática que perpassa o trabalho dos pesquisadores que lançam mão das fontes orais, ou seja, os indícios úteis ao historiador não se encontram somente nos dados ou informações revelados pelos depoentes.

Além disso, quando se traça um paralelo entre o projeto de pesquisa e as entrevistas por ele realizadas é possível perceber uma ligação clara entre a necessidade de informações e a forma como estas entrevistas foram conduzidas. O historiador não parecia estar em busca das visões e impressões dos entrevistados sobre o tema por ele escolhido, mas sim, à procura de informações bem pontuais acerca do estabelecimento e desenvolvimento destas escolas étnicas, como os hábitos de alunos e professores ou características físicas dos espaços onde estas escolas estavam estabelecidas

É notável, ao longo destes depoimentos, a ansiedade de Willemann na busca por mais dados e referências sobre o tema que desejava estudar. Como neste excerto:

Simão Willemann: Lá na roça?

Guilherme Daufenbach: Na roça. Ao meio-dia nós voltava em casa. Primeiro rezar na mesa tudo reunido. Depois comia... feijão... Então nós usava muito este... este angú, aquilo que nós dizia “pap”.

Simão Willemann: Certo.

Guilherme Daufenbach: Então levamos um apelido em que os de cima diziam assim de “pap friedes”, eles diziam pra nós.

Simão Willemann: Está muito bem, senhor Guilherme...

Guilherme Daufenbach: Bem, eu vou até terminar o negócio.

Simão Willemann: Certo.

Observa-se que no meio do diálogo Willemann tenta interromper Daufenbach, naquele momento discorrendo sobre o seu cotidiano junto à família, ao lar, assunto que não interessava muito ao trabalho do historiador. Provavelmente, Simão Willemann tentava, com essa interrupção, direcionar o entrevistado para o tema principal da pesquisa. Infelizmente, para ele, a investida não surte efeito e o depoente afirma o desejo de continuar falando sobre o mesmo assunto.

A forma como foi conduzida a entrevista, a maneira como foi transcrita e organizada demonstram os objetivos do

pesquisador e do programa de pós-graduação no qual ele estava incluído. Além da forte ligação entre ele e seu objeto de estudo, Willemann tinha grande domínio e informação sobre o tema, fato que muitas vezes o fez induzir seus entrevistados a responder o que ele queria ouvir. Como nos casos a seguir:

Turíbio Schmidt: Ler e escrever, só, só.

Simão Willemann: E matemática também?

Turíbio Schmidt: Não, não. Matemática eles aprendiam na escola estadual.

Simão Willemann: Estadual. E quando o senhor frequentou, como aluno?

Turíbio Schmidt: Ah, ai tinha matemática, mas ali era só alemão.

Simão Willemann: Muito bem, senhor Roberto, diante das experiências que a gente percebe que o senhor tem, numa vida já bastante longa, e em que a gente percebe que o senhor tem assim possibilidades e muitos conhecimentos, vamos agora entrar diretamente no assunto que de perto nos interessa no momento, que é justamente o senhor nos informar, nos dar algumas informações, sobre, em épocas passadas, principalmente quando o senhor frequentava a escola, é justamente a educação alemã nessa região. Isto é, quanto durante a colonização, nós sabemos que existiram aqui várias escolas, e que essas escolas, na sua maioria, eram talvez particulares, e que existiram por iniciativa da própria colonização aqui existente. Senhor Roberto, o senhor poderia nos informar, ou o senhor saberia dizer, além dessas escolas que o senhor frequentou, que já foram citadas, existiram nessa região ainda outras escolas alemãs, digamos assim?

Roberto João Tenfen: Existiram sim.

No primeiro excerto, o confuso Turíbio Schmidt parece responder mais pelo estímulo dado por Simão Willemann e menos por uma evocação natural da memória. Evidenciando o quanto o historiador, por vezes, induzia as respostas. No segundo trecho, por sua vez, Willemann declara já ao longo da pergunta as informações que ele deseja receber do seu interlocutor, que responde de maneira apenas a confirmar tudo o que havia sido dito anteriormente.

No caso específico de Willemann, ao se tomar contato com a transcrição e a gravação é interessante notar que ele, como transcritor, não cumpriu rigorosamente a exigência de “literalidade” presente no manual de Carlos Humberto Corrêa. Pouquíssimas palavras são arrumadas para a grafia correta da língua portuguesa; no entanto, as hesitações e reiteraões características da fala são em grande parte suprimidas, sobretudo nas entrevistas que foram realizadas com senhores professores, e que, portanto, fizeram parte de uma elite letrada. Questão que pode se direcionar tanto para o tema referente à negociação que é estabelecida entre os interlocutores (qual transcrição poderia ser apresentada e aceita por estes senhores? Qual seria mais “conveniente”?) quanto para a leitura e uso de Willemann acerca das recomendações apontadas no manual.

E quanto ao trabalho em campo? O desenrolar deste processo de recolhimento? Consultando as anotações de Willemann, e analisando as breves entrevistas por ele cedidas – a primeira em 2012 e a mais recente em 2015 –, nota-se que Willemann delineou com clareza seus entrevistados “alvo”. Em lista denominada *Pessoas que podem interessar – Entrevista*⁴⁴, presente em seu caderno de anotações, estão escritos os nomes de todos os seus entrevistados e inclusive de outros senhores que não foram encontrados, ou faleceram antes da entrevista ser concretizada, como sugerem estes registros grafados à mão. São no total treze entrevistas em potencial que não foram concretizadas.

Ainda, Willemann, ao dar seu depoimento, parece não associar esse momento a um período de dificuldade em relação ao seu envolvimento com os entrevistados e o próprio episódio de entrevista. Para ele, o entendimento da importância daquele momento para a posteridade fazia a diferença no relacionamento estabelecido com seus interlocutores. E de fato, em alguns entrevistados, e na própria fala de Simão Willemann, aparece esse sentimento de orgulho por estar realizando uma “preservação” do passado. Característica que

⁴⁴ Vide Anexo VII: Imagem do caderno de anotações de Willemann. p. 149.

também está presente no manual, e nas introduções de ambos os catálogos de autoria de Corrêa:

Simão Willemann: Está OK, senhor Turíbio. Agora, antes de terminarmos a nossa entrevista, eu gostaria assim de perguntar ao senhor se tem alguma declaração, alguma coisa a acrescentar nessa entrevista, que talvez eu não tenha perguntado e que o senhor tenha interesse que seja registrado.

Turíbio Schmidt: Tenho, prezado companheiro Simão. Quando você me falou noutro dia para fazer essa entrevista eu logo apreciei por ser um caso tão importante assim, essa entrevista. Mas não tenho mais nada a acrescentar. Acho bastante liquidado o nosso assunto, e penso eu que, mais ou menos no caso, completo a respeito das escolas alemãs que eu convivi, e de mais, não tenho mais nada a acrescentar.

Simão Willemann: Está OK. Agora, ainda uma coisa que eu gostaria que ficasse registrado e a gente está gravando e vai transcrever essas informações todas. Então, essas informações que o senhor nos deu que são muito importantes, se elas poderão no futuro ser escutada a gravação e lida a transcrição por pessoas interessadas no assunto e que visem estudar esse assunto? (...)

Essa atribuição de importância até mesmo sutilmente aparece no início da entrevista cedida por Willemann recentemente, questão que pode ser associada a um sentimento de salvaguarda presente na atitude do pesquisador, que se coloca como um guardador de memória, guardião de um passado que está a um passo de estar perdido, e não somente a uma estratégia para o convencimento dos possíveis depoentes:

Simão Willemann: Bem, é um prazer estar sendo entrevistado sobre um assunto muito importante... que na época que eu fiz a pós-graduação, eu me interessei nesse aspecto via história oral porque a colonização alemã aqui na região... as principais preocupações eram a educação das crianças, dos filhos e tanto assim que eles construíram várias escolas isoladas pelo interior. E o custo quem pagava eram os pais dos alunos, então eu achei que seria interessante pesquisar alguma coisa a respeito desse assunto.⁴⁵

Apesar dessa facilidade no trato com seus entrevistados, o percurso até encontrar estes senhores podia ser longo, como ele descreve a seguir:

Karla Schütz: O senhor tinha o gravador?

Simão Willemann: Tinha.

Karla Schütz: Aí era mais fácil, e eram muito caras essas fitas? Era estranho? Essas pessoas estranhavam quando o senhor chegava com o gravador?

Simão Willemann: Não, a maioria eram conhecidos e eu conseguia logo fazer eles entenderem a importância. E que era inclusive bom pra eles fazer uma entrevista pra gravar uma coisa que estava se perdendo.

Karla Schütz: Ah sim. Então era fácil. E durante as aulas da pós-graduação, do mestrado, como que era a rotina, de ir e voltar pra Florianópolis?

Simão Willemann: Ah era complicado. Porque pra fazer esse trabalho todo eu viajei bastante, porque fui

⁴⁵ Entrevista concedida a Karla Simone Willemann Schütz, Laguna, SC, 03 abr. 2012.

procurar as pessoas aonde eles ainda moravam né? Tanto assim que aqui na região eu fiz uma porção de entrevistas, e até algumas no Paraná de gente que é daqui e saiu para o Paraná, pra morar lá. E daí então eu fiz algumas lá no Paraná. Ou onde elas estivessem.

Como observado anteriormente, a barreira entre os interlocutores selecionados por Willemann e ele próprio se diluía no destaque conferido a esta fonte, instrumento que salvaguardaria uma história que estaria se perdendo. A dificuldade se apresentava para Simão Willemann nos aspectos práticos do desenvolvimento da pesquisa. A necessidade de percorrer, relativamente, grandes distâncias com o intuito de levantar o maior número possível de informações e dados, naquele momento, passíveis de serem encontrados somente via fonte oral.

A “interferência” do historiador – quanto interrompe seu entrevistado buscando trazer a conversa de volta ao seu tema de interesse, por exemplo – remete a mais um ponto acerca das perspectivas da história oral abraçadas por Simão Willemann, bem como, por Barreto e Pick. No manual de Corrêa editado pela UFSC – e que pode ser encontrado na biblioteca pessoal de Simão Willemann – está expresso, segundo bases teóricas norte-americanas, que uma entrevista de

história oral não se constitui um diálogo. Fazendo referência ao livro do historiador Willa K. Baum, Carlos Humberto adverte:

(...) achamos importante o destaque de que realmente uma entrevista de História Oral não é um diálogo entre o entrevistador e o entrevistado. O importante, como diz o autor [BAUM], é fazer com que o memorialista conte o acontecimento da maneira como ele se lembra e do seu ponto de vista (CORRÊA, 1978, p. 47).

Visão que vai de encontro ao que é mais comumente disseminado atualmente, como se verá a seguir. No entanto, tal dimensão não pode ser entendida de modo negativo, pois os trabalhos destes pesquisadores devem ser inseridos na temporalidade e serem destacados como elementos importantes para um campo ainda em desenvolvimento prematuro, como era o caso da história oral naquele momento. Onde até mesmo a produção de uma transcrição era motivo de cuidado, e a opção pela “literalidade”, ou seja, a correspondência completa entre o discurso oral e escrito remetem a uma necessidade de afirmação do campo. Pois uma das críticas direcionadas às fontes orais seria o seu caráter “provocado”, que nasce da intenção do próprio pesquisador. Portanto, quanto menos “interferência” esta fonte sofresse – mesmo que fosse via transcrição – mais credibilidade perante os críticos ela ganharia. Além disso, a história oral à época trouxe à tona uma

nova forma de relação entre o historiador e sua fonte, que precisou levar em conta que cada entrevista estabelecia também um diálogo intersubjetivo, ético e profissional entre o pesquisador e o “pesquisado”. Processos que ao longo do tempo foram se modificando, tentando estabelecer entre os interessados uma relação mais profícua e saudável.

Infelizmente, não foi possível analisar o trabalho finalizado, ou seja, a dissertação que Simão Willemann pretendia elaborar, o que provavelmente traria novos pontos de discussão à tona. Entretanto, não se pode negar que os indícios fornecidos pelos traços delineados por ele para sua pesquisa se colocam como objetos importantes para pontuar algumas mudanças nas perspectivas e possibilidades que se abriam aos pesquisadores de ontem, como Willemann. Mudanças advindas de uma nova maneira de pensar a oralidade, e por consequência, as fontes orais como uma evidência histórica. Nesse caso, não hierarquizando estas formas diferenciadas de discurso: o oral e escrito, pois estes, em grande medida, se complementam e se encontram todo momento. E, ainda, até mesmo transformações tecnológicas que permitem a muitos acervos e arquivos optarem por não mais produzir transcrições, dada a possibilidade de digitalização destes repositórios e sua posterior disponibilização em *sites* específicos na *internet*.

Vale lembrar, ainda, que foi a partir da crítica sofrida por estes primeiros pesquisadores que lançaram mão da história oral – que se estabeleceram na UFSC e em outras instituições no Brasil –, juntamente com a transformação do campo da História em geral, que uma modificação no próprio campo da história oral foi fomentada. É o objeto da reflexão a seguir, que se baseia nos depoimentos cedidos por ex-alunos e professores, como também na própria pesquisa por mim aqui desenvolvida, para pensar que lembranças acerca desta empreitada da UFSC ainda estão vivas, e ainda, como estes relatos podem ser inseridos na discussão que se volta para a identificação de práticas e sentidos que ficaram ou que se modificaram ao longo destes quarenta anos da história oral brasileira.

Capítulo 3: A recordar: trajetórias, aproximações, afastamentos.

Mulheres e homens constituem-se sujeitos por meio da narrativa, através do ato de narrar, afirma Paul Ricoeur (2010, p. 93). Assim inserem-se no tempo, e são atravessados por ele. Narra-se, e, por meio da rememoração, o passado tornado presente e transformado em palavra presume evitar o esquecimento. Primeiramente tarefa do poeta grego, e mais tarde, missão do historiador, o ato de contar uma história, ou histórias, sempre almejou escapar ao olvido. E hoje, ainda, tanto a literatura quanto a história dedicam-se ao “recordar”, tanto para trazer à tona um passado que tenta todo momento escapulir, quanto para nos lembrar de nossa existência transitória. No entanto, essa corrente narrativa não escapa ao refluxo do esquecimento, “que não seria só uma falha, um ‘branco’ de memória, mas também uma atividade que apaga, renuncia, recorta, opõe ao infinito da memória a finitude necessária da morte (...)” (GAGNEBIN, 2004, p. 3). Rememoração e esquecimento são elementos constitutivos da narração. Na trama que eles compõem, se estruturam também

as histórias. Sem recortes, olvidos, seleções, uma história é impossível de ser contada.

O narrador, texto de Walter Benjamin escrito em 1936, bastante revisitado por leitores de diversos campos, em tom nostálgico alerta para o fim da narrativa tradicional, ou ainda, para a impossibilidade do narrar decorrente deste declínio. Tal movimento, segundo o autor, é originado, dentre outros motivos, pela dificuldade de transmissão das experiências vividas por aqueles que experimentaram momentos de horror, como a primeira grande guerra mundial. Essa interdição na transmissão obstrui o ato de narrar, pois para ele, “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores.” (BENJAMIN, 2011, p. 198) Este tema, inclusive, vai se estender a períodos imediatamente posteriores ao texto deste autor alemão, encarnados nos escritos do italiano Primo Levi acerca da experiência dos campos de concentração alemães, também impossível de ser transmitida na sua plenitude. Tópico que, por sua vez, vai levar a outra questão ligada à *necessidade* do narrar, repercutida nas últimas décadas, sobretudo, por meio da ascensão de uma literatura do testemunho e do papel de destaque dados aos sobreviventes de momentos como o Holocausto ou até mesmo as ditaduras que se instalaram na América Latina durante o

século XX. Assuntos tangenciados por pesquisadores que não estão ligados diretamente à história oral (SARLO, 2007; HARTOG, 2011; 2013), mas que levantam também, para aqueles que a ela se lançam, um espaço de reflexão.

Ainda revisitando o texto de Benjamin, se percebe que, para ele, a memória se constitui a “musa da narrativa”, é a “mais épica de todas as faculdades”, ela provoca não o surgimento de lembranças ordenadas numa temporalidade única e linear, com um sentido único de “verdade”, mas sim de *reminiscências* que rompem a sucessão cronológica dos fatos e seguem assim o caminho proposto pelo jogo entre recordação e esquecimento. Uma maneira bonita de observarmos os depoimentos sobre os quais nos lançamos em busca, muitas vezes, de uma história que não está impressa, gravada ou escrita em nenhum outro lugar.

Mas aonde se quer chegar ao trazer para discussão estes autores? Ricoeur e Benjamin se encontram ao perceber a importância da narração, o primeiro na constituição da própria subjetividade humana, e o segundo, de alguma forma também nesse sentido, ao diagnosticar a necessária transmissão de experiências na dimensão da cultura. Ainda, nos dois visualiza-se a premência do lembrar, mas também o inevitável esquecimento. Ao indagar:

Podemos ir mais longe e perguntar se a relação entre o narrador e sua matéria – a vida humana – não seria ela própria uma relação artesanal. Não seria sua tarefa trabalhar a matéria prima da experiência – a sua e a dos outros – transformando-a num produto sólido, útil e único? (BENJAMIN, 2011, p. 221)

Benjamin revela a dimensão individual e coletiva presente nas reminiscências, mesma dimensão defendida por Ricoeur ao afirmar que entre a memória individual e a coletiva não existe uma cisão: na verdade, a memória se movimenta em três planos, o do *eu*, dos *coletivos* e dos *próximos*. (RICOEUR, 2007, p. 106-154). E nessa movimentação, como um artesão, o narrador trabalha a matéria prima – as experiências –, selecionando o que vai ser tornado palavra (e, portanto, “lembrado”) e por outro lado suprimindo o que estará fadado ao esquecimento. Reflexões importantes tanto para observar os frutos de uma entrevista oral, quanto para entender os próprios rumos tomados pelo campo, conforme vão aflorando novos temas a serem discutidos no que tange à relação memória e história.

3.1 *A história oral da UFSC nas vozes de suas “testemunhas”*

É chegado o momento, então, de revisitar memórias. Histórias compostas de lembranças e esquecimentos. Seleções. Neste capítulo serão colocadas em foco as narrativas daqueles que em determinadas fases de suas vidas tiveram a oportunidade de manter uma relação acadêmica e profissional com a história oral, principalmente por meio do Laboratório de História Oral da UFSC. São ex-alunos e professores desta instituição⁴⁶ que proporcionam uma mirada interessante em direção aos significados atribuídos ao Laboratório, mas também, em relação ao entendimento do que seria história oral, suas permanências e modificações. A partir da experiência de entrevistá-los, e de transformar estas entrevistas em fontes históricas, pretendo também pensar o fazer história oral atualmente, quais as práticas e discussões que ainda se conservam, quais são aquelas que estão em desuso, e ainda, aquelas que foram mais recentemente trazidas à cena. Eu tomo, assim, o meu próprio trabalho com a história oral, seja em

⁴⁶ Dentre os entrevistados e as entrevistadas está a professora Liane Maria Nagel, a única que ainda mantém um contato direto com o espaço do Laboratório, pois exerce a função de coordenadora deste espaço. No entanto, não é ex-aluna do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC.

campo – fazendo as entrevistas – ou depois as transformando em “fontes”, também como um indício, um objeto a ser observado. Levo ainda como guias estes autores já apresentados, relevantes para pensar acerca de memória, esquecimento e, por que não, do lugar do testemunho na atualidade.

Para iniciar a discussão, é trazida mais uma vez à cena uma dimensão muito presente no trabalho de Simão Willemann. Como visto ao longo do capítulo anterior, os objetivos deste historiador, ao lançar mão das fontes orais, iam ao encontro de uma necessidade advinda da falta de outros meios que pudessem preencher as lacunas de sua pesquisa, fornecendo qualquer indício a respeito do tema por ele pesquisado. Atualmente, entende-se que a história oral pode oferecer muito mais que dados ou pontos de vista. Pois ela proporciona ao historiador atento à produção de memórias a possibilidade de observar a maneira como estas se desenvolvem e como estas reminiscências, ou a forma como se rememora, estão também ligadas a movimentos históricos e sociais. No entanto, esse aspecto “informativo” da história oral ainda se mostra presente, claro que não de uma maneira cega, que toma os dados e fatos narrados como algo acabado, sem necessidade de um “filtro”. Mas que leva em conta não

somente o que é dito na entrevista e que se serve do cruzamento de outras fontes na busca da reconstituição de temas difíceis de serem analisados por meio de outros vestígios.

Este é o caso do trabalho aqui desenvolvido. Devido à falta de evidências que pudessem tornar mais clara a forma como se desenvolveu o Laboratório de História Oral da UFSC e até mesmo a pesquisa de Simão Willemann, situação que decorre da trajetória irregular de ambos, a história oral apareceu como uma ferramenta importante para tentar alcançar momentos e até mesmo “informações” que se encontram dispersas ou esquecidas. Nas palavras das mulheres e homens entrevistados acerca desse tema, certa dimensão factual foi levada em conta, o que, claro, não exclui o exame de determinada memória construída acerca do próprio Laboratório e do fazer história oral.

Como um primeiro exemplo que buscou essa perspectiva, pode-se trazer o depoimento cedido por Djanira Maria Martins de Andrade⁴⁷. O desejo de entrevistá-la abrangia

⁴⁷ Professora aposentada do Departamento de História da UFSC, 69 anos, foi a segunda pós-graduanda a defender dissertação no Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, em 1978, ano posterior à data da primeira defesa, correspondente ao trabalho de Carlos Humberto Corrêa. Entrevista

dois ângulos diferentes que estavam pouco esclarecidos nos documentos disponíveis no Laboratório de História Oral e nas dissertações de mestrado defendidas na UFSC que foram observadas por serem pertinentes ao período enfocado. O primeiro deles buscava entender as motivações por trás das entrevistas produzidas por ela ainda disponíveis no acervo do Laboratório; e se estas foram de alguma forma utilizadas em seu trabalho, pois não aparecem, na versão impressa da dissertação, enumeradas como fontes utilizadas. Já o segundo ponto a ser mais bem elucidado relacionava-se ao Catálogo de Entrevistas de 1980, não publicado, no qual Andrade, juntamente com Walter Piazza e Carlos Humberto Corrêa, aparece como coautora. Assim, interrogou-se qual a ligação dela com os historiadores mencionados acima, e com a própria história oral. Nesse sentido, ela própria narra:

Djanira Andrade: Ali foi que eu comecei a trabalhar no Laboratório, mas o Laboratório de História Oral, quem idealizou aqui na Federal, foi o professor Carlos Humberto, juntamente com o professor Walter Piazza. Porque o Walter Piazza era o coordenador da pós... então foi iniciado. Eu, realmente, pouco trabalhei no Laboratório de História Oral. **A minha função ali foi depois organizar o catálogo. Foi... eu não sei se tu**

realizada em 10 de janeiro de 2015, na residência da entrevistada no bairro de Canasvieiras, Florianópolis.

chegou a pegar... a publicação do primeiro catálogo de História Oral.

Karla Schutz: A senhora participou dos dois? Porque tem um de 1978, 77, e um de 1980, que foi aonde eu vi o nome da senhora como uma das organizadoras, junto com o professor Carlos Humberto e o professor Walter Piazza.

Djanira Andrade: Isso. Mas realmente, quem iniciou tudo foi o professor Carlos Humberto. **E eu entrei mais para ajudar a catalogar, arrumar, organizar. Não entrei no “esquema” da história oral.**⁴⁸

Nesse trecho da entrevista, Andrade afirma com destaque qual era o seu vínculo com o Laboratório: uma organizadora. Ela também faz questão de deixar claro, apesar das entrevistas por ela feitas,⁴⁹ que o “fazer” história oral não era parte das suas atividades, que ela não se incluía naquele “esquema”. Afirmação curiosa que vai de encontro a tudo afirmado por ela logo a seguir, descrevendo brevemente o seu percurso como entrevistadora:

Karla Schutz: E a senhora fez algumas entrevistas...

Djanira Andrade: Eu fiz várias entrevistas, pro meu trabalho de mestrado...

⁴⁸ Grifos meus.

⁴⁹ Não é possível contabilizar a quantidade exata de entrevistas realizadas por Djanira Martins; constam em lista disponível no Laboratório de História Oral da UFSC sete entrevistas que ela realizou em conjunto com Frei Ático, mas que não têm ligação com o objeto de sua dissertação. Há ainda uma entrevista presente no *Catálogo de 1980*, relacionada à pesquisa de Djanira; no entanto, segundo a entrevistada, outros personagens ligados ao tema de sua dissertação foram entrevistados.

Karla Schutz: Que é sobre a ponte Hercílio Luz.

Djanira Andrade: Sobre a ponte Hercílio Luz...

Karla Schutz: É, eu tenho aqui, a senhora entrevistou o senhor Haroldo Paranhos Pederneiras.

Djanira Andrade: Isso! Que era parente do professor Carlos Humberto. Então, eu fiz a entrevista, que para mim foi importante porque ele vivenciou a construção da ponte. Ele conhecia todo o trâmite do processo, dos contratos, como foi o contrato da ponte Hercílio Luz. Foi tudo o doutor Haroldo que... então era uma história muito viva.

Karla Schutz: E a senhora chegou à ideia de fazer as entrevistas pro trabalho a partir de quem? Do professor...

Djanira Andrade: Carlos Humberto.

Karla Schutz: Ele que sugeriu que a senhora usasse?

Djanira Andrade: Foi. Ali que tava despontando a história oral. Então todo mundo queria usar. Pra mim foi importantíssimo porque era uma história muito viva. Eu entrevistei também um trabalhador da construção da ponte. Cheguei a falar também com o... como era o nome dele, que já faleceu, era do Departamento de Estradas de Rodagem do DER. Que também me ajudou bastante.

Retomando as ideias de Paul Ricoeur acerca da memória, é possível assumir esta como um processo relacional entre o indivíduo e o mundo que o cerca. Uma dinâmica entre o espaço privado e o público, sempre internamente ligados, na qual se percebe também um movimento que opera por diferenças e por “capacidade de atribuição múltipla” (RICOEUR, 2007, p. 137). Aquilo que se entende como a “memória individual” é preenchido pelos significados que cada

um atribui à sua própria experiência. No entanto, cada indivíduo também relaciona à sua experiência o que atribui ao outro como diferente ou semelhante, dependendo de como este “outro” se apresenta, numa construção que dá vida à rememoração.

Djanira Andrade, nesse sentido, atribui significados à sua experiência. Em sua narrativa ela não se considera alguém que fez parte propriamente daquele momento de entrada da história oral na UFSC, justamente porque atribui ao outro esta significação, ou seja, lega o título de representantes dessa empreitada a Carlos Humberto Corrêa e Walter Piazza. Ou ainda, essa negação também poderia ser compreendida por uma afeição ao trabalho com a documentação escrita própria à identidade de Djanira como pesquisadora, como demonstra comunicação apresentada em 1977, na ANPUH Nacional: nela Djanira Martins sistematicamente apresenta parte da documentação oficial relativa ao século XIX e início do século XX passível de ser encontrada, à época, no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Acrescentando à formação de um arquivo uma importância imprescindível à historiografia. Tal trabalho por ela apresentado ainda traz consigo a ideia de que Andrade era de fato uma pesquisadora que lidava muito bem com catalogação e armazenamento documental, *status* que teria

levado Corrêa e Piazza a convidá-la para participar da elaboração do *Catálogo de Entrevistas* de 1980, como a mesma afirma em entrevista.

Enfim, nessa dinâmica de significações e atribuições, certa memória sobre aquele momento pontual de sua vida profissional se constituiu. Na situação de entrevista com Djanira Maria Martins de Andrade e na sua posterior análise, duas dimensões puderam ser observadas: a do acontecido, aquilo em que está baseada a narrativa; e a da memória que é construída acerca dos eventos e episódios narrados. Andrade, além de esclarecer questões ligadas ao Laboratório difíceis de serem elucidadas por meio de outras fontes, pois não localizadas, concedeu a possibilidade de observar determinada memória solidificada acerca daquele momento. Memória que, por sua vez, remeteu ao lugar que, sobretudo, Carlos Humberto Corrêa ocupava dentro do Laboratório e do próprio Programa de Pós-Graduação em História, ao incentivar seus alunos a fazerem uso de uma nova “técnica” para a produção de fontes.

O título de “voz autorizada” imputado a Carlos Humberto (principalmente) e a Walter Piazza é tema recorrente nas entrevistas realizadas com ex-alunos e funcionários, com exceção de Simão Willemann, como já mostrado em análise no

capítulo anterior, e de Liane Nagel⁵⁰, atual coordenadora, que não vivenciou estes primeiros momentos do Laboratório, pois chegou à Universidade Federal de Santa Catarina em meados da década de 1990. Nas falas de Marcos Vinícios de Almeida Saul⁵¹, Maria Teresa Santos Cunha⁵², Arante José Monteiro Filho⁵³, Norberto Dallabrida⁵⁴ e da própria Djanira Andrade, ou

⁵⁰ Além de atual coordenadora do Laboratório de História Oral, Liane Nagel também integra o corpo de Docente do Departamento de História da UFSC; 66 anos de idade. Entrevista concedida no Centro de Filosofia e Humanas da UFSC em 9 de fevereiro de 2015.

⁵¹ Ex- aluno do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, ex-coordenador do Laboratório de História Oral da UFSC, atualmente professor aposentado do Departamento de História da UFSC; 68 anos de idade. Entrevista concedida em 04 de novembro de 2014 na Biblioteca Universitária do Campus I da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

⁵² Ex-aluna do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, professora aposentada do Departamento de História da UFSC, atualmente integra o corpo docente do Departamento de História da UDESC, bem como o Programa de Pós-Graduação em História e Programa de Pós-Graduação em Educação desta mesma instituição; 61 anos de idade. Entrevista concedida em 10 de outubro de 2014 na Biblioteca Universitária do Campus I da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

⁵³ Aluno egresso do curso de História da UFSC, atualmente administra um restaurante na praia do Pântano do Sul em Florianópolis; 56 anos de idade. Entrevista concedida em 7 de outubro de 2014, no restaurante por ele administrado.

⁵⁴ Ex- aluno do Curso de História e também do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, atualmente integra o corpo docente do Departamento de Pedagogia da UDESC, bem como o Programa de Pós-Graduação em História e Programa de Pós-Graduação em Educação desta mesma instituição; 54 anos de idade. Entrevista concedida em 12 de novembro de 2014 na Biblioteca Universitária do Campus I da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

o personagem Carlos Humberto Corrêa aparece com força, ou é a imagem do Laboratório que se mostra um tanto desvanecida:

Norberto Dallabrida: Então eu não tive muita ligação com o Laboratório porque o Carlos Humberto trabalhava com História Política, você deve conhecer algumas obras dele, não é? Sobretudo PSD, eu acho que ele era. As figuras que ele entrevistou, ele fez uma biografia do Nereu Ramos e acho que ele tem um trabalho sobre o Vidal também. Esse bloco do planalto. Que depois vai ter uma visibilidade nos anos 30 e 40, até o final do Estado Novo. **O Laboratório era um pouco o Carlos Humberto, e assim, eu acho que a imagem que a gente tinha que a história oral era mais usada pra história política.** Porque eu lembro que nas aulas os exemplos que ele dava, da prática dele, era com história política. Eu lembro que ele falava sobre a modernização do mundo, o uso do telefone e com o uso do telefone se passou a se perder muita informação, daí a justificativa de usar a história oral. E também eu acho que a história oral era percebida como um complemento da documentação escrita. [Grifos meus]

Nesta fala de Dallabrida, é interessante notar a conexão direta entre o Laboratório e Corrêa. E ainda, a associação desta técnica com a história política, linha de pesquisa que seguiam a maioria dos trabalhos de Corrêa e campo pelo qual este historiador ficou caracterizado, para além da história oral. Tal diferenciação parece direcionar, mais uma vez, para uma proeminente importância atribuída à Corrêa em comparação ao Laboratório de que ele próprio era fundador. Também seguiu

essa perspectiva a narrativa da ex-aluna e colega de trabalho de Carlos Humberto Corrêa, Maria Teresa Santos Cunha. Em dois momentos diferentes da entrevista ela explica:

Maria Teresa Cunha: (...) E eu acho que a grande sacada, se é que eu posso usar essa palavra assim mais... menos acadêmica, do Carlos Humberto foi perceber a emergência disso naquele período. Acho que aí é que tá o salto, a virada. Ele percebeu, porque era um período do início dos processos tecnológicos no Brasil, a Embratel, o telefone que se popularizou, o gravador. E eu acho que ele foi assim um pouco visionário de perceber a importância disso. E do jeito dele, porque ele nunca gritava, sempre, sempre naquela fleuma. Ele conseguiu espaço.

Maria Teresa Cunha: [A história oral] Era bem uma técnica, não tem discussão nenhuma, e era pra guardar lá no Laboratório. Depois teve uma técnica, que foi secretária do Programa muito tempo...

Karla Schutz: Era isso que eu queria saber, se existiam outros profissionais, outras profissionais que...

Maria Teresa Cunha: Não pra mexer com as entrevistas, a gente é que fazia, comprava a fita e depois depositava lá e ela registrava e guardava lá. Isso tem lá guardado, que era a Ana Lúcia que também tá aposentada. Ana Lúcia Pereira do Amaral, uma moça formada em Letras, técnica. Dos quadros técnicos da Universidade, e era secretária do PPGH, e eu imagino que tinha... que o professor Piazza dava alguma coisa, ou o Carlos Humberto, sei lá, se tinha alguma função gratificada pra ela só organizar. Mas só pra tu teres uma ideia, o Laboratório era muito pouco frequentado, a tal ponto que os filhos dela dormiam lá no Laboratório, nos intervalos das aulas do Colégio de Aplicação. Então eles eram amigos dos meus filhos e como a gente passava o dia todo na Universidade, às

vezes mesmo assim, eles descansavam, porque tinha umas almofadas lá na salinha. Eles descansavam lá. Então não era uma coisa assim de um Laboratório como hoje. Era só um lugar, apesar de receber o nome de Laboratório que já tem uma coisa legal aí, mas não era uma coisa frequentada.

Novamente, nas palavras de alguém que vivenciou aquele momento e conviveu com o seu fundador e o próprio espaço do Laboratório, fica evidente a construção de uma memória que coloca Carlos Humberto Corrêa como uma figura solitária dentro deste campo na UFSC. Aliás, poucas referências são dadas em relação à participação de Walter Piazza, que se mostra mais o incentivador de um pesquisador “visionário” que propriamente um adepto da história oral. Além disso, Cunha parece corroborar a visão de Carlos Humberto Corrêa como a voz autorizada dentro deste campo, sendo a sua função de professor o principal meio pelo qual ele estimulava – como também mostram as narrativas de seus alunos – a utilização das fontes orais. Nesse sentido, a disciplina voltada à história oral que ele ministrou durante anos no Programa de Pós-Graduação em História aparenta ter sido uma iniciativa mais relevante para o crescimento da história oral dentro da instituição que a fundação do Laboratório de História Oral, um espaço que recebeu a tarefa de guardar tais entrevistas, e não necessariamente, de fomentar o debate, o

encontro de pesquisadores. Uma questão que remete também ao que significava a instituição de um Laboratório e quais as funções deste naquele momento. Atualmente os laboratórios e núcleos formados dentro de instituições acadêmicas se propõem a serem espaços que não abrigam somente fontes, acervos, mas também a serem lugares onde debates, encontros, e pesquisas costumam florescer. Os indícios aqui apresentados, portanto, apontam que essa não era a função primordial do Laboratório de História Oral.

Outro depoimento que une o Laboratório e o professor Carlos Humberto Corrêa foi cedido por Marcos Vinícios de Almeida Saul, ex-aluno do mestrado da UFSC e também ex-coordenador do Laboratório de História Oral, função por ele assumida anos após a aposentadoria do primeiro coordenador, Corrêa:

Karla Schütz: E o senhor lembra desse primeiro momento, nessa sua primeira relação [com o laboratório], se existia algum funcionário que sempre tava lá? Como era a movimentação dentro do laboratório?

Marcos Saul: Nenhuma. Para nós, o laboratório era o professor Carlos Humberto. Eu, pessoalmente, nunca tive maior contato com o Laboratório. Os funcionários eram os funcionários do departamento. Do departamento de História e do curso de História. O próprio mestrado era uma coisa nova. Hoje as estruturas de pós-graduação têm os seus funcionários,

têm o seu espaço. Então naquela época o mestrado era novo, muito novo. Porque a especialização começou em 74... 74, 75. Que eu sei que teve uma segunda turma. Eu não sei se em seguida passou pra mestrado. Mas o mestrado, não era... quer dizer era novo, quando eu fiz o mestrado era novo.

Assim, notou-se que a difusão da história oral entre os alunos partia do que acontecia ao longo do curso de pós-graduação. A disciplina voltada ao tema era a principal produtora das fontes que integrariam o acervo do Laboratório. E como, nesse momento, o único professor que ao que tudo indica estava encarregado de lecionar tal disciplina era Corrêa, a figura do Laboratório estava, de fato, intrinsecamente ligada à própria figura dele como pesquisador, sendo o espaço do Laboratório algo a que pouca importância era atribuída.⁵⁵ Arante José Monteiro Filho, que teve contato com a história oral e a disciplina ministrada por Carlos Humberto já no final da década de 1980, foi interrogado sobre suas lembranças acerca deste ambiente:

⁵⁵ Não foi possível precisar a data na qual Carlos Humberto Corrêa começou a lecionar tal disciplina. Sabe-se que foi professor da Universidade Federal de Santa Catarina entre 1967 e 1991. E ainda que, durante o período de 1974 a 1980, George Browne também fez parte do quadro docente da UFSC, atuando junto ao Programa de Pós-Graduação em História, o que sugere que este tenha sido o primeiro responsável pela disciplina, sucedido por Corrêa quando este defendeu sua dissertação em 1977. Assim indicam entrevistas e esparsa documentação encontrada no Arquivo Geral da UFSC.

Karla Schütz: E tem mais alguma coisa que o senhor lembra do Laboratório?

Arante José Monteiro Filho: Não... eu lembro que era uma coisa assim muito... pequena né? Laboratório pequeno, pouca gente usava, tava trabalhando naquela época, um período de transcrição que nunca acabava. Sempre tinha uma pessoa trabalhando lá dentro, um aluno...

Mais uma vez, aparece o Laboratório como um espaço pequeno e pouco frequentado. Apesar do detalhe que mostra a existência de pessoas que regularmente estavam em contato com o ambiente, nas falas de todos os depoentes o Laboratório é um espaço pouco conhecido ou até mesmo inexistente, como mostra o depoimento de Simão Willemann:

Karla Schütz: E o senhor lembra do Laboratório? Do espaço onde guardavam as entrevistas?

Simão Willemann: Não. Não lembro porque tudo passava pela mão do professor orientador. Ele que guardava as coisas.

Karla Schütz: O que no caso era o Walter Piazza.

Simão Willemann: Era o Walter Piazza.

Em todas as narrativas, ainda, parece sempre haver uma mediação entre as entrevistas que eram produzidas e o momento que elas deveriam integrar o acervo do Laboratório, seja este mediador o próprio Carlos Humberto Corrêa ou, no caso de Willemann, o orientador e mentor de Corrêa, Walter

Fernando Piazza (também orientador de Willemann). Essa mediação também está presente no trabalho de outros professores que doavam ao Laboratório alguns frutos de suas pesquisas, como percebido no depoimento de Norberto Dallabrida, que, como Arante José Monteiro Filho, manteve contato com a história oral no final da década de 1980.

Norberto Dallabrida: Agora você me fez lembrar... agora, deixa eu ver. Então, deixa eu te dizer uma coisa. Durante a graduação eu fui bolsista de iniciação científica do professor Valmir Martins. E nessa, na pesquisa do professor Valmir Martins sob o título “A cidade e os bairros”, o professor se propunha a estudar um pouco a modernização dos bairros de Florianópolis. O professor Valmir Martins era um dos poucos professores que tinha formação marxista. E eu me aproximava, em boa medida, dessa tradição teórica e trabalhei com ele então nesse projeto investigando a modernização do bairro do Pantanal, a partir da implantação da UFSC, da Eletrosul e da TV Barriga Verde. E todas as transformações que ocorreram no bairro em função dessa urbanização intensiva, sobretudo a partir dos anos 70. E as transformações na cultura popular. Então de fato eu entrevistei alguns moradores do Pantanal, que me concederam depoimento sobre as transformações do bairro.

As entrevistas às quais ele se refere fazem ainda parte do acervo do Laboratório, e provavelmente foram doadas pelo então professor Valmir Martins, um ex-aluno de Carlos Humberto na pós-graduação, mestre formado pela UFSC em

abril de 1979. Foi também responsável pela realização de entrevistas disponíveis à consulta atualmente no Laboratório.

Nos depoimentos de Andrade, Saul, Cunha e até mesmo Willemann é recorrente a ideia de Carlos Humberto Corrêa como um promotor da técnica de história oral entre os alunos, incentivando ou facilitando a produção de entrevistas ou, de maneira indireta, interrogando sobre o porquê da ausência destas em seus trabalhos.

A ex-professora Djanira Andrade, no trecho já aqui apresentado⁵⁶, onde ela aponta como importantes o estímulo e a ajuda oferecidos por Corrêa. A ex-aluna, naquele trecho, também atribui a condição de “incentivador” a Corrêa: tanto quando menciona a conexão entre entrevistado e entrevistador, que promove quando articula o encontro dela com um parente dele – Haroldo Pederneiras –, o qual seria interessante para a pesquisa da mesma; quanto quando expõe que foi ele (Corrêa) quem sugeriu a ela a utilização destas fontes orais em seu trabalho de dissertação. Ainda, por fim, nesse excerto, de maneira muito sutil, pode-se perceber uma influência de Corrêa no movimento de aceitação desta técnica. Esta, por ser também uma novidade, provocou uma procura por parte dos alunos, que

⁵⁶ Vide páginas 175-176.

perceberam a possibilidade desta fonte preencher lacunas deixadas pela falta de outros indícios. Todos queriam se servir desta “história viva” que despontava no horizonte de possibilidades destes historiadores.

A seguir, na fala de Maria Teresa Santos Cunha, este entusiasmo dos alunos em relação a esta nova técnica também se sobressai:

Maria Teresa: (...) eu queria fazer entrevistas porque fiquei entusiasmada com isso. Então ele (o Carlos Humberto) trazia... Ele lançou primeiro um livro, que é esse aqui, que eu tive no lançamento do livro que foi em setembro de 78, ele botava dedicatória... E aí eu fiz direitinho as entrevistas de história oral, pelo que ele dizia. Tanto que ele botou [mostrando a dedicatória no livro] "Desejo que continue firme nas entrevistas de história oral." Porque aí eu saí feito uma louca entrevistando, eu queria entrevistar todo mundo e o Aicardi freou. Disse que não. Porque aquilo ali não tinha um (sentido)... era feito no calor da hora, então tinha essa ideia assim bastante positivista de que História não pode ser feita. Mas agora tu me diz qual o documento que não é feito no calor da hora? Só que eu, com 26 anos, eu não ia enfrentar. Porque eu tinha entrevistado os dois filhos do Boiteux, pra colocar no meu trabalho. Que eles estiveram aqui em Florianópolis numa homenagem que a Marinha daqui fez a ele. O Ian e o Nelson, aí o professor Carlos Humberto facilitou pra eu entrevistar e eu fiz uma entrevista rápida. Com 5 perguntas. Mas quando ele [Carlos Humberto] chegou [no Departamento de História da UFSC], ele realmente foi bem inusitado, nem todas as pessoas gostaram. As pessoas que trabalhavam com História de períodos mais recuados eram as maiores críticas desse trabalho, e [críticas em relação] aos mais jovens.

Seu sentimento de euforia foi, no entanto, de acordo com ela, barrado pelo seu então orientador Aníbal Abadie-Aicardi. Segundo Cunha, um historiador com uma visão um pouco mais “tradicional” em relação àquilo que viriam a ser “de fato” as fontes históricas. Além disso, mais uma vez, figura numa narrativa de ex-aluna o papel de encorajador atribuído a Corrêa, assinalado tanto na memória grafada por meio da dedicatória, quanto no caso em que este professor “facilita” o desdobramento de uma entrevista que a ela interessava. Além disso, o depoimento de Maria Teresa dá indício de que Carlos Humberto não teve apoio total de colegas, apesar de, curiosamente, ele próprio declarar, vários anos depois, que “ela [a história oral] era aceita, respeitada – pelo menos naquela época”.⁵⁷ No entanto, é interessante notar que subsequentemente, na mesma entrevista, Corrêa passa a relatar acerca de sua relação com os alunos, principais responsáveis pela coleta de entrevistas; em nenhum momento seus colegas entram em pauta. Nesse sentido, outros professores, ao impedir seus orientandos de utilizarem fontes orais, como no caso de

⁵⁷ Entrevista cedida a Ricardo Santhiago em 24 de agosto de 2010, no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Maria Teresa, acabavam por “boicotar” o próprio Corrêa, naquele momento um “jovem” de 36 anos de idade.

Tal evidência ainda aponta para uma dimensão interessante na carreira de Corrêa. Aquela que faz dele, neste primeiro momento, uma promissora nova liderança dentro do espaço acadêmico da UFSC, mas que, a partir da década de 1990, o transforma naquilo que deve ser “ultrapassado”, colocado de escanteio. Como indica Janice Gonçalves (2006), a partir da década de 1990 o Departamento de História da UFSC, em todas as suas instâncias (principalmente pós-graduação), passa por um momento de renovação quanto à temática de seus trabalhos e suas influências. A aposentadoria de antigos docentes e a consequente chegada de novos professores, em grande medida influenciados pela história cultural, promove um desejo de ruptura com antigas lideranças dentro deste âmbito acadêmico, caso de Walter Piazza e Carlos Humberto Corrêa (GONÇALVES, 2006, p. 37-38). Tal constatação de alguma forma pode explicar o destino do Laboratório, logo após a saída de seu primeiro coordenador. Corrêa, depois de sua aposentadoria, parece abandonar esta primeira iniciativa, para abraçar outra, a qual se dedica até o fim de sua vida: a presidência do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, que passa então a ser entendido pelos pesquisadores

da UFSC como um espaço essencialmente “conservador”. Fama reconhecida e combatida por Corrêa, que em entrevista de 2005⁵⁸ declarou:

Carlos Humberto Corrêa: Sempre o pessoal do Instituto eram considerados uns velhos que se reuniam uma vez ou outra pra discutir coisinhas sem importância, enquanto que na Universidade é que se discutia as grandes soluções do mundo, e a verdade histórica estava na Universidade e não estava aqui... Em consequência disso, o Instituto não tinha muita credibilidade (...) diante dos professores da Universidade. Atrás da recuperação dessa credibilidade é que nós entramos aqui, inicialmente, há oito anos atrás (...).

Ainda corroborando este afastamento de Corrêa da temática da história oral, há o depoimento cedido por ele a Ricardo Santhiago, no ano de 2010. Em tal entrevista Corrêa comenta sobre vários episódios que envolveram o campo da história oral ao longo de sua carreira, inclusive episódios mais recentes, após sua saída da UFSC, onde ele percebe uma forte aproximação com disciplinas como a Sociologia:

Carlos Humberto Corrêa: Aí pronto! Eu me afastei daquilo, porque eu vi que as entrevistas, como estavam

⁵⁸ Entrevista cedida a Janice Gonçalves, em 04 de novembro 2005, no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (Museu Histórico de Santa Catarina).

sendo feitas, tinham uma preocupação mais com a parte da Sociologia, e eles misturavam a História com a Sociologia. A tendência era mesmo essa, mas aquilo ali não era o meu chão.

Ao verificar essa mudança de perspectiva, que se soma a novos objetivos em sua própria carreira, Corrêa se desvincula da história oral:

Carlos Humberto Corrêa: (...) minha preocupação agora tem sido outra e encher a cabeça com mais esse negócio de história oral é muito... De vez em quando eu recebo um folheto de um congresso, de uma reunião, de uma coisa assim, principalmente do Rio de Janeiro, que eles estão tendo muito isso. (...) Mas não sei qual é o objetivo, qual é o enfoque que estão dando.

Voltando a lembranças que remetem à década de 1970, em relação à entrevista de Marcos Vinícios de Almeida Saul a função “semeadora” de Corrêa se mostra no questionamento que este professor faz ao então aluno, na ocasião da banca de defesa de dissertação do mesmo.

Marcos Saul: Pra poder concluir o trabalho né? Então a história oral... quer dizer, isso me foi questionado na defesa. Por que eu não usei.

Karla Schütz: O professor Carlos Humberto estava na banca né?

Marcos Saul: Estava na banca. **Então me foi questionado na defesa por que eu não usei.** E eu disse: “Não usei porque eu não tive tempo para usar.”

Porque demandaria um conjunto de entrevistas numeroso, pra ter um resultado significativo o uso da fonte.

Willemann também tem narrativa semelhante à dos seus ex-colegas quando inquirido sobre os motivos que o levaram a utilizar fontes orais em seu trabalho:

Karla Schütz: E o contato com a história oral, o senhor teve a partir de alguém que sugeriu na Universidade ou por que o senhor teve que usar a história oral?

Simão Willemann: Não, o problema eu mesmo sentia, então... **até o professor que era o assistente do assunto foi também que me incentivou**, então eu acabei fazendo várias entrevistas sobre esse assunto. Pra entender melhor o porquê da educação nas escolas da colonização alemã.

Apesar de não recordar com exatidão da figura de Carlos Humberto Corrêa, indícios como essa referência a “um professor assistente”, a própria existência do Manual de Corrêa na biblioteca pessoal de Willemann, além do período no qual ele recolheu suas entrevistas, corroboram a hipótese do encontro destes dois historiadores – e, assim, para a determinante motivação dada por Corrêa para que Willemann buscasse depoentes que colaborassem com o desenvolvimento de sua dissertação.

Já Arante José Monteiro Filho traz à tona outra face de Corrêa como um especialista do campo, o ministrante da disciplina, e como isso repercutia nas relações entre os alunos e os projetos pessoais deste professor:

Arante José Monteiro Filho: Que ele queria que nós entrevistássemos os ex-políticos e os ex-governadores da época, na verdade ele tava fazendo um livro sobre isso, que acabou o livro dele, sobre isso né? E nós, na época éramos muito, um pouco meio que... rebeldes, naquela época. “Ah pô! Entrevistar políticos?” É, porque a gente já não tinha muita... “Vamos pro interior da ilha entrevistar as pessoas, ver como era o costume do pessoal do interior da ilha, ver como era o jeito, tal...”

Enfim, o “reencontro” destes ex-alunos com lembranças acerca de momentos particulares de sua vida profissional e/ou acadêmica promoveu a eclosão de memórias plurais, como era de se esperar. No entanto, estas reminiscências parecem se dirigir a um mesmo lugar, a uma visão muito semelhante acerca deste personagem e do lugar ao qual ele ficou ligado. São visões acerca de um professor, e um espaço – o Laboratório de História Oral –, que possibilitaram reconstruir um pouco da trajetória de ambos estes objetos. Um percurso que apesar de carregar um *status* de pioneirismo em escala nacional sofre de um “apagamento” de memória, reverberado

até mesmo na surpresa que este tema provocou em alguns dos entrevistados aqui contatados.

Notou-se, após a análise das entrevistas com ex-alunos, que a figura do Laboratório em si é um tanto incipiente. E ainda, que é sintomático o fato de seu fechamento estar vinculado ao afastamento do próprio Carlos Humberto Corrêa da Universidade Federal de Santa Catarina. Sendo o papel de grande incentivador deste historiador importante para que se estabelecesse, de fato, uma memória forte em relação ao seu próprio *status* de “voz autorizada” da história oral. Os rumos tomados pelo Laboratório e seu fundador, portanto, se confundem, e o afastamento deste último da Universidade, reverbera num desfalecimento do projeto, que se apaga momentaneamente, mas que renasce por meio de outras mãos, que atribuem um significado diferente à história oral, embora não fujam muito das iniciativas que já eram desenvolvidas no Laboratório durante a administração de Corrêa.

As entrevistas de Marcos Vinícios de Almeida Saul e Liane Maria Nagel possibilitaram reconstruir um pouco da trajetória do Laboratório a partir do ano de 1999, ocasião em que são retomadas suas atividades. São memórias acerca de um período mais recente, que evidenciam a existência deste espaço de maneira um tanto desvanecida. Pelas vozes do último

coordenador e da atual coordenadora, as decisões que foram tomadas encarregaram-se mais da recuperação e manutenção do acervo, do que propriamente de sua ampliação. Foram as doações e a disciplina optativa sobre história oral ainda ministrada – mas não mais restrita à pós-graduação – os principais meios pelos quais o número de entrevistas se expandiu. Notou-se que, em um primeiro momento, ao longo do período de direção de Marcos Saul, houve certo crescimento, em decorrência da disciplina optativa que ele próprio ministrava. No entanto, ao longo dos anos, como mostram as tabelas de consulta, a multiplicação do acervo diminui ano a ano. As últimas entrevistas doadas que constam na lista disponível, datadas de 2013, advêm de pesquisas desenvolvidas por historiadores e historiadoras, que após o término de seus respectivos trabalhos decidiram entregar o material aos cuidados do Laboratório.

Vale ainda acrescentar que outros laboratórios vinculados ao Departamento de História da UFSC abrigam acervos com entrevistas orais. Muitos outros projetos que lançam mão da história oral são desenvolvidos. No entanto, estas fontes não têm sido direcionadas ao Laboratório, um local onde supostamente deveriam ser depositadas.

Primeiramente, é interessante notar que é ao “acaso” que esses dois pesquisadores, Marcos Vinícios de Almeida Saul e Liane Maria Nagel, chegam à coordenação do Laboratório. Saul narra da seguinte maneira o seu reencontro com este espaço, anos após o primeiro momento de contato, quando ainda era um mestrando da UFSC:

Marcos Saul: Parece paradoxal. Pois é, em 1991 o professor Carlos Humberto se aposenta. Eu não sabia da existência do Laboratório. Eu quero dizer fisicamente, “aonde que é o Laboratório?”, “Como que é o Laboratório?”, “Que sala está?”. Não sabia nada. Em 1998, houve uma leva nova de professores que vieram de concurso, um professor de São Paulo, que ficou muito pouco tempo aqui, chamado professor Dante, Dante Marcelo Gallian. Hoje ele tá na Universidade Federal de São Paulo. Aí o professor Dante, ele foi encarregado do Laboratório. Pra ser o coordenador do Laboratório, aí é que eu entrei no Laboratório. Era uma sala só, que não funcionava nada.

Karla Schütz: Aonde é agora ainda?

Marcos Saul: Não, era uma sala lá no... sabe aonde é o Departamento de História?

Karla Schütz: Sim.

Marcos Saul: Naquele último andar, era uma sala lá em cima, naquele andar do Departamento. Aonde estavam – a palavra correta é esta –, aonde estavam depositados os acervos do Laboratório de História Oral e do Laboratório de História Demográfica.

Karla Schütz: Coisas antigas...

Marcos Saul: Por que o Laboratório de História Demográfica? Porque depois que a Marly [Bustamante Mira], parece, que era a coordenadora, depois que ela se aposentou aquilo foi abandonado, foi esquecido lá. Nem sei se alguém hoje trabalha com a História

Demográfica. Eu fiz História Demográfica por obrigação de aluno do mestrado. Então, as coisas estavam ali. O professor Dante começou a mexer naquilo, mas ele ficou pouco tempo e foi embora pra São Paulo.

Após a saída do professor Dante Marcello Claramonte Gallian⁵⁹, como relata Saul, ele próprio é nomeado coordenador do Laboratório de História Oral. No entanto, ele ainda declara ao longo de sua entrevista um *déficit* de tempo para o desenvolvimento de outros projetos no Laboratório, para além da reorganização deste espaço, que no momento em que foi localizado tinha o seu acervo posto em sala do Departamento de História sem organização, juntamente com os materiais do outro Laboratório que teve sua fundação ligada ao surgimento do Programa de Pós-Graduação em História: o Laboratório de História Demográfica, como relatado anteriormente. Especificamente sobre sua nomeação ele comenta:

Marcos Saul: (...) Fato é que eu fui nomeado coordenador. Então a minha primeira providência foi: pedir que achassem um outro lugar pro acervo da

⁵⁹ Atualmente professor do Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde da Universidade Federal de São Paulo. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizaacv.do?id=K4782994T3>> Acesso em: 15 mai. 2015.

História Demográfica. Pra criar um espaço separado. Não sei quanto tempo levou mas foi feito, aí eu fiquei com o espaço, mas ainda lá no Departamento. Ficou sendo a sala do Laboratório de História Oral. Mas aí, fazer o quê? Tinha um problema muito sério. “Fazer o quê?” Meter a mão? Aquela coisa tava parada lá muitos anos. Eu não sabia nem por onde começar. Eu tive que pensar “o que vou fazer aqui?”. E tinhas as aulas, eu era professor, tinha disciplinas. Não sei se nessa época eu também já era coordenador de curso. E agora de memória eu não sei te dizer o período contínuo que eu fui coordenador. Acumulava várias funções né? Bom, enfim, tinha um bolsista. “Vamos começar a mexer e ver o que nós temos aqui.” (...) Então a minha situação como coordenador não foi muito produtiva. Mas foi nesse sentido de “vamos verificar o que tem, o que não tem e como fazer pra proteger isso daqui.” Porque eu quero sempre lembrar que eu nunca estive integralmente à disposição do Laboratório de História Oral. Eu continuava tendo aulas e eu continuava sendo coordenador de curso.

Saul nesse trecho atribui o problema da falta de tempo hábil para a promoção de pesquisas e outras ações junto ao Laboratório às outras atividades por ele desenvolvidas como professor universitário. Sendo assim, sua preocupação naquele primeiro momento se voltou para a recuperação e organização do antigo acervo de entrevistas administrado por Carlos Humberto Corrêa. No entanto, nota-se que esse “acúmulo” de funções não foi exclusividade da carreira acadêmica de Saul, sendo corrente dentro do ambiente universitário a concessão de cargos, para além da docência, aos professores.

No depoimento de Liane Nagel, acerca da mudança de coordenação do Laboratório, nota-se, mais uma vez, a noção de “acaso” :

Karla Schütz: E como foi esse contato? Quando a senhora entrou como professora, a senhora não virou logo coordenadora do Laboratório.

Liane Nagel: Não, não. Naquela época teve um momento que o Laboratório esteve meio desativado. Depois o professor Marcos [Saul], durante o período que eu estava afastada, ele reorganizou o Laboratório, reestruturou. Quando eu vim, na verdade, ele estava se aposentando, aí ele me convidou pra assumir a coordenação, já que nenhum outro professor havia demonstrado interesse.

Foi pela falta de outras pessoas que estivessem interessadas nesta função que Liane Nagel declara tê-la aceitado. Ainda em sua fala desponta a ideia de que o prosseguimento das atividades não sofreu grandes modificações em relação à gestão de Saul, tanto na questão da reorganização e manutenção do acervo, quanto no papel de professora da disciplina que orientava para o campo da história oral:

Karla Schütz: Então depois que a senhora se tornou a coordenadora do Laboratório como se desenvolveram as atividades? Quais foram as primeiras medidas que a senhora tomou...

Liane Nagel: Na verdade eu continuei a fazer um trabalho que o professor Marcos já havia começado,

que era a reestruturação do material, verificar... fazer todo o levantamento das fitas, ver o que estava ainda funcionando, o que dava pra ouvir, o que não dava. Inclusive fazer um cadastramento de fitas novas que haviam sido doadas. Daí por diante também eu comecei a trabalhar com uma disciplina que eu própria criei, que era pra ensinar os alunos a trabalharem com essa metodologia. Porque quando eles iam fazer o trabalho de conclusão de curso, muitas vezes eles tinham que utilizar essa metodologia, devido aos temas que iam tratar, mas eles não tinham noção de como fazer.

Curioso perceber que ambos se posicionaram e atribuíram determinado significado à história oral de forma muito semelhante. Colocando-se em alguns momentos, também, como “vozes autorizadas”, principalmente quando trazem à narrativa outras experiências com a metodologia que ultrapassam o espaço do Laboratório e da UFSC, como ficará claro adiante. Nesse sentido, o texto de Walter Benjamin é fonte interessante para reflexão. Benjamin (2011, p. 210) afirmou, ainda na década de 1930, que “não se percebeu devidamente até agora que a relação ingênua entre o ouvinte e o narrador é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado.” Esta insígnia da “conservação”, da manutenção de uma determinada memória, construída inclusive na forma como eles dão sentido à sua própria experiência profissional, é

muito marcante na narrativa dos dois: Marcos Saul e Liane Nagel.

A relação entre entrevistados e entrevistadora, principalmente, nestas duas entrevistas, é perpassada fortemente pelo sentimento de resguardar tal narrativa do esquecimento. O desejo é perenizar determinada imagem que estes dois pesquisadores constroem de si mesmos, certas vezes caracterizada por uma espécie de justificativa para a posição de coordenação que ocupavam e ocupam em relação ao Laboratório:

Marcos Saul: Então isso foi gratificante. Aquele trabalho numa cidade pequena do Rio Grande do Sul. Dentro desse projeto, que eles precisavam pegar o dinheiro que tinham recebido. E só podiam pegar o dinheiro mediante os projetos né? Então foi muito interessante. Muito bem. Agora vamos partir para o que te interessa mais, que é a história oral. Do outro lado, tinha aquela nossa perspectiva de estudar a cidade. A cidade no século XX. E isso eu vim muito imbuído do meu mestrado, das minhas entrevistas de municípios. Ficou alguma coisa do meu mestrado na minha cabeça. E nós começamos a pensar: “O que nós vamos fazer? Vamos entrevistar pessoas pra que nos contem como era a cidade nos anos 30, nos anos 20, nos anos 40, nos anos 50.” Nós começamos a montar um projeto nesse sentido. Quando um dia, o professor Valmir [Muraro], me vêm com uma ideia, uma ideia bastante explosiva. Uma ideia explosiva, e que nós, felizmente, conseguimos desarmar a bomba, como se diz. E levar aquilo para um bom desfecho. E aí que vai entrar bastante a história oral.

No caso de Saul, essa “justificativa” se direciona à narração de experiências anteriores. Nesse caso, referente ao período em que foi um dos diretores de um laboratório que também fazia atividades ligadas à história oral, vinculado ao curso de História da Fundação Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões, sediada na cidade de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul. Tal vivência na utilização da história oral, logo acima contada, funciona como uma confirmação do seu envolvimento com a metodologia, o que por sua vez, assegura ao seu interlocutor que ele também é uma “voz autorizada” dentro do campo e, ainda, impede que esta experiência seja esquecida.

Liane Nagel também busca essa justificação em momentos anteriores:

Karla Schütz: Então foi porque a senhora se predispôs. Então outras pessoas não tinham muito interesse...

Liane Nagel: É, na verdade também o próprio professor Marcos Saul tinha sido meu professor em Santo Ângelo, quando eu fiz uma especialização antes do mestrado. E naquela ocasião ele já havia nos falado, em 88, ele já nos falava na história oral, porque ele tinha tido as experiências aqui na UFSC, quando ele tinha sido aluno. E ele conhecia o Laboratório, sabia como que funcionava. Eu tenho até hoje o material impresso que ele nos deu. Um texto, que alguém escreveu, se eu não me engano foi até o próprio professor fundador do Laboratório. Aí ele falou sobre

a metodologia e naquela ocasião mesmo, eu já tive uma experiência com história oral, porque eu fui fazer o meu trabalho de conclusão do curso de especialização, e eu entrevistei alguns construtores, porque eu queria falar sobre casas antigas que poderiam ser tombadas no município de Santo Ângelo, onde eu vivia. Eu fiz todo um levantamento dessas casas antigas, prédios antigos e entrevistei algumas pessoas pra saber sobre técnicas de construção, o que tinha mudado, coisas assim. Mas foi meio difícil, porque havia um... eu fui até à prefeitura tentando fazer um levantamento das plantas, dos projetos daquelas casas ou dos prédios e eles me enviaram pra um escritório de arquitetura, dizendo que esse escritório teria ficado com todo esse material. Quando eu cheguei lá o escritório já tinha posto fora. Aquela coisa das pessoas que não tem noção do que é o patrimônio histórico. Eles tinham posto fora. Mas na verdade foi essa a minha primeira experiência, foi significativa porque eu encontrei algumas pessoas que tinham vivido em períodos bem antigos e tinham... me falaram sobre aquilo que me interessava né? Depois, a minha segunda experiência com história oral foi quando eu fiz a tese de doutoramento, porque no mestrado não cabia, no caso, não era específico fazer... porque foi sobre a história da redução de Santo Ângelo. Então era lá do século XVI, XVII, não tinha nada a ver. Mas no doutorado eu fui trabalhar com artistas plásticos do Rio Grande do Sul, que tinham representado as imagens das missões guarani jesuíticas e aí eu tinha que entrevistar esses artistas, por quê? Porque muitas vezes não se encontrava publicações a respeito de exposições que eles tinham participando, expondo as obras que eu estava analisando, não se encontrava nada escrito sobre porque eles tinham escolhido aquele tema. Enfim, eu fui buscar essas informações através das entrevistas.

Suas posturas (de Marcos Saul e Liane Nagel), apesar de, na prática, se assemelharem ao que já era desenvolvido por

Carlos Humberto Corrêa – na formulação de um catálogo, na continuidade de uma disciplina que é responsável pela produção de depoimentos –, se distanciam das perspectivas deste quando os dois ponderam acerca do seu entendimento do que seria a história oral, e de como a sua prática se desenvolve. Sinais de uma descontinuidade que será melhor explorada logo a seguir.

Nesse jogo de memórias revisitadas, Carlos Humberto Corrêa se mostrou a força que alavancava também o Laboratório que organizou e durante anos administrou. Os depoimentos aqui abordados indicaram ainda que este espaço teve a sua desativação temporária e a força de sua memória ligados ao encerramento da carreira profissional na Universidade Federal de Santa Catarina do seu próprio fundador. E, ainda, que o seu ressurgimento trilhou um caminho que buscou mais interditar o esquecimento completo deste Laboratório do que propriamente promovê-lo, mantendo muito do que era praticado na época de seu primeiro coordenador, no entanto, numa dimensão aparentemente mais tímida. São momentos diferentes, para o Laboratório e para o próprio campo da história oral.

Prosseguindo esta reflexão, o que estas memórias acerca do Laboratório, acerca de Corrêa, e a própria

experiência de pesquisa de uma alguém que utiliza fontes orais podem proporcionar de indícios, na tentativa de identificar a dinâmica entre o que vai e o que fica? Quais os novos significados atribuídos à história oral, e mais, qual o seu lugar na História do Tempo Presente? Questões a serem respondidas a seguir.

3.2 A história oral no presente e sob o olhar do Tempo Presente.

As idas e vindas desse movimento diacrônico no qual se desenrola a pesquisa historiográfica, que ora se direciona ao passado, ora retorna ao presente, permite também interrogar e observar na própria prática as rupturas e permanências dentro de um tema, ou campo, como a história oral. Na trama que aqui buscou-se tecer, a minha própria experiência com a história oral tornou-se o objeto de reflexão. Desde a consulta ao arquivo de Simão Willemann e ao do Laboratório de História Oral da UFSC até o exercício de entrevistar historiadores e historiadoras que em algum momento também estiveram nessa posição.

Esses momentos, pode-se dizer, são responsáveis por um processo de autorreflexão, tanto da pesquisadora, quanto

daqueles com os quais ela se relacionou na busca por indícios, seus entrevistados. Mostrando, nesse caso, que uma entrevista é sim um diálogo, um momento onde cada envolvido elabora e reelabora sua *performance*, como alertou Paul Zumthor, como indicado já no capítulo anterior. Tal entendimento, por sua vez, remete à identificação de uma primeira ruptura: como visto anteriormente, no Manual de autoria de Carlos Humberto Corrêa editado pela UFSC, está colocado de forma muito clara que a entrevista não é uma produção conjunta, um diálogo, sendo o entrevistado o grande protagonista. A função do entrevistador seria somente incentivar o seu interlocutor a contar “o acontecimento da maneira como ele se lembra e do seu ponto de vista.” (CORRÊA, 1978, p. 47)

Trazendo essa questão para discussões mais recentes, como a do historiador italiano Alessandro Portelli (1997), vê-se que esta concepção não condiz com os significados das fontes orais atualmente. Pois, a ilusão de que o único protagonista de uma entrevista oral é o próprio entrevistado cai por terra tanto pela simples noção de que o historiador está presente e é o grande motivador da entrevista – “o entrevistador define os papéis e estabelece a base da autoridade narrativa” (PORTELLI, 1997, p. 18) –, quanto pela interferência que este tem no momento em que o material produzido é trazido a

público, seja por meio da transcrição, seja por meio da narrativa historiográfica.

Tal ruptura é notada também na narrativa da atual coordenadora do Laboratório de História Oral da UFSC, Liane Nagel:

(...) Porque se a pessoa não sabe de todo processo, que tem que fazer as gravações, que tem que fazer as transcrições, que tem que levar a transcrição pra pessoa que gravou ler e ver se [é?] aquilo mesmo, se ele concorda doar, ele não sabe como fazer. Ele acha que é só conversar, que a entrevista consiste numa conversa e não é bem assim. Inclusive, o próprio aluno ele tem que fazer todo um estudo anterior, como tu sabes, pra conhecer bem o tema, pra poder preparar um roteiro, porque ele tem que saber o que ele vai perguntar. Porque o resultado de uma entrevista, ela não é apenas aquilo que a pessoa fala. Ela vem das perguntas que em primeiro lugar são feitas. Então na verdade quando tu trabalha com história oral, tu estás trabalhando de uma maneira conjunta. Não é só o teu trabalho. É o trabalho da pessoa que deu a informação, da pessoa que deu o depoimento, mas muito depende das perguntas que tu fizeste.

Para ela, portanto, há a compreensão da história oral como uma prática conjunta. Onde entrevistado e entrevistador têm funções específicas, e constroem juntos a narrativa que será transformada em fonte oral. Nesse caso, Portelli ainda levanta uma questão que é essencial para compreender as

mudanças na prática da história oral, o entendimento de que “a história oral é uma forma específica de discurso: *história* evoca uma narrativa do passado; *oral* indica um meio de expressão.” (PORTELLI, 2001, p.10) Sendo assim, a maneira como os historiadores devem observar as entrevistas não deve se ater somente à conferência da fidelidade das informações nelas apresentadas, mas deve caminhar também pela forma como o discurso é construído, pelas múltiplas temporalidades que a fonte carrega. A temporalidade, inclusive, é um dos temas ausentes na discussão da história oral dos anos 1970, a qual era adotada por Simão Willemann e seus colegas.

Este tema remete novamente à discussão de Paul Ricoeur. Como colocado logo ao início deste capítulo, Ricoeur afirma que “O tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal” (2010, p. 93). A partir desta constatação fica colocada a impossibilidade de compreensão das experiências temporais sem a mediação de uma narrativa, articulada por meio da linguagem. Sendo assim, o acesso à temporalidade presente, não somente nas fontes orais, mas em toda documentação que é objeto do historiador, só é possível por meio de representações, ou como coloca Ricoeur, por meio

de “intrigas”. Consequentemente o olhar que o historiador deve direcionar para as fontes orais deve se modificar, e deve levar em conta que uma entrevista pode ser vista tanto como um gênero de narrativa, quanto como um discurso histórico, pois está permeada de referências temporais, históricas e linguísticas que devem ser observadas. O pensamento de Ricoeur alerta para as múltiplas possibilidades de narração e interpretação dos acontecimentos passados. Dimensão que esteve ausente da perspectiva que era semeada no período de introdução do campo no Brasil, mais especificamente no caso da UFSC, mas que parece bastante arraigada nos trabalhos que lançam mão da metodologia, atualmente.

Além disso, a partir da afirmação de Portelli, outro tema pode ser trazido à cena: a fonte oral como uma ferramenta a partir da qual podem ser extraídas informações sobre acontecimentos específicos. Tema controverso que tangencia o foco da análise aqui proposta: quais as permanências e rupturas observáveis nos significados atribuídos à história oral produzida até início da década de 1990, antes da sua “reintrodução”?⁶⁰.

⁶⁰ Referência ao livro organizado por José Carlos Sebe Bom Meihy, observado no primeiro capítulo, que, de maneira geral, propõe um momento de reflexão a respeito da maneira como a história oral estava sendo utilizada nos trabalhos historiográficos.

Já ao começo desse capítulo se mencionou as duas formas pelas quais os relatos seriam aqui observados: abarcando uma dimensão “factual”, que está atenta a pequenos detalhes que não puderam ser visualizados em outras fontes, e uma outra dimensão, subjetiva, interrogando que tipo de memória foi construída pelos entrevistados. A última das opções é de fato, hoje em dia, a maneira mais corrente de interrogar as fontes orais. Ainda nas palavras de Portelli (1996, p. 7-8):

No plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que possa suceder. E é o complexo horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada.

Essa noção de subjetividade é fácil de perceber como ruptura em relação aos usos e acepções iniciais da história oral. Portelli traz essa dimensão para mostrar que a observação desta “esfera subjetiva imaginável” pode ser uma atitude mais profícua ao trabalho do historiador em relação à observação da “experiência concreta” reconstruída no ato de narrar. No

entanto, essa “experiência concreta” ainda se configura um dado, e um dado passível de ser problematizado. O que mostra, de certa forma, uma permanência, por mais que possa ser problemática a utilização das fontes orais com esse intuito. As fontes orais no presente trabalho também foram úteis para além da análise de determinada memória construída acerca desse primeiro momento da história oral na UFSC. Elas mostraram tomadas de decisão, ações e atitudes que não estavam explícitas nos documentos, quando estes estavam acessíveis. Por exemplo, no caso de Djanira Andrade e a sua relação com o *Catálogo de Entrevistas* de 1980, e até mesmo, no que tange à sucessão de Liane Nagel ao cargo de coordenadora do Laboratório, posto antes ocupado por Saul.

Nesse caso, as “experiências concretas” são importantes para elucidar questões difíceis de serem abordadas por outras fontes. Em mais um de seus textos referenciais, *O que faz a história oral diferente*, Portelli (1997, p. 31) declara:

A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre *eventos* que sobre *significados*. Isso não implica que a história oral não tenha validade factual. Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas. Deste ponto de

vista, o único problema colocado pelas fontes orais é aquele da verificação.

Originalmente publicado em 1979, esse texto de Portelli marca um posicionamento importante, que visou defender a história oral de seus inúmeros alçozes, pontuando suas fraquezas e pontos fortes. Deixando assim claros seus limites e possibilidades. Importante ressaltar que esse texto só chega ao Brasil em meados da década de 1990, fator que corrobora essa perspectiva de ruptura com o momento vivido por Simão Willemann, com o surgimento de uma nova forma de pensar a história oral brasileira.

Contudo, necessário ressaltar que quando aqui uma dimensão “factual” é referida, não se defende a utilização da fonte oral com a intenção de fazer um levantamento de datas, períodos ou estatísticas. A volatilidade da narrativa memorialista não concede ao pesquisador afirmações exatas acerca dessas questões, no entanto, não impede que elas também sejam utilizadas. Desde que feitas as devidas “verificações”, como alertado no trecho acima. Esse é o caso da famoso texto de Alessandro Portelli que nos apresenta a “morte simbólica” de Luigi Trastulli, um jovem operário de Terni assassinado em março de 1949, em decorrência de uma manifestação contra a adesão italiana à Organização do Tratado

do Atlântico Norte. No entanto, boa parte dos testemunhos datam este acontecimento para os anos de 1952 ou 1953, período de grande agitação operária, quando ocorrem demissões nesta região da Itália: justamente o momento em que a ausência de Trastulli é de fato sentida por seus companheiros. Daí a noção de uma “morte simbólica”.

Esse deslocamento na data atribuída à morte de Trastulli poderia ser algo a ser rechaçado, inutilizando estas entrevistas para a pesquisa, no entanto, Portelli soube aproveitar esta oportunidade privilegiada. Ao interrogar a temporalidade conferida a este episódio, ele conseguiu apreender a experiência que se escondia por trás deste mal entendido. Situação que remete a outra característica própria à fonte oral, trazendo consigo mais uma ruptura:

As fontes orais são de confiança, mas com uma credibilidade diferente. A importância do testemunho oral não recai em sua aderência ao fato, mas em seu desvio quanto ao mesmo, onde a imaginação, o simbolismo e o desejo emergem. (PORTELLI, 1997, p. 51).

Essa ruptura alerta aos novos pesquisadores que é preciso confiar em suas fontes ao mesmo tempo sempre desconfiando delas – igual atitude deve ser tomada em relação a qualquer documento, seja uma fonte oral ou não. Verificar

também estes pequenos detalhes – como episódios erroneamente datados – pode levar o historiador a ver além do que dizem os narradores. Foi também num relato desviante que Janaína Amado encontrou uma história inesperada, como narra em texto bastante divulgado no Brasil: *O Grande Mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral*. Nesse trabalho, Amado relata a sua experiência de entrevista com Sr. Fernandes (pseudônimo), um de seus entrevistados em projeto que tinha como objeto a Revolta do Formoso, agitação ocorrida no interior do estado de Goiás. Na entrevista que cedeu a Amado, Fernandes narra as aventuras de José Porfírio de Souza, líder de tal revolta, e do companheiro de Porfírio, Ribeiro. Janaína Amado então percebeu que a história de Porfírio se assemelhava muito à do cavaleiro andante de Cervantes, Dom Quixote, o que a levou à descoberta da “grande mentira” de Fernandes, que na verdade dizia muito sobre a grande difusão que este romance tinha naquela região. E, ainda, que esta difusão remetia ao século XVIII, sendo o exemplar pertencente a Fernandes uma herança que recebera de seu avô. Nesse sentido, Amado alerta que:

Inerente às entrevistas, existe, entretanto, uma dimensão simbólica, que os historiadores têm a obrigação de conhecer e estudar, pois faz parte da história. Mediadas pela memória, muitas entrevistas

transmitem e reelaboram vivências individuais e coletivas dos informantes com práticas sociais de outras épocas e grupos. A dimensão simbólica das entrevistas não lança luz diretamente sobre os fatos, mas permite aos historiadores rastrear as trajetórias inconscientes das lembranças e associações de lembranças; permite, portanto, compreender os diversos significados que indivíduos e grupos sociais conferem às experiências que têm. Negligenciar essa dimensão é revelar-se ingênuo ou positivista. Ignorá-la, como querem as concepções tradicionais da história, relegando a plano secundário as relações entre memória e vivência, entre tempos, entre indivíduos e grupos sociais e entre culturas, é o mesmo que reduzir a história a uma sucessão de eventos dispostos no tempo, seccionando-a em unidades estanques e externas, é o mesmo que imobilizar o passado nas cadeias do concreto, do “real”, em que supostamente, residiria sua “verdadeira natureza”, que caberia aos historiadores “resgatar” para a posteridade. (AMADO, 1995, p. 135)

Nota-se que este texto é publicado em 1995, como já assinalado, um período de rediscussão dos pressupostos que norteavam a história oral produzida no Brasil. O que, mais uma vez, revela uma descontinuidade com o que era produzido dentro do âmbito da UFSC durante as décadas de 1970 e 1980, onde esta discussão, que tange à memória e à dimensão simbólica presente nos relatos colhidos, está ausente. Tais questões abordadas por este trecho de Janaína Amado, portanto, parecem não ter estado acessíveis a Simão Willemann, pois ainda não eram preocupação dos teóricos nos

quais ele alicerçou a sua utilização da “técnica” da história oral⁶¹. A dimensão simbólica aparentemente não era uma opção a ser observada, pois as noções de “representação” e “narrativa”, tão caras aos historiadores contemporâneos, ainda não haviam sido lançadas ao debate teórico e epistemológico do campo da história oral que se desenvolvia no Brasil.

Importante ainda lembrar que esta propensão não era restrita ao caso brasileiro, ou ao caso da UFSC, como relata Alistair Thomson acerca dos contextos da Grã-Bretanha e Austrália (2006, p. 67):

(...) a tendência de defender e usar a história oral como apenas mais uma fonte histórica para descobrir “o que realmente aconteceu” levou a não consideração de outros aspectos e valores do depoimento oral. Alguns praticantes da história oral, na ânsia de corrigir preconceitos e fabulações, deixaram de considerar as razões que levaram os indivíduos a construir suas memórias de determinada maneira, e não perceberam como o processo de relembrar poderia ser um meio de explorar os significados subjetivos da experiência vivida e a natureza da memória coletiva e individual.

Interligados, os conceitos de “representação” e “narrativa” apresentam uma nova forma de ver e escrever a história – como já apresentado anteriormente por meio do

⁶¹ Como observado no segundo capítulo.

pensamento de Paul Ricoeur. Questão que remete ao *linguistic turn*, movimento intelectual desenrolado em meados do século XX, que desencadeou uma mudança em relação à maneira como os historiadores lidavam, e ainda lidam com as fontes históricas e a própria operação historiográfica, pois a preocupação com a linguagem e a articulação entre discurso e realidade entra em cena com grande força. Percepção que, por sua vez, fomentou um debate dentro da Teoria da História que passou a levar em conta a característica essencialmente narrativa do conhecimento histórico e as múltiplas temporalidades que se encontram sobrepostas, não somente dentro do discurso histórico, mas também na linguagem das fontes. Sendo assim, a história como narrativa é uma representação e como campo disciplinar lida com representações a todo momento, pois só acessamos a materialidade de nossos objetos por meio da linguagem. Tais constatações, segundo Chartier (2009, p. 11), “levaram os historiadores a abandonar a certeza de uma coincidência total entre o passado tal como foi e a explicação histórica que o sustenta.” Corroboram, então, a ideia da história oral não ser uma história previamente pronta; como toda e qualquer outra fonte, a fonte oral carece de questionamentos analíticos, pois é uma forma de narrativa que carrega em seu interior uma

infinidade de representações e temporalidades. O historiador, logo, se coloca não apenas como um guardião de memórias, aquele que salvaguardará do esquecimento as histórias por ele recolhidas, mas sim como aquele que buscará investigar os significados por trás das fontes que utiliza. Esta questão, por conseguinte, aponta para uma nova ruptura: nos dias de hoje, o trabalho do historiador – lide ele com fontes orais ou não – se assemelha muito mais ao de um “intérprete” de memórias. Partindo do que foi apresentado por seus interlocutores, ele busca esmiuçar os significados de cada reminiscência, nos planos individuais e coletivos.

No caso do Laboratório de História Oral da UFSC, contudo, os trabalhos pareciam se voltar muito mais à salvaguarda de memórias que estavam se perdendo. Sobretudo, quando se percebe que muitas das entrevistas lá armazenadas não atendiam diretamente às pesquisas que seriam desenvolvidas, mas eram realizadas em grande medida para fazerem parte do acervo e, possivelmente, atender os anseios de futuros pesquisadores. Sendo assim, naquele momento as entrevistas pareciam ter o objetivo de interditar o esquecimento, diferentemente da forma como hoje a história oral é mais comumente pensada. Sendo inclusive defendido, por alguns pesquisadores e algumas pesquisadoras, que as

entrevistas feitas dentro do contexto de uma pesquisa específica só têm utilidade para aquela mesma pesquisa. O que leva, paradoxalmente, ao entendimento do arquivamento de fontes orais e sua disponibilização ao público como algo desnecessário (BORGES, 2012).

Dentro desse contexto, a ex-aluna do Programa de Pós-Graduação da UFSC Maria Teresa Santos Cunha afirma sobre esta marca própria à prática de história oral, voltada ao arquivamento, defendida por Corrêa, e que por consequência reverberou no Laboratório por ele coordenado:

Maria Teresa Santos Cunha: Porque uma das lógicas era o seguinte: entrevistar aquilo que está desaparecendo. Isso era a lógica.

Em contrapartida, esta concepção carrega também traços de uma permanência. Ainda pensando o livro *História Oral: Teoria e Técnica*, observa-se que, em defesa da fonte oral, Corrêa se aproxima das concepções atuais da história oral, ou melhor, nos mostra as continuidades dentro da discussão que se originou nessa época. Como, por exemplo, o que pode ser considerado uma fonte histórica, questão que está ligada a uma seleção e eleição realizada pelos próprios historiadores. A fonte oral, apesar de sua produção contemporânea, acaba

reservando também ao futuro a decisão de transformá-la ou não em fonte histórica. Como qualquer outra fonte, sujeita a uma escolha do historiador, ela se coloca como uma “fonte histórica em potencial”. Dentro da aplicação desta técnica está então colocado um “dever de memória” (NORA, 1993, p. 17). O arquivo é nesse sentido um lugar de memória nascido do sentimento de que não existe memória espontânea (NORA, 1993), como consequência é preciso arquivar, colecionar, catalogar, guardar, pensando na história que ainda será escrita. É o medo de que se percam informações importantes para o futuro. Junto com este anseio, está a necessidade de preencher espaços vazios da história causados pelas mudanças tecnológicas e nos hábitos.

Sendo assim, percebe-se, em uma atitude entendida como ruptura, também a manutenção de um significado. Demonstrando, desta forma, que as práticas e discursos não têm um único lado, nem são homogêneos, e que alguns se modificam – nesse caso em especial, mais no sentido de agregar novos elementos do que propriamente negar alguns em detrimento de outros.

Outras rupturas também apareceram na própria fala daqueles que sucederam Corrêa na coordenação do Laboratório

de História Oral da UFSC. Acompanhando o que já estava sendo observado no cenário nacional, Marcos Saul declara:

Marcos Saul: Olha eu não vou saber te dizer assim a bibliografia que eu usava.

Karla Schütz: Algum autor... o manual do Carlos Humberto ainda era usado?

Marcos Saul: Usava, usava muito...

Karla Schütz: Do Carlos Humberto?

Marcos Saul: Não! Do Sebe!

Karla Schütz: Porque o do Carlos Humberto tinha...

Marcos Saul: Não, mas o do Sebe era bem mais atualizado em certos conceitos. Nunca deixei de colocar na bibliografia que era distribuída no semestre o manual do professor Carlos Humberto, mas já havia coisas que a gente já estava mudando. Depois todas aquelas publicações da Fundação Getúlio Vargas. O CPDOC, todas essas coisas a gente já tava usando bastante. Eu não consigo lembrar agora o nome de todos né? Agora, no fim, e esse livro eu trouxe anotado, porque ele foi publicado eu acho em 99, por aí. E eu usei, e eu acho que deu uma coisa pra história oral. Eu gosto muito desse livro, o livro é de um psicólogo americano, esse livro eu me lembrei de escrever pra te dizer. Porque se tu estás trabalhando com história oral é muito interessante a maneira como ele vê a coisa. O nome do livro é "Os sete pecados da memória." O subtítulo é "Como a mente esquece e lembra." O nome do autor é Daniel Schacter. Não sei se pronuncia assim, porque eu não sou nada bom para nomes em inglês. Esse livro é fantástico.

Nesse trecho, além da menção ao manual de José Carlos Sebe e às publicações do CPDOC, ambos bastante disseminados entre os praticantes da história oral no Brasil, aparece uma interessante referência a um livro de Daniel

Schacter, um psicólogo estadunidense que se dedica a observar os aspectos biológicos e psicológicos da memória humana. Mas o que tal alusão aos estudos acerca do comportamento da memória pode significar? Mais uma vez: uma cisão com o entendimento antes legado à prática de história oral, ou ainda melhor, pode-se pensar este fato, mais uma vez, como um acréscimo ao “fazer” história oral, pois mostra uma expansão no horizonte de possibilidades de utilização das fontes orais, que chega também ao espaço da UFSC. Demonstrando assim, uma nova forma de observá-las.

As modificações e novos temas incorporados à História em geral, posteriores a este momento inicial, como a história cultural – carregando consigo as noções de “representação” e “narrativa”, mencionadas acima – e a História do Tempo Presente, parecem ter sido importantes para tornar o próprio campo da história oral mais fecundo e pleno de possibilidades, mas também mais atento às dimensões epistemológicas da construção do conhecimento histórico. Questão que pode ser percebida, por exemplo, principalmente no pensamento do filósofo Paul Ricoeur. Hoje pode-se considerar, em grande medida, que este campo se encontra “estabelecido”, dado o crescimento dos trabalhos acadêmicos que utilizam entrevistas

orais e também a maior elaboração teórica na qual os pesquisadores que delas se servem estão alicerçados.

Ainda vale trazer à discussão o Manual de História Oral, uma produção de Verena Alberti, pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas, considerada uma das principais referências nacionais no que tange ao campo da história oral. Já na sua quarta edição, colocada no mercado recentemente, no ano de 2013, o Manual teve sua primeira edição lançada em 1990, num momento que pode ser caracterizado como um “divisor de águas” entre a história oral praticada por Willemann e aquela que atualmente se desenvolve. Portanto, esta publicação traz muitas características que remetem a um novo modo de significar a história oral.

Em sua introdução, de autoria de Aspásia Camargo, está colocado outro ponto que distancia estes dois momentos da história oral, o da década de 1970 e o da década de 1990: o entendimento de que esta é “um esforço interdisciplinar e de equipe, no qual não devem faltar os rigores da pesquisa histórica e da etnografia, a visão global da sociologia, e a sensibilidade de abordagem da psicanálise e da psicologia.” (CAMARGO, 2007, p. 14). Ao destrinchar o manual produzido no final da década de 1970 na UFSC, não são encontradas menções à riqueza da experiência humana e toda a sua

subjetividade, como também não se vislumbra uma possível interdisciplinaridade como meio importante na instrumentalização destes depoimentos orais para que estes pudessem ser fontes historiográficas. O essencial naquele momento eram, principalmente, as informações e dados que os depoentes poderiam oferecer, como visto anteriormente. Os temas da “interdisciplinaridade”, da relação entre memória e história, e outros aqui levantados, começam a aparecer de maneira mais corrente nas publicações brasileiras somente a partir da década de 1990, seja no manual de Verena Alberti, seja em outras obras importantes para a renovação dentro do campo brasileiro da história oral: *(Re) introduzindo a história oral no Brasil* (1996) e *Usos e abusos da História Oral* (1996). Obras que podem ser concebidas como relevantes, pois demonstram o quanto a história oral brasileira se aproximou dos pressupostos que orientam a História do Tempo Presente.

Ambas as publicações (CORRÊA, 1978; ALBERTI, 1990), aqui mencionadas, estão imbricadas ao desenvolvimento de um método e de reflexões onde estão agregadas discussões que envolvem a questão dos testemunhos na atualidade, bem como da História do Tempo Presente, campo que surge concomitantemente ao desenvolvimento da história oral na França e que com ela se entrelaça a todo momento. Portanto,

nelas são tangenciados muitos temas candentes na historiografia dos séculos XX e XXI: o lugar que o testemunho ocupa na escrita da história e também na sociedade; a nova forma como a subjetividade passa a ser encarada, os encontros e desencontros entre memória e História; o rompimento com a ideia que ligava somente o passado – morto e não passível de reinterpretação – como o objeto da história por excelência. (FERREIRA, 1996, *passim*)

Algumas destas questões, mesmo que não diretamente vinculadas ao campo da história oral, propiciaram, com o aumento e aprofundamento de suas discussões, a abertura de um espaço para esta. Tais transformações⁶², portanto, podem ser entendidas como responsáveis por trazer para o campo disciplinar da História um maior dinamismo, traduzido em alterações importantes no perfil dos cursos de História, que expandiram suas linhas de pesquisa, incorporaram definitivamente o estudo do tempo presente e se tornaram mais

⁶² Estas mudanças puderam ser percebidas principalmente no campo historiográfico francês, culminando, na década de 1990, no que Delacroix, Dosse e Garcia sugerem como um período de “crise da história”. Momento de “uma sensibilidade teórica emergente nas ciências sociais, da qual historiadores das novas gerações participam e que os leva a um distanciamento e, para muitos, a uma ruptura com as abordagens excessivamente objetivistas – as do marxismo, do estruturalismo e do funcionalismo.” (DELACROIX, DOSSE, GARCIA, 2012, p. 335)

abertos à história oral. Além disso, desde meados do século XX percebe-se que tem crescido o interesse da sociedade em geral em preservar e recuperar as memórias individuais e coletivas, sentimento que reverbera sintomaticamente na perceptível valorização das biografias e na demanda de muitas instituições em registrar depoimentos de pessoas a elas relacionadas, no intuito de resguardar a sua própria memória – sintoma já sentido no desenvolvimento do Laboratório de História Oral da UFSC.

Como já colocado anteriormente, os italianos foram os precursores, no território europeu, no que se refere à história oral, e foi na Itália, em meados da década de 1960, que surgiu uma nova concepção da fonte oral, não mais apenas uma fonte auxiliar, mas sim a possibilidade de se fazer “uma outra história”. A influência da antropologia foi marcante dentro desta perspectiva que intencionava dar visibilidade “aos povos sem história”, aos excluídos. A fonte oral, portanto, devido a esse deslocamento, era desvalorizada e colocada à margem do mundo acadêmico. Na Inglaterra, esse tipo de história também teve notável desenvolvimento, tendo Paul Thompson como um de seus expoentes. Na França, esse processo se difundiu mais tardiamente, sendo poucos os pesquisadores na década de 1960 que se dedicaram à história oral. Foi somente em 1975 que dois

grandes projetos revelaram a adesão francesa à história oral: o surgimento dos arquivos orais da Previdência Social em Paris e a pesquisa sobre etnotextos que reuniu historiadores, sociólogos e linguistas na cidade francesa de Aix (JOUTARD, 2002, p.47).

Sob esta perspectiva de ampliação do campo historiográfico se criou na França, em 1978, o Institut d' Histoire du Temps Présent, que no princípio tinha como um de seus objetivos arquivar e problematizar testemunhos daqueles que viveram o Holocausto. Seu nascimento atendia a uma demanda social, queria-se dar às pessoas que presenciaram a Segunda Grande Guerra – e que viveram na Europa durante as décadas de 1950 e 1960, período de incertezas políticas e sociais advindas, sobretudo, do período de guerra – uma espécie de esclarecimento acerca da situação inquietante que viviam naquele momento. (CHAVEAU; TETARD, 1999, p. 12-13). Dentro deste contexto confuso e urgente por respostas, emerge então a questão do testemunho, discutida com propriedade por estudiosos como François Hartog (2011) e Beatriz Sarlo (2007). Ambos nos sugerem que estas situações traumáticas trouxeram à tona a presença importante daquelas vozes que presenciaram estes momentos históricos do início do século XX, que, por sua vez, repercutiram na maneira,

sobretudo, como os europeus assimilavam o mundo que os circundava, de forma a criar uma nova tensão entre seu campo de experiência e seu horizonte de expectativa, como argumentaria o historiador alemão Reinhart Koselleck.

Nesse contexto ainda, pode ser mais uma vez trazido à discussão o texto de Benjamin, *O narrador*. Em tal obra, Benjamin diagnostica o “fim da narrativa tradicional” – aquela que se liga à tradição passada de pai para filho. Segundo Jeanne Marie Gagnebin (2006, p. 51), Benjamin reúne nesse trabalho reflexões que aludem a duas motivações diferentes: a primeira, já aqui abordada, que se liga à impossibilidade de narrar as memórias traumáticas, fruto das experiências vivenciadas em dois períodos que abalaram, sobretudo, a Europa, a Primeira Guerra Mundial e posteriormente o Holocausto judeu; e a segunda motivação ligada à aceleração do desenvolvimento tecnológico e produtivo. Questão importante, que converge para as reflexões de outros dois historiadores caros à História do Tempo Presente: Reinhart Koselleck e François Hartog. O primeiro diagnostica uma nova forma de relação com o tempo, e o segundo, seguindo este rastro, sugere classificar esta nova relação, como um novo regime de historicidade denominado *presentismo*, marcado pela aceleração da história e caracterizado como uma “era do

testemunho”. Foi-se da impossibilidade de narrar, de Benjamin – e agora o revés – à era do testemunho. Hartog (2013, p. 161) ainda comenta, a partir de autores como Pierre Nora e Maurice Halbwachs:

Para Nora, o efeito da aceleração não é mais somente uma “multiplicação” das memórias coletivas, então “impossíveis de unificar”, como o era ainda para Halbwachs, mas sim o de uma “ruptura” com o passado. A ruptura com o campo da experiência. A globalização, a democratização, a massificação, a midiaticização acarretam o fim do que Nora denomina “sociedades-memórias” e em suma, o desaparecimento da memória. A tal ponto que “só se fala tanta de memória porque ela não existe mais”; ou ainda, é justamente porque não há mais meios de memória que “lugares” se encontram investidos do sentimento residual da continuidade.

A narração em seu sentido mais “tradicional”, assim surge, tanto para Benjamin como para Hartog e Nora, como possibilidade de reconciliação entre o sujeito e suas lembranças “interditadas”, entre o sujeito e a experiência compartilhada.

A partir da década de 1970, sugere Hartog, estas testemunhas que durante muito tempo estiveram emudecidas, caladas pelo trauma de suas lembranças, foram convidadas a se pronunciar acerca de suas experiências. Tais testemunhas, importante lembrar, são os “sobreviventes”, aqueles que se depararam com momentos de horror e desesperança, mas ainda

assim escaparam para tentar descrever aquilo que vivenciaram. São eles os principais personagens daquilo que François Hartog chama de “era do testemunho”, em alusão à expressão cunhada pela historiadora francesa Annette Wieviorka. Este historiador diagnostica a onipresença das vozes testemunhais, que são procuradas, reconhecidas e se colocam em nosso espaço público como portadoras de uma memória, em muitos momentos, difícil de ser questionada, pois carrega em seu interior a insígnia da “sobrevivência”, do olhar que presenciou. Situação que, por sua vez, necessita ser questionada pelos historiadores, sobretudo, por aqueles que se lançam à História do Tempo Presente, e que muitas vezes precisam lidar com homens e mulheres que compartilham com estes um mesmo espaço e época. Questão que se torna ainda mais delicada, quando lida com temas como o próprio Holocausto, ou no caso do Brasil, a Ditadura Civil Militar vivida no século XX. Pois, muito desta busca por testemunhas está relacionado à batalha contra o esquecimento, contra os “assassinos da memória”. (HARTOG, 2011, p. 210)

Nesse sentido, tal conjuntura é motivo de preocupação para historiadores como o próprio Hartog, e também para a escritora e crítica literária argentina Beatriz Sarlo, pois a experiência individual daqueles que compartilham a narração

de suas vidas é muitas vezes colocada como algo verídico e inquestionável, não passando assim por uma análise que leve em conta o local da enunciação e quais as temporalidades nele envolvidas. “A confiança no imediatismo da voz e do corpo favorece o testemunho” (SARLO, 2007, p. 19). Sarlo ainda afirma que o *status* de veracidade praticamente indiscutível do testemunho daqueles que viveram situações limite, em muitos momentos também é transferido para narrações e depoimentos que envolvem outras situações, algo também problemático.

O caso da história oral se situa na união entre memória e subjetividade, e a valorização destas para além do espaço acadêmico. Segundo Sarlo (2007, p. 12):

Essas mudanças de perspectiva não poderiam ter acontecido sem uma variação nas fontes: o lugar espetacular da história oral é reconhecido pela disciplina acadêmica, que, há muitas décadas considera totalmente legítimas as fontes testemunhais orais (e, por instantes, dá impressão de julgá-las mais “reveladoras”). Por sua vez, histórias do passado mais recente, apoiadas quase que apenas em operações da memória, atingem uma circulação extradisciplinar que se estende à esfera pública comunicacional, à política e, ocasionalmente, recebem o impulso do Estado.

Sendo assim, Sarlo e Hartog lançam o alerta àqueles que utilizam fontes orais. Sobretudo, quando se percebe que a história oral vive um crescimento que atinge a esfera pública,

tanto por meio de iniciativas estatais, como por meio de iniciativas privadas e das mídias em geral. Muitas vezes sem passar pelo exame da operação historiográfica, estes depoimentos adquirem um poder de “verdade” que pode até mesmo ser nocivo para a elaboração do conhecimento histórico, pois podem confrontar duas versões não coincidentes: a da experiência vivida e a do discurso do historiador. “Pretendeu-se fazer memória de tudo e, no duelo entre a memória e a história deu-se rapidamente vantagem à primeira, representada por este personagem, que se tornou central em nosso espaço público: a testemunha.” (HARTOG, 2011, p. 25) Questão sensível, portanto, à História do Tempo Presente, cujos pesquisadores lidam com estes dilemas continuamente, já que compartilham com seus objetos e temas um mesmo tempo e espaço.

O desenvolvimento tecnológico e a abertura do campo historiográfico, como se vê, não são suficientes para explicar o desenvolvimento e aceitação da fonte oral. Sem esse processo, que vem se desenvolvendo mais fortemente desde a década de 1970, no qual o testemunho é peça chave para “reconstrução” de identidades e memórias, a história oral não deixaria de ser uma mera “fonte auxiliar”, provocadora de desconfianças e não de problemáticas para a história, como se vê no caso do manual

de Corrêa. Manual em que, como mostrado anteriormente, as fontes orais pareciam ser válidas aos historiadores somente a partir do momento em que nenhum outro tipo de documentação sobre determinado tema pudesse ser encontrada (a utilização de outros objetos que pudessem ser cruzados com estes depoimentos era praticamente obrigatória para que estes fossem indícios aceitáveis para a escrita da história).

No entanto, no caso do Manual do CPDOC (ALBERTI, 1990), nota-se que a preocupação não se limita à escassez de fontes, mas se volta para as possibilidades únicas que estas fontes proporcionam ao pesquisador, a riqueza está nas experiências compartilhadas e relatadas, dificilmente expressas de outra maneira que não a oralidade. Para a autora (Verena Alberti) é importante considerar a pluralidade e a diversidade de versões e experiências no decorrer da análise científica, pois esta importância produz um conhecimento acurado acerca do objeto que é problematizado.

Alberti ainda afirma: “É neste sentido que não se pode pensar em história oral sem pensar em biografia e memória”. Esta constatação demonstra de maneira muito clara as transformações dentro do campo da história oral no Brasil, desde o Manual produzido na UFSC, no fim da década de 1970.

Considerações Finais

Os caminhos percorridos ao longo deste trabalho, numa primeira mirada, poderiam parecer um tanto desconexos entre si. Uma trilha que passou por um contexto tão abrangente como o percurso da história oral brasileira, mas também adentrou os detalhes de uma pesquisa dentro deste campo realizada em Santa Catarina, por Simão Willemann, um pesquisador e professor que seguia sua carreira, sobretudo, pelo interior deste estado. Para além de Simão Willemann, alguns outros personagens acabaram por ganhar um pouco mais de destaque. Ênfase que foi necessária para o entendimento da problemática aqui proposta, mas que não era evidente no primeiro momento de pesquisa, no instante de elaboração do projeto. Caso do espaço ocupado pelo professor Carlos Humberto Corrêa, mas também, de Walter Fernando Piazza, ao longo destas páginas – mesmo que este último apareça em menor grau.

As escolhas feitas, quais temas abordar, que objetos observar, não foram de maneira nenhuma fáceis de serem executadas. Natural: ao longo do trabalho muitas outras ramificações vão surgindo, e nesses momentos, é preciso que o pesquisador segure o ímpeto e delineie com certa precisão o rumo a ser tomado. Nesse sentido, entende-se que o problema aqui apresentado, que remete à busca pelo lugar onde floresceu a pesquisa de Willemann, insere-se num panorama de transformação do campo da história oral em contexto nacional. Sendo assim, este poderia ter seguido muitas

outras veredas. Por conseguinte, as respostas e conclusões podem ser muitas.

Algumas perguntas permaneceram sem resposta. E assim, obviamente, continuarão, a menos que novos indícios sejam encontrados, ou que mais tempo seja despendido na busca por esses esclarecimentos. Talvez, uma tarefa para os próximos anos.

Numa mirada geral, notou-se que o campo da história oral ao longo de aproximadamente 40 anos – se tomarmos como referência as empreitadas de UFSC e CPDOC – teve nem tanto (mais) continuidades, bem como descontinuidades, mas sim uma incorporação de novas teorias e práticas, que tornaram os trabalhos que se lançam às fontes orais melhor embasados cientificamente e plenos de possibilidades, contribuindo assim para a noção de um campo estabelecido, onde o uso de entrevistas em trabalhos de história pode ser considerado algo natural, e até mesmo, corriqueiro para a quase totalidade de pesquisadores brasileiros.

Ao longo do trabalho tentou-se mostrar assim o lugar de onde vieram as entrevistas de Simão Willemann, qual a inserção neste espaço que as teria originado, e qual a própria função que elas poderiam ter frente ao momento vivido pela história oral brasileira da década de 1970. Nesse sentido, percebe-se que a UFSC e seus representantes tiveram ousadia ao se lançar na empreitada tanto da instalação de um Laboratório quanto no lançamento de um manual voltado à técnica na história oral, mas que, no entanto, a repercussão, o

crescimento e a memória desta iniciativa – pioneira – também estiveram ligados à força política da instituição, sobretudo, quando se tem como base de comparação o CPDOC, instituído junto à Fundação Getúlio Vargas, uma das entidades de pesquisa e ensino mais proeminentes e bem articuladas nacionalmente. Apesar do esforço de seus agentes, a memória desta empreitada catarinense permaneceu à sombra, uma “memória débil”, que quando revivida aparece por meio da figura de Carlos Humberto Corrêa.

Simão Willemann e o seu trabalho, por sua vez, bebiam desta fonte. Eram tributários de um processo que pouco a pouco foi modificando a maneira como são pensadas e utilizadas as fontes históricas. Nos vestígios do percurso de pesquisa deixados por ele muito se viu desta transformação, e também dos posicionamentos heterogêneos, difíceis, se não impossíveis, de serem sintetizados, como no caso de algo aparentemente muito simples como a transcrição de uma entrevista de história oral. E ainda, que a prática não está de maneira nenhuma imobilizada pelo que vemos nos manuais.

Mostraram-se plurais as influências deste campo que crescia no Brasil. Embora muitas características remetam a uma história oral que tangencia a história política de uma elite, associada em grande medida aos pesquisadores norte-

americanos trazidos ao Brasil, no caso do Laboratório de História Oral da UFSC, foram também visualizados outros personagens, “menos ilustres”, que nesse sentido seriam os porta-vozes de uma história que estava se perdendo, ou que não podia ser encontrada em outro tipo de fonte. Simão Willemann percorreu este caminho, além de se servir das fontes orais, pois não encontrava outros meios, outros vestígios; ele pareceu se encarregar da interdição do esquecimento de uma história, guardada na memória, sobretudo, de pessoas mais velhas que foram testemunhas de tempos um tanto mais distantes.

Essa noção de “guardião” de memória, inclusive, pode ser estendida à própria função do Laboratório desenvolvido junto à UFSC. Liderada, principalmente, por Corrêa, esta iniciativa contou em grande medida com a colaboração dos alunos do recém-iniciado Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Muitos deles, mesmo que não utilizando estas fontes em seus trabalhos, foram responsáveis pela constituição inicial do acervo de entrevistas. Coleção que, após a aposentadoria de seu primeiro “guardião”, Corrêa, ficou esquecida, até mesmo por ele próprio. Foi por outras mãos que estas “memórias” voltaram à tona, não intactas, é claro. Muito foi perdido, desde fitas a transcrições e outros documentos. No entanto, algo daquele empreendimento inovador subsiste tanto

fisicamente quanto na lembrança daqueles que conviveram com este espaço e, especialmente, com o pesquisador que primeiramente se incumbiu de dirigi-lo.

Entre indas e vindas, o lugar de onde floresceram as entrevistas prossegue seu caminho, tendo seus novos coordenadores bebido das novas discussões que atravessaram ao longo destas últimas décadas o campo da história oral brasileira – como era de se esperar. Debates que se conectam àqueles da História do Tempo Presente, lugar onde a história oral sempre teve espaço e com a qual compartilha muitas “angústias”, caso do lugar dos testemunhos, não só na historiografia mas também em nosso espaço público.

Referências

Gravações em áudio e transcrições de entrevistas

ABRAMOVICZ, Estanislau. **Entrevista concedida a Maria Terezinha Sobjeraski Barreto**. Pinheiral, SC, 26 abr. 1978. Transcrição. Acervo do Laboratório de História Oral – UFSC.

ANDRADE, Djanira Maria Martins. **Entrevista concedida a Karla Simone Willemann Schütz**. Florianópolis, SC, 10 jan. 2015. Gravação e Transcrição. Acervo pessoal de Karla Simone Willemann Schütz.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **Entrevista concedida a Karla Simone Willemann Schütz**. Florianópolis, SC, 10 out. 2014. Gravação e Transcrição. Acervo pessoal de Karla Simone Willemann Schütz.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **Entrevista concedida a Janice Gonçalves**. Florianópolis, SC, 4 nov. 2005. Transcrição. Acervo pessoal de Janice Gonçalves.

_____. **Entrevista concedida a Ricardo Santhiago**. Florianópolis, SC, 24 ago. 2010. Transcrição. Acervo pessoal de Ricardo Santhiago.

DALLABRIDA, Norberto. **Entrevista concedida a Karla Simone Willemann Schütz**. Florianópolis, SC, 12 nov. 2014. Gravação e Transcrição. Acervo pessoal de Karla Simone Willemann Schütz.

DAUFENBACH, Guilherme. **Entrevista concedida a Simão Willemann**. São Ludgero, SC, 27 mai. 1978. Gravação e Transcrição. Acervo pessoal de Simão Willemann.

HICKEL, Rodi. **Entrevista concedida a Reinaldo João Pick**. Florianópolis, SC, 23 out. 1978. Transcrição. Acervo do Laboratório de História Oral – UFSC.

MICHELS, Rainoldo. **Entrevista concedida a Simão Willemann.** Braço no Norte, SC, 26 mai. 1978. Gravação e Transcrição. Acervo pessoal de Simão Willemann.

PHILIPPI, Pedro. **Entrevista concedida a Simão Willemann.** Braço do Norte, SC, 29 mai. 1978. Gravação e Transcrição. Acervo pessoal de Simão Willemann.

MONTEIRO FILHO, Arante José. **Entrevista concedida a Karla Simone Willemann Schütz.** Florianópolis, SC, 7 out. 2014. Gravação e Transcrição. Acervo pessoal de Karla Simone Willemann Schütz.

NAGEL, Liane Maria. **Entrevista concedida a Karla Simone Willemann Schütz.** Florianópolis, SC, 9 fev. 2015. Gravação e Transcrição. Acervo pessoal de Karla Simone Willemann Schütz.

SAUL, Marcos Vinícios de Almeida. **Entrevista concedida a Karla Simone Willemann Schütz.** Florianópolis, SC, 04 nov. 2014. Gravação e Transcrição. Acervo pessoal de Karla Simone Willemann Schütz.

SCHMIDT, Turíbio. **Entrevista concedida a Simão Willemann.** Braço no Norte, SC, 13 mai. 1978. Entrevista. Gravação e Transcrição. Acervo pessoal de Simão Willemann.

SOELL, Werner J. **Entrevista concedida a Reinaldo João Pick.** Florianópolis, SC, 12 fev. 1979. Transcrição. Acervo do Laboratório de História Oral – UFSC.

TENFEN, Roberto J. **Entrevista concedida a Simão Willemann.** Rio Fortuna, SC, 24 jan. 1978. Gravação e Transcrição. Acervo pessoal de Simão Willemann.

WILLEMANN, Simão. **Entrevista concedida a Karla Simone Willemann Schütz.** Laguna, SC, 03 abr. 2012. Gravação e Transcrição. Acervo pessoal de Karla Simone Willemann Schütz.

_____. **Entrevista concedida a Karla Simone Willemann Schütz.** Rio Fortuna, SC, 23 jan. 2015. Gravação e Transcrição. Acervo pessoal de Karla Simone Willemann Schütz.

Documentos de arquivo

Documentos do arquivo pessoal de Simão Willemann, em sua residência em Rio Fortuna, SC.

Documentos de arquivo relativos ao Laboratório de História Oral da UFSC. Laboratório de História Oral, UFSC, Florianópolis, SC.

Documentos de arquivo relativos ao Departamento de História da UFSC e ao Programa de Pós-Graduação da UFSC. Arquivo Geral, UFSC, Florianópolis, SC.

Publicações referenciais sobre história oral ou a ela relacionadas

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral.** Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1990.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. **Revista História**, UNESP, São Paulo, n.14, p. 125-136, 1995.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006.

ANDRADE, Djanira M. Fontes para o estudo da História de Santa Catarina. In: Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, IV, 1977, Florianópolis. **Anais.** São Paulo: ANPUH, 1979. p. 1145-1171.

ANDRADE, Djanira M. M.; CORRÊA, Carlos Humberto P.; PIAZZA, Walter F. **Catálogo de Entrevistas.** Florianópolis: UFSC, 1980.

AVELINO, Yvone Dias. Resenha: Documentação oral e a temática da seca. **Projeto História**, São Paulo, v. 6, p. 130-132, jul.-dez 1986.

BORGES, Viviane T. Gravando falas, tecendo fontes: problematizando o uso de entrevistas realizadas por terceiros. In: Encontro Nacional de História Oral, 2012, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ABHO, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1329304123_ARQUIVO_EventoHOnacional.pdf> Acesso em: 10 nov. 2014.

BROWNE, George P.; PIAZZA, Walter F. Documentação em História Oral. In: Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, VIII, 1975, Aracaju. **Anais**. São Paulo: ANPUH, 1976. p. 925-934.

CAMARGO, Aspásia. Introdução à primeira edição. In: ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007. p.11-15.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **História Oral: Teoria e Técnica**. Florianópolis: UFSC, 1978.

_____. **Catálogo de Entrevistas**. Florianópolis: UFSC, 1977.

_____. Universidade Federal de Santa Catarina. In: **Catálogo das dissertações e teses dos cursos de pós-graduação em história, 1973-1985**. Florianópolis: UFSC, 1987. p. 259-273.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Como a História Oral chegou ao Brasil. Entrevista de Aspásia Camargo a Maria Celina D'Araújo. **História Oral**, São Paulo, v. 2, p. 167-79, 1999.

DEL VECHIO, Joya de C.; VIDAL, Diana G. O que convida ao encantamento: palavras imagens, sensações. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.7, n.13, p.125-136, set.1986/fev.1987.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Apontamentos Sobre uma Experiência de Luta Operária na Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.5, n.10, p. 54-98, 1985.

FARINA, Rafaela; PORTAL, Maria da Glória A. O XV Congresso Internacional de Ciências Históricas (Bucareste, 10-17 ago. 1980). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.1, n.1, p. 131-133, 1981.

FERREIRA, Marieta de M. (org). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: FINEP/Diadorim, 1994.

_____. História, Tempo Presente e História Oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.3, n.5, p.314-332, jul./dez. 2002.

_____. História Oral e tempo presente. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). **(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: USP, 1996. p. 11-21.

_____. Entrevista de Eugenia Meyer a Marieta de Moraes de Ferreira. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, n. 65, 2013. p. 413-431.

FIGUEIREDO, Marcus F. O financiamento das Ciências Sociais: a estratégia de fomento da Fundação Ford e da Finep – 1966-1985. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 38-55, jul/dez, 1988.

FONSECA, Selva G.; DÂNGELO, Newton. Cultura e História na Escola de 1º. Grau. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 277-281, 1987/1988.

FREITAS, Sônia Maria. Prefácio à edição brasileira. In: THOMPSON, Paul Richard. **A voz do passado: história oral**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREUND, Alexander. História oral como gerador de dados. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon [PR], v. 17, jul./dez 2013. p. 28 – 62

GATTAZ, André C. Lapidando a fala bruta: a textualização em História Oral. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). **(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: USP, 1996. p. 137-140.

GLEZER, Raquel. A fundação da Revista. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.1, n.1, 1981. p. 109-127.

JOUTARD, Philipe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da historia oral**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 43-62.

KHOURY; Yara A. O Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 51-54, 1983.

LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.6, n.12, p. 47-64, 1986.

MALUF; Renato S.. O Núcleo de Documentação Regional. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.3, n.5, p. 73-86, 1983.

MAUAD, Ana Maria. Fontes de Memória: Desafios metodológicos de um campo em construção. In: SANTHIAGO, Ricardo; BARBOSA, Valéria (Org.) **Depois da utopia: A história oral em seu tempo**. São Paulo: Letra e Voz, 2013, p. 81-109.

McCLEARY, Leland. História oral: questões de língua e tecnologia. In: MAGALHÃES, Valéria Barbosa; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). **Memória e diálogo: escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral**. São Paulo: Letra e Voz/FAPESP, 2011. p. 93-123.

MEIHY, José Carlos S. B. (Re) Introduzindo a História Oral no Brasil. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). **(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: USP, 1996. p.1-10.

_____. **A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica.** São Paulo: Nova Stella, 1990.

_____. **Manual de historia oral.** São Paulo: Loyola, 1998.

MESGRAVIS, Laima. Revistas internacionais. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.1, n.2, p. 289-299, 1981.

MONTE-MÓR, Jannice. Documentação em Ciências Sociais. **Ciências da Informação**, Brasília, v.16, p. 3-12, jan/jun, 1987.

NEVES, Joana. Associação Nacional dos Professores de História (Anpuh) XI Simpósio Nacional – João Pessoa, PB, 19 a 24 jul. 1981. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.2, n.4, p. 271-298, 1982.

NEVES, Joana; BRANDÃO, Zeluiza. Condições de trabalho do professor e Ensino de História. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.6, n.12, p. 215-230, 1986.

PASSERINI, Luisa. **Storia orale. Vita quotidiana e cultura materiale delle classi subalterne.** Torino: Rosenberg & Sellier, 1978.

PIAZZA, Walter F. A pesquisa histórica em Santa Catarina. **Revista Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 1, n.1, p. 102-107, 1982.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.41-58, dez. 1993.

_____. A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 59-72.

_____. O que faz a história oral diferente. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós Graduados em História e do**

Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, v. 14, p. 25-40, fev. 1997.

_____. A história oral como gênero. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós Graduated em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, v.22, p.9-36, jun. 2001.

_____. Absalom, Absalom! História oral e literatura. In: PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e voz, 2010, p. 231-246

RIBEIRO, Antonio M. A. História Oral brasileira: trajetória e perspectivas. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, n.6, p. 108-121, dez. 2011.

ROSA, Zita de P. Fontes orais de famílias negras. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.8, n.16, p. 251-264, 1988.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.10, n.19, p. 219-243, 1989/1990.

SHUMAN, Amy. Oral History. **Oral Tradition**, Columbia, v.18, n.1, p.130-131, mar. 2003.

SILVA, Gilson Antunes. Breve histórico do Centro de Memória Social Brasileira. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.3, n.5, p.23-30, mar. 1983.

SILVA, Helenice Rodrigues. Novas tendências na Historiografia Francesa dos Anos 80. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.6, n.12, p. 231-238, 1986.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, n.15, p. 51-71, abr. 1997.

_____. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da História Oral. In: ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tania M.; FERREIRA, Marieta M. (Org.) **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. p.47-65.

THOMSON, Allistair; FRISCH, Michael; Hamilton, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (Org) **Usos & abusos da historia oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 65-91.

THOMPSON, Paul. **The Edwardians: the remaking of British society**. London: Weidenfeld and Nicolson, 1975.

VIDAL, Diana G.; DEL VECHIO, Joya C. O que convida ao encantamento: palavras, imagens, sensações. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.7, n.13, p. 125-136,1986/1987.

WILKIE, James. Dimensions of Elitelore: An Oral History Questionnaire. **Journal of Latin American Lore**, Los Angeles, n.1, v.1, p. 79-101, 1975.

Estudos sobre História, Memória e Narrativa

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2011. p. 197-221.

CAMPOS, Haroldo de. **A operação do texto**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick (Org.). Uma crise da História? As décadas de 1980/1990. In: **Correntes Históricas na França**. Séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012. p. 321-410.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1989.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor: Arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX**. São Paulo, 2006. 444 páginas. Tese (Doutorado em História). USP.

HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MARINHO, Marildes. A cultura escrita em meios populares. In: CASTILLO GOMES, Antônio e SIERRA BLAS, Verónica (org.). **Mis primeros pasos. Alfabetización, escuela y usos cotidianos de la escritura (siglos XIX e XX)**. Madrid: Trea Ediciones, 2008. p.151-174.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Baurú, SP: EDUSC, 2004. p. 29-52.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

_____. Tempo e Narrativa. In: **Tempo e Narrativa. A intriga e a narrativa histórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. v.1, p.93-155.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TRAVERSO, Enzo. Historia e Memoria. Notas sobre un debate. In: FRANCO, Marina; Levin, Flôrencia. **História reciente: perspectivas y desafios para un campo en construcción**. Buenos Aires: Paidós, 2007, p. 67-96.

*Apêndice I: Produção relacionada à história oral na
Revista Brasileira de História (1981-1990).*

v.	n.	Ano	Tipo	Título	Autor(es)	Páginas
1	1	1981	Bibliografia	Obras Editadas no Brasil – 1978	Raquel Glezer	p.109-127
1	1	1981	Noticiário	O XV Congresso Internacional de Ciências Históricas (Bucareste, 10-17 ago. 1980)	Raffaele Farina Maria da Glória Alves Portal	p.131-133
1	2	1981	Bibliografia	Revistas Internacionais	Laima Mesgravis	p.289-299
2	4	1982	Noticiário	Associação Nacional dos Professores de História (Anpuh) XI Simpósio Nacional – João Pessoa, PB, 19 a 24 jul. 1981	-	p.271-298
3	5	1983	Artigo	Síntese das Atividades Desenvolvidas Pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – Universidade Federal da Paraíba	Joana Neves	p.7-9
3	5	1983	Artigo	Breve Histórico do Centro de Memória Social Brasileira	Gilson Antunes da Silva	p.23-30
3	5	1983	Artigo	O Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Yara Aun Khoury	p.51-54
3	5	1983	Artigo	O Núcleo de Documentação Regional	Renato Sergio Maluf	p.73-86
5	10	1985	Artigo	Apointamentos Sobre uma Experiência de Luta Operária na Zona da Mata de Minas Gerais	Eliana Regina de Freitas Dutra	p.54-98
6	12	1986	Artigo	A Terra Para Quem Nela Não Trabalha (A especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50)	Alcir Lenharo	p.47-64
6	12	1986	Questões didáticas	Condições de Trabalho do Professor e Ensino de História	Joana Neves Zeluiza Brandão	p.215-230
6	12	1986	Notícia bibliográfica	Novas Tendências na Historiografia Francesa dos Anos 80	Helenice Rodrigues da Silva	p.231-238
7	13	1986/87	Pesquisas em andamento	O Que Convida ao Encantamento: palavras, imagens, sensações	Diana Gonçalves Vidal Joya de Campos Del Vecchio	p.125-136
8	15	1987/88	Noticiário	Cultura e História na Escola de 1o Grau	Selva Guimarães Fonseca Newton Dângelo	p.277-281
8	16	1988	Documentação	Fontes Oraís de Famílias Negras	Zita de Paula Rosa	p.251-264
10	19	1989/90	Documentação	História Local e História Oral	Raphael Samuel	p.219-243

Fontes: Exemplares da Revista Brasileira de História digitalizados e disponíveis em <<http://www.anpuh.org/revistabrasileira/public>> *Acesso em: 10 out. 2014.*

*Apêndice II: Entrevistas que constam do Catálogo do
Laboratório de História Oral da UFSC de 1980.*

Ano	Título	Local	Entrevistado	Entrevistador
1974	A pesca em Santa Catarina	Itajaí	Nelson Scheikman	Aury Formiguieri
1974	A sociedade de Laguna no início do século	Laguna	Manoel Américo Barros	Edy Alves Cabral de Barros
1974	A sociedade e a economia de Portobelo no início do século	Porto Belo	Venino Pereira da Cruz	Maria da Graça Oliveira
1974	A sociedade de Santo Amaro da Imperatriz no início do século	Santo Amaro da Imperatriz	Emília Souza Maciel Alvez	Marionete M. Alves D'Acampora
1974	A fundação de Jaraguá do Sul e sua primitiva vida social e econômica	Balneário Camboriú	Leopoldo Reiner	Jaecyr Monteiro
1974	A fundação de Azambuja e a vida social de Urussanga na década de 30	Azambuja	Francisco de Cesaro	Ivonete Izé
1974	A indústria ervateira no norte de Santa Catarina	Florianópolis	Henrique de Arruda Ramos	Darcy Pacheco
1974	A sociedade amigos de Brusque	Brusque	Ayres Gevaerd	Maria Umbelina Lourenço
1974	O banco nacional do comércio e sua influência em Joinville na década de 30	Joinville	José Pinto do Amaral Filho	Rufino Porfírio Almeida
1974	Aspectos de Lages na década de 1930	Florianópolis	Telmo Vieira Ribeiro	Rita de Cássia Vieira Bleyer
1974	A sociedade e a política de Imarui no início do século	Florianópolis	Perpetua Barreto Bossle	Ondina Pereira Bossle
1974	A economia catarinense na atualidade	Florianópolis	Ingo Jordam	Edi Faria de Almeida
1974	As sociedades josefense e florianopolitana no período de 1910-1930	Florianópolis	Maria Lidia Lentz Santos	Dulce Maria Souza Coelho
1974	A economia florianopolitana no período de 1910 a 1930	Florianópolis	Roberto Oliveira	Laura Machado Hübener
1974	Os estabelecimentos jesuítas em Santa Catarina	Florianópolis	Luis Adami	Elisabeth Maria Dutra
1977	O ensino alemão em Santa Catarina	Florianópolis	Heinz Braunsperger	Thomaz Costa Carvalho
1974	O ensino em Santa Catarina no período de 1920 a 1940	Florianópolis	Osni Paulino da Silva	Valmor Bonifácio de Sena
1974	Administração do governo Hercílio Luz	Florianópolis	Haroldo Paranhos Pederneiras	Djanira Maria Martins de Andrade
1974	A revolução de 30 em Santa Catarina	Florianópolis	Haroldo Paranhos Pederneiras	Carlos Humberto P. Côrea
1974	A pesca da baleia na Ilha de Santa Catarina no começo do século	Florianópolis	Olibio Belarmino	Edson Murilo Viana
1974	A colonização polonesa em Pinheiral	Florianópolis	José Sobierajski	Maria Terezinha S. Barreto
1974	Evolução sócio-econômica de Siderópolis	Siderópolis	João Cesa	Dicilma C. de Souza Lopes
1974	A colonização italiana em Brusque	Botuverá	Alexandre Merico	Roselys C. dos Santos
1974	A estrada de ferro Dona Tereza Cristina	Tubarão	Walter Zimblick	Sérgio Schmitz
1974	Mudanças sociais na Lagoa da Conceição	Florianópolis	Zuleika Mussi Lenzi	Reinaldo João Pick

1974	Evolução política de Gaspar após 45	Gaspar	E.S.	Antônio D'acampora
1974	A colônia síria-libanesa de Florianópolis	Florianópolis	José Jacob Miguel	Amazile de Hollanda Vieira
1974	Evolução histórica de Lages	Lages	Joaquim Pinto Arruda	Julieta de Albuquerque Quint
1974	Biografia de Henrique da Silva Fontes	Florianópolis	Maria Carolina Gallotti Kehrig	Joana Dalva Nunes Pires
1974	A República Velha em Santa Catarina	Florianópolis	Renato Barbosa	Jali Meirinho
1974	Sociedade Amigos de Brusque	Brusque	Ayres Gevaerd	Fernando José da S. Póvoas
1974	Campo de concentração de alemães em Florianópolis durante a segunda guerra	Gov. Celso Ramos	Manoel Boaventura Gomes	Valter Manoel Gomes
1974	A Southern Brazil Lumber & Colonization Company e a madeira catarinense	Florianópolis	Fernando Osvaldo de Oliveira	Terezinha Nizer da Silva
1974	O integralismo	Florianópolis	Antonio de Lara Ribas	Regina Coeli Passerino
1974	Palmas e a questão de limites	Florianópolis	Antonio de Lara Ribas	Vera Lúcia R. B. Da Rosa
1975	A Revolução de 30 em Santa Catarina	Florianópolis	João Ezequiel da Silveira	Eliete da Silveira
1975	A colonização alemã e a vida política em Santo Angelo (RGS)	Florianópolis	Martha Menezes	Leia C. M. Lourega
1975	O sistema educacional catarinense a partir de 1940	Florianópolis	Newton Inocencio G. De Souza	Alice Carolina Bacha
1975	O transporte de madeira no Rio Uruguai	Florianópolis	Gentil Bellani	Eli Maria Bellani
1975	A participação do Brasil na Segunda Guerra	Florianópolis	Nelson Vasco Gondin	Marlene Dalsasso
1975	O Instituto Estadual de Educação	Florianópolis	Dimas Rosa	Maria José Vieira
1975	A colonização do Oeste Catarinense	Itajaí	Solon Coelho de Souza	Itayra C. de Souza Padilha
1975	A fundação e a colonização de Concórdia	Florianópolis	Fioravante Massolini	Regina Maria Erdmann
1975	A vida política de Itajaí e sua administração municipal	Itajaí	Carlos de Paula Seara	Salma Steil
1975	A sociedade de Itajaí na década de 1930	Itajaí	Virgina da Silva Fontes	Neusa Maria de Souza
1975	A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial	Itajaí	José Correia	Maria Bernadete Ramos Flores
1975	A colonização húngara em Ibirama (SC)	Pres. Getúlio	José Practheuser	Gisela Wilhelm
1975	A colonização alemã e o integralismo no Vale do Itajaí	Pres. Getúlio	Willy Schattenberg	Aloma Sutter
1975	Vida de Pescador na Lagoa da Conceição	Florianópolis	Valdomiro	Univaldo Corrêa
1975	O Projeto Caiera em Florianópolis	Florianópolis	Antenor Manoel Napolini	Lígia de Oliveira Czesnat
1975	Umbanda	Florianópolis	Valdomiro Vieira de O. Filho	Lourdes Stefanello Lago
1975	A Coordenadoria de Meio Ambiente em Santa Catarina	Florianópolis	Raulino Reitz	Otirma Ramos Medeiros
1975	O serviço militar em Brasília	Florianópolis	Juarez Claudino da Rosa	Vilson Francisco de Farias
1975	A Câmara Municipal de Florianópolis	Florianópolis	Ranulfo Souza	Nelma Baldin
1976	A Função da Filosofia no Curso Superior	Florianópolis	Julio Wiggers	Mario Guidarini

1976	A Revolução de 64 em Santa Catarina	Florianópolis	José Carlos Martins	Valmir Martins
1976	O integralismo no norte de Santa Catarina	Florianópolis	Reinaldo Flemming	Adalberto da Silva Brito
1976	A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial	Florianópolis	Samuel de Senna Pereira	Eliane Teresa Carneiro Brandão
1976	A colonização de Brusque	Brusque	Ayres Gevaerd	Maria Fermina Gevaerd
1976	A Maçonaria em Santa Catarina	Florianópolis	Manoel Gomes	Horiginaldo Leopoldo de Farias
1976	O Projeto Caiera em Florianópolis	Florianópolis	Antenor Manoel Napolini	Ademar Dias
1976	A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial	Florianópolis	Lourival de Freitas	Maria Izabel Pereira
1976	Umbanda	Florianópolis	Osmar Rosa	Ruth Martins Pereira
1976	A Revolução de 30 em Rio Fortuna	Rio Fortuna	Roberto João Tenfen	Simão Willemann
1976	A navegação fluvial no Vale do Rio Itajaí	Ilhota	Gumerindo Martins	Joana Maria Pedro Machado
1976	O ensino alemão no Vale do Itajaí	Blumenau	José Vieira Corte	Emiliano Stolf
1976	A vida religiosa de Blumenau	Blumenau	Germano Romer	Anselmo Antônio Hillesheim
1976	A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial	Blumenau	Walter Hoshprung	Luis Vendelino Colombi
1976	A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial	Florianópolis	Nilson Vasco Godin	Sara Regina S. Sousa
1976	A colonização alemã no Vale do Itajaí	Blumenau	Franz Brack	Sueli Maria Vanzuita Petry
1976	A fundação de Acurra e a revolução de 30	Blumenau	José Escalabrino Finardi	Nelo Osti
1976	A vida religioso de um Arcebispo	Florianópolis	Afonso Niehues	Maria Ester Teixeira
1976	A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial	Florianópolis	Paulino Dacoreggio	Vera Lucia Fregonese Barros
1976	A interiorização do Ensino Superior em Santa Catarina	Florianópolis	Celestino Sachet	Altamiro de Moraes Matos
1976	A vida Social em São José na década de 40	São José	Antonio Francisco Machado	Sonia Maria Cidral Ouriques
1977	Administração Municipal do Entrevistado em Florianópolis	Florianópolis	Acacio Garibaldi de S. Thiago	Adélia dos Santos Silveira
1977	Administração Municipal do Entrevistado em Itajaí	Florianópolis	Julio Cesar	Cesar Emmendorfer
1977	Administração Municipal do Entrevistado em Itajaí	Florianópolis	Eduardo Solon C. Canziani	Enite Terezinha S. Dutra
1977	Administração Municipal do Entrevistado em Itajaí	Itajaí	Paulo Bauer	Ilze Mendes
1977	Administração Municipal do Entrevistado em Florianópolis	Florianópolis	Osvaldo Machado	Ivanice Debiasi
1977	Administração Municipal do Entrevistado em Florianópolis	Florianópolis	Ari Oliveira	Lúcia Koerich
1977	Administração Municipal do Entrevistado em Florianópolis	Florianópolis	Nagib Jabor	Marcia Rodrigues Martins

1977	Administração Municipal do Entrevistado em Florianópolis	Florianópolis	Waldemar da Silva Filho	Marcia Pereira Veras
1977	Administração Municipal do Entrevistado em Itajaí	Itajaí	Abdon Fôes	Moema Vieira
1977	Administração Municipal do Entrevistado em Itajaí	Itajaí	Carlos de Paula Seara	Nenrod Schieffler
1977	Administração Municipal do Entrevistado em Florianópolis	Florianópolis	Nilton Severo da Costa	Selco de Mattos
1977	Administração Municipal do Entrevistado em Florianópolis	Florianópolis	Rogério Vieira	Oswaldo Hack
1977	Administração Municipal do Entrevistado em Tubarão	Tubarão	Idalino Fretta	Helena B. M. Fretta
1977	Administração Municipal do Entrevistado em Tubarão	Tubarão	Stelio Boabaid	Maria de Lourdes de Jesus Duarte
1977	Administração Municipal do Entrevistado em Criciúma	Criciúma	Addo Caldas Faraco	Carlos Alberto de A. Ferreira
1977	Administração Municipal do Entrevistado em Pedras Grandes	Pedras Grandes	Francisco Edemir Zaboti	Maria de Lourdes Bitencourt
1977	Administração Municipal do Entrevistado em Orleães	Orleães	Henrique Ernest Hilbert	Cenilde Loch
1977	Administração Municipal do Entrevistado em Braço do Norte	Braço do Norte	Dorvalino Locks	Adelir Nunes
1977	Administração Municipal do Entrevistado em Treze de Maio	Treze de Maio	Luiz Nandi	Ivonete R. Bez Fontana
1977	Administração Municipal do Entrevistado em Tubarão	Tubarão	Diuney Martins Cabral	Kan-Ichi Najashima
1977	Administração Municipal do Entrevistado em Jaguaruna	Jaguaruna	Osny Pereira	Lydia Gomes Inocêncio
1977	Administração Municipal do Entrevistado em Tubarão	Tubarão	Irmoto José Feuerschuette	Marina Liene B. Da Rosa
1977	Administração Municipal do Entrevistado em Orleães	Orleães	Luiz Mazon	Alice Ester Sandrini
1975	A colonização e a sociedade de Blumenau no início do século	Blumenau	Christiane Deeke Barreto	George P. Browne
1978	Administração Municipal do Entrevistado em Jaraguá do Sul	Jaraguá do Sul	Roland Harold Dornbusch	Antônio Carlos Costa
1978	A Colonização Polonesa no Alto Vale do Rio Tijucas	Florianópolis	Eugênio Spoganicz	Arlene Maria Maykot Prates
1978	Administração Municipal de São José	Florianópolis	Homero de Miranda Gomes	Marcos Vinícios de Almeida Saul
1978	A política de Santa Catarina no período de 1970-1978	Florianópolis	Nelson Pedrini	Maria Alzira Alves Ruiz
1977	Colonização italiana em Urussanga e Criciúma	Florianópolis	Hilário Savi	Maria da Penha Siqueira
1978	A participação do entrevistado na Revolução de 1930	Vacaria (RS)	Galdino Pereira de Almeida	Maria Neli Ferreira Borges
1978	Vida e costumes na Lagoa da Conceição nas décadas de 1930/1940	Florianópolis	Heitor Soares da Cunha	Maria Teresa Santos Cunha
1978	Administração Municipal do Entrevistado em Lages S.C.	Lages	Nilton Rogério Neves	Pedro Paulo Waltrick Coelho
1978	Eletrificação rural em Santa Catarina	São José	Arnaldo Schmitt Júnior	Rosemary São Tiago
1978	O Carpinteiro de Ribeira no Ribeirão da Ilha	Florianópolis	Alberto Carvalho	Sócrates Quintino da Fons. e Brito
1978	Sua Administração como Prefeito Municipal de São José, S.C.	São José	Germano João Vieira	Antônio Carlos Costa
1978	A colonização holandesa em Tijuquinhas	Tijuquinhas	Antônio Bovee	Arlene Maria Maykot Prates

1978	Administração do Entrevistado em São José	São José	Arnoldo Mainchen de Souza	Marcos Vinícios de Almeida Saul
1978	A política de Santa Catarina no período de 1970/1978	Florianópolis	Dejandir Dalpasquale	Maria Alzira Alves Ruiz
1978	Influência da Revolução de 30 em Santa Catarina	Florianópolis	Braulio Jaques Dias	Maria da Penha Siqueira
1978	Vacaria e sua administração atual	Vacaria (RS)	Enori Angelo Lucena Mezari	Maria Neli Ferreira Borges
1978	O Arquivo Público de Santa Catarina	Florianópolis	Wilmar Pacheco	Maria Teresa Santos Cunha
1978	O papel social da Colônia Santa Tereza, Florianópolis S.C.	Florianópolis	Saulo Varella de Carvalho	Pedro Paulo Waltrick Coelho
1978	Eletrificação Rural em Santa Catarina	Florianópolis	Martin Felipe	Rosemary São Thiago
1978	A Banda de Musica Nossa Senhora da Lapa	Florianópolis	Alécio Heidenrich	Sócrates Quintino da Fonseca Brito
1978	Administração do Município de Palhoça	Florianópolis	João Silveira	Antonio Carlos Costa
1978	Empresa Nacional de Navegação Hoepcke	Florianópolis	Jauro Dendice Linhares	Arlene Maria Maykot Prates
1978	A Política de Santa Catarina no período de 1970/78	Florianópolis	Colombo Machado Salles	Maria Alzira Alves Ruiz
1978	Administração do Entrevistado no Município de Joaçaba (SC)	Florianópolis	Nelson Germano Zomkowski	Marcos Vinícios de Almeida Saul
1978	Sindicato dos trabalhadores metalurgicos, mecanicos e material elétrico de Florianópolis	Florianópolis	Gustavo Zimmer	Maria da Penha Siqueira
1978	Situação do Sindicato dos Empregados no comércio de Florianópolis	Florianópolis	Francisco José da Rosa	Maria Neli Ferreira Borges
1978	Vida no interior da Ilha	Florianópolis	Crescêncio Machado	Maria Teresa Santos Cunha
1978	Administração do Entrevistado no Município de Balneário de Camboriú, S.C.	Balneário de Camboriú	Gilberto Américo Meirinho	Pedro Paulo Waltrick Coelho
1978	Eletrificação Rural	Biguaçu	Militina Ana de Oliveira	Rosemary São Tiago
1978	Assuntos Gerais sobre Florianópolis de 1906 a nossos dias	São José	Antônio Schroeeder Brazil	Sócrates Quintino da Fonseca e Brito
1978	Administração do Entrevistado no Município de Nova Trento	Florianópolis	Ayres Manoel Rachadel	Antônio Carlos Costa
1978	Plano de Obra e equipamento do Governo do Estado de Santa Catarina	Florianópolis	Victor Antonio Peluso Júnior	Arlene Maria Maykot Prates
1978	Administração Municipal do Entrevistado em São José	Florianópolis	Homero de Miranda Gomes	Marcos Vinícios de Almeida Saul
1978	A política de Santa Catarina no período de 1970/1978	Florianópolis	João Maria de Oliveira	Maria Alzira Alves Ruiz
1978	Comércio da Rua Conselheiro Mafra	Florianópolis	Jorge Cherem Sobrinho	Maria da Penha Siqueira
1978	Otacílio Rech e sua administração	Florianópolis	Otacílio Rech	Maria Neli Ferreira Borges
1978	Particularidades sobre a vida na Lagoa da Conceição	Florianópolis	Terezinha de Jesus Peres	Maria Teresa Santos Cunha
1978	A Coordenadoria Regional de Educação da 7ª UCER, Lages, S.C.	Lages	Wilson Cesar Floriani	Pedro Paulo Waltrick Coelho

1978	Eletificação Rural	Rachadel	Nelson Pauli	Rosemary São Tiago
1978	Atividade econômica do Município de São José, S.C.	São José	Juvenal Schroeder	Sócrates Quintino da Fonseca Brito
1977	Colonização polonesa do Alto Vale do Rio Tijuca	Major Gercino	Valéria Voitena Rubik	Maria Terezinha S. Barreto
s/d	Colonização polonesa do Alto Vale do Rio Tijuca	Major Gercino	Francisco Gazdziki	Maria Terezinha S. Barreto
1977	Colonização polonesa do Alto Vale do Rio Tijuca	Major Gercino	Anita Piazza Nickalsk	Maria Terezinha S. Barreto
1977	Colonização polonesa do Alto Vale do Rio Tijuca	Major Gercino	Stanislau Voitena	Maria Terezinha S. Barreto
1977	Produção da seda natural em Brusque	Florianópolis	Raul Schaeffer	Roselys dos Santos C.
1978	Colonização polonesa do Alto Vale do Rio Tijuca	Major Gercino	Francisco Gazdzicki	Maria Terezinha S. Barreto
s/d	A política em Alfredo Chaves, E.S.	Alfredo Chaves (ES)	Darcy de Paula Gaigher	Savia Maria Pessali
1978	Participação do Entrevistado na 2ª Guerra Mundial	Vitória (ES)	Paschoal Passamae	Maria Helena Alves Freitas
1978	Joinville no início do século XX	Joinville	Moacir Gomes de Oliveira	Edmundo Vegini
1978	A criação da Justiça Federal no Brasil e as dificuldades de sua instalação no Espírito Santo	Vila Velha (ES)	Romario Rangel	Carla Valério Pelisberto Rangel
1978	Jornalismo em Joinville	Joinville	Raul de Oliveira Fagundes	Edmundo Vegini
s/d	História da Igreja Católica em Vitória, no período Pós-conciliar	Vitória (ES)	Romulo Balestred Neves	América de Almeida Nascimento
1978	Poloneses do Alto Vale do Rio Tijuca	Pinheiral	Estanislau Abramonicz	Maria Terezinha S. Barreto
1978	Instituto Polytechnico de Florianópolis	Florianópolis	Arnoldo Suarez Cúneo	Amazile de Hollanda Vieira
1978	Instituto Polytechnico de Florianópolis	Florianópolis	Waldir Grisard	Amazile de Hollanda Vieira
1978	Colonização polonesa do Alto Vale do Rio Tijuca	Pinheiral	Gervasio Voitena	Maria Terezinha S. Barreto
1978	A Educação na Escola Alemã no Vale do Braço do Norte	Manoel Ribas (PR)	Adolfo Blau	Simão Willemann
1978	A Educação na Escola Alemã no Vale do Braço do Norte	Braço do Norte	Daniel Bruening	Simão Willemann
1978	A Educação na Escola Alemã no Vale do Braço do Norte	Braço do Norte	Gabriel Heidemann	Simão Willemann
1978	Poloneses do Vale do Rio Tijuca	Major Gercino	Miguel e Miguelina Rubick Voitena	Maria Terezinha S. Barreto
1978	Colégio Catarinense de Florianópolis	Florianópolis	Werner José Soell	Reinaldo João Pick
1979	Colégio Catarinense de Florianópolis	Florianópolis	Werner José Soell	Reinaldo João Pick
1978	Colégio Catarinense de Florianópolis	s/d	Guido Aloys Johannes Kuhn	Reinaldo João Pick
1978	Colégio Catarinense de Florianópolis	Florianópolis	Rodi Hickel	Reinaldo João Pick

1978	O Colégio Catarinense de Florianópolis, um marco na história da educação em Santa Catarina	Florianópolis	João Alfredo Rohr	Reinaldo João Pick
1978	O Colégio Catarinense de Florianópolis, um marco na história da educação em Santa Catarina	Florianópolis	Celestino Sachet	Reinaldo João Pick
1978	O Colégio Catarinense de Florianópolis, um marco na história da educação em Santa Catarina	Florianópolis	Jaldir B. Faustino da Silva	Reinaldo João Pick
1978	O Colégio Catarinense de Florianópolis, um marco na história da educação em Santa Catarina	Florianópolis	Herber Lebarbechon	Reinaldo João Pick
1978	O Colégio Catarinense de Florianópolis, um marco na história da educação em Santa Catarina	Florianópolis	João Batista Rodrigues	Reinaldo João Pick
1978	O Colégio Catarinense de Florianópolis, um marco na história da educação em Santa Catarina	Florianópolis	Edmundo Acácio Moreira	Reinaldo João Pick
1978	O Colégio Catarinense de Florianópolis, um marco na história da educação em Santa Catarina	Florianópolis	Walter Hilbert Júnior	Reinaldo João Pick
1978	O Colégio Catarinense de Florianópolis, um marco na história da educação em Santa Catarina	Florianópolis	José Warken Filho	Reinaldo João Pick
1978	O Colégio Catarinense de Florianópolis, um marco na história da educação em Santa Catarina	Florianópolis	Miguel Orofino	Reinaldo João Pick
1978	O Colégio Catarinense de Florianópolis, um marco na história da educação em Santa Catarina	Florianópolis	Waldemiro Cascaes	Reinaldo João Pick
1978	O Colégio Catarinense de Florianópolis, um marco na história da educação em Santa Catarina	Florianópolis	Gabriel Antônio Pereira	Reinaldo João Pick
1977	A Educação na Escola Alemã no Vale do Braço do Norte, S.C.	Rio Fortuna	Antônio Gregório Heidemann	Simão Willemann
1978	A Educação na Escola Alemã no Vale do Braço do Norte, S.C.	Rio Fortuna	Frederico Hemkemeier	Simão Willemann
1979	A Educação na Escola Alemã no Vale do Braço do Norte	Braço do Norte	Werner Voss	Simão Willemann
1978	A Educação na Escola Alemã no Vale do Braço do Norte	Rio Fortuna	Huberto Dirksen	Simão Willemann
1978	A Educação na Escola Alemã no Vale do Braço do Norte	Rio Fortuna	José Boeing	Simão Willemann
1977	A Educação na Escola Alemã no Vale do Braço do Norte	Rio Fortuna	Augustinho Wiggers	Simão Willemann
1979	O desenvolvimento da Construção Naval em Itajaí, S.C., uma resposta ao mercado local, 1900 à 1950.	Itajaí	Emílio Lentz	Joana Maria Pedro Machado
1977	O desenvolvimento da Construção Naval em Itajaí, S.C., uma resposta ao mercado local, 1900 à 1950.	Itajaí	Antonio Francisco Capela	Joana Maria Pedro Machado
s/d	O desenvolvimento da Construção Naval em Itajaí, S.C., uma resposta ao mercado local, 1900 à 1950.	Itajaí	José de Araújo Roslindo	Joana Maria Pedro Machado
1979	Administração do Município de Vacaria	Vacaria (RS)	Clodoveu Vieira Pinto	Maria Neli Ferreira Borges
1979	Colonização de Santa Maria, Município de Benedito Novo, S.C.	Santa Maria (RS)	Atilio Zalucka	Walnor Bonifácio de Sena
1978	A Educação na Escola Alemã no Vale do Braço do Norte	Pinheiral	José Antônio e Gregório Ricken	Simão Willemann

1979	Colonização de Santa Maria, Município de Benedito Novo, S.C.	Santa Maria (RS)	Amadeu Buzzi	Walmor Bonifácio de Sena
s/d	Colonização de Santa Maria, Município de Benedito Novo, S.C.	Santa Maria (RS)	Antônio Malinowisk	Walmor Bonifácio de Sena
1979	A Pesca: Tradição e Industrialização	Gov. Celso Ramos	Francisco Pedro da Costa Júnior	Ana Lúcia Coutinho
1979	Administração Estadual	Florianópolis	Aderbal Ramos da Silva	Selço de Mattos
1979	A Campanha do Conestado	Florianópolis	Djalma Coelho dos Santos	Maria Regina Boppré
1979	A Igreja e a Política em Santa Catarina	Florianópolis	Edgard de Oliveira	Maria de Fátima Sabino
s/d	Documentação Histórica	Florianópolis	Pedro José da Cunha Filho	Enite T. S. Dutra
1979	A Empresa Carl Hoepcke	Florianópolis	Heitor e Lima e João Baptista Bonassis	Ligia de Oliveira Czesnat
1979	Porto de Vitória do Espírito Santo	Vitória (ES)	Wallace Bresciani	Maria da Penha Siqueira

Fonte: Djanira M. M.; CORRÊA, Carlos Humberto P.; PIAZZA, Walter F. Catálogo de Entrevistas. Florianópolis: UFSC, 1980.

Observação: As entrevistas aqui organizadas em tabela foram dispostas de acordo com a ordem estabelecida no Catálogo de Entrevistas. Sendo assim, aquelas que aparecem sem data definida, aparecem da mesma forma no catálogo supracitado.

Apêndice III: Dissertações sobre Santa Catarina na área de História defendidas na UFSC que utilizaram a história oral (1978-1982).

Ano de defesa	Autor/Autora	Título do trabalho	Orientador
1978	ANDRADE, Djanira Maria Martins de	A influência da Ponte Hercílio Luz no desenvolvimento da Ilha de Santa Catarina	Lawrence James Nielsen
1979	BARRETO, Maria Theresinha Sobierajski	Os poloneses do Alto Vale do Rio Tijucas: um estudo de história demográfica (1880-1950)	Marly Anna F. B. Mira
1979	COLOMBI, Luiz Vendelino	Industrialização de Blumenau: o desenvolvimento da Gebrüder Hering, 1880-1915	George Philip Browne
1979	HACK, Osvaldo Henrique	A história da Igreja Presbiteriana em Florianópolis, 1898-1930	Lawrence James Nielsen
1979	MONTEIRO, Jacyr	Nacionalização do ensino em Santa Catarina (1930-1940)	Walter Fernando Piazza
1979	PETRY, Sueli Maria Vanzuita	Os clubes de caça e tiro em Blumenau	George Philip Browne
1979	PICK, Reinaldo João	O Colégio Catarinense, um marco na história da educação em Santa Catarina	Errol Dean Jones
1979	SANTOS, Roselys Izabel Corrêa dos	Colonização italiana no Vale do Itajaí-Mirim	Paulo Fernando Araújo Lago
1979	VIEIRA, Amazile de Holanda	O Instituto Polytechnico no contexto sócio-cultural de Florianópolis	Paulo Fernando Araújo Lago
1980	CZESNAT, Lígia de Oliveira	As estruturas das atividades comerciais da empresa de Carl Hoepcke & Cia. no contexto catarinense	Kendall Walker Brown
1980	FARIAS, Vilson Francisco	A Freguesia da Enseada de Brito: evolução histórica-demográfica de 1778 a 1907	Lawrence James Nielsen
1981	PRATES, Arlete Maria Maykot	Atuação estatal no cooperativismo agrícola catarinense: o caso da Cooperativa Regional Alfa (1957-1979)	Ernesto Aníbal Ruiz
1982	COELHO, Pedro Paulo Waltrick	O desenvolvimento da pecuária bovina de Lages	Ernesto Aníbal Ruiz

Fontes: Fichas organizadas pela pesquisadora Janice Gonçalves disponíveis em seu arquivo pessoal (GONÇALVES, 2006).

Anexo I: *Notícia publicada no Jornal Universitário da UFSC*

HISTÓRIA ORAL-TEORIA E TÉCNICA

O livro *História Oral — Teoria e Técnica*, de Carlos Humberto P. Corrêa, da Coleção Ensaio Catarinense, foi lançado sexta-feira, dia 22, no hall da Reitoria da UFSC, em ato que contou com a presença de diversas autoridades culturais, chefes de departamentos, amigos e familiares do autor. O reitor Caspar Erich Stemmer, presidiu a solenidade, fazendo referências ao autor e ao trabalho que vem desenvolvendo na UFSC. Disse que “a pós-graduação tem revelado seus primeiros frutos”. É que as obras da Coleção dos Ensaio Catarinenses têm mostrado as teses dos alunos dos cursos de pós-graduação.

História Oral, mostra que “a falta de documentação escrita, ocasionada muitas vezes, pela má organização ou mesmo inexistência de arquivos públicos e particu-



lares relativos ao período republicano brasileiro, torna urgente a necessidade da obtenção de outros tipos de fontes, como é a da *História Oral*. A utilização da sua técnica só recentemente está sendo utilizada pelos pesquisadores bra-

sileiros, assim mesmo com reservas, apesar de já se largamente empregada em outros países, para a obtenção de fontes históricas orais, através de entrevistas com pessoas que, normalmente, não teriam condições de deixar escrito o testemunho de suas experiências ou vivências em acontecimentos importantes da vida regional ou mesmo nacional”.

Esta é a quarta obra da Coleção que faz parte de um Projeto cujo objetivo é colocar à disposição de todos os brasileiros, os trabalhos e as pesquisas nascidas do esforço catarinense. A Coleção foi buscar nas dissertações de mestrado da UFSC, um dos caminhos ainda não percorridos até agora para difundir os acontecimentos gerados pelos recursos humanos que temos à disposição em Santa Catarina.

Fonte: Jornal Universitário, setembro de 1978, p.11. Florianópolis: UFSC.

Anexo II: *Resenha publicada no Jornal Universitário da UFSC.*

História Oral: Teoria e Técnica

Dentro da coleção “Ensaaios Catarinenses”, que visa dar à publicação as dissertações de mestrado, a Universidade Federal de Santa Catarina acaba de editar o livro **História oral: teoria e prática**, do professor Carlos Humberto P. Corrêa.

O campo da História Oral está totalmente aberto e a bibliografia é mínima. E, dentro do Brasil, praticamente só esta Universidade, e desde 1974, vem se preocupando com o assunto.

O livro é uma tentativa — vitoriosa — de apresentar, sob a forma científica, mas ao mesmo tempo didática e acessível — todos os fatores e problemas que se ligam ao assunto.

O autor inicia o trabalho a partir do próprio conceito: “História Oral é a designação dada ao conjunto de técnicas utilizadas na coleção, preparo e utilização de memórias gravadas para servirem de fonte primária a historiadores e cientistas sociais, memórias de pessoas que, por si só, não teriam condições de deixar testemunhos escritos ou orais” (p.13).

Como proceder, para que essa gravação atinja os seus objetivos é o conteúdo do livro que está estruturado nos dois pilares da HO: a espontaneidade do registro da informação gravada e a intencionalidade de preservação para o futuro.

Nos capítulos II e III, o professor Corrêa apresenta a teoria, o preparo e a técnica de uma entrevista que deve, sempre, considerar “relevante” a vivência pessoal, uma e inédita, sem questionário previamente elaborado bem como evitar a possibilidade de respostas previstas (p.25). Um questionário previamente elaborado “é completamente contra-indicado, pois tal técnica limita o entrevistador e o entrevistado, inutilizando o aspecto informal que caracteriza o relacionamento entre ambos” (p.30/31).

Colhida a entrevista, vem, agora, a etapa da transcrição do documento, “etapa mais penosa do trabalho de História Oral

pois exige cerca de 12 horas de trabalho para cada hora de gravação. Nesse capítulo são estudadas as fases da transcrição, a limpeza do texto, a revisão pelo entrevistado, a indexação e a catalogação.

A partir da página 17, o Autor passa a estudar o arquivamento, a legislação e a ética acompanhando o detalhamento com formulários para Termos de Doação e Recibo de Entrevista.

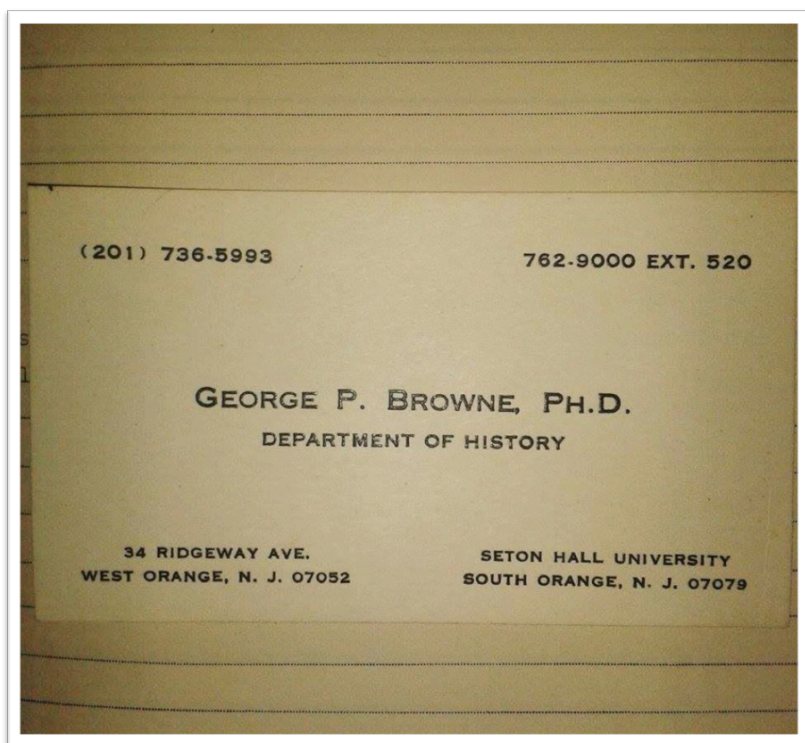
O livro conclui sugerindo a forma de utilização da HO utilização que é vista “com reservas” foram dos cursos de Pós-Graduação porque “o nosso estudante, em geral, não possui maturidade suficiente e um perfeito embasamento científico para que o pesquisador do futuro — ele próprio, o aluno de hoje, tenha um perfeito conhecimento histórico dos dias de hoje ou do passado recente” (p.81).

Com **História oral: teoria e prática**, não só o professor Carlos Humberto P. Corrêa, como a própria Universidade Federal de Santa Catarina, através do seu Curso de Pós-Graduação em História, enveredaram por um caminho absolutamente pioneiro. Tanto a instituição quanto o livro prestam um serviço de altos méritos ao levarem para dentro da História os próprios protagonistas fazendo com que a memória nacional — tão desmemoriada — se reforce com a alma e o coração de muitos brasileiros que ficaram à margem da interpretação do fato e do fenômeno histórico, embora, dele tenham participado contribuindo para que a nossa Pátria seja o que realmente é.

O livro, além do mérito de convencer da real necessidade da presença de vivências pessoais para a análise e a interpretação do fato histórico, é um roteiro seguro e prático para que o pesquisador capte, através da tecnologia e da técnica, essas vivências “únicas e inéditas”.

Celestino Sachet

Anexo III: *Imagem do Cartão de Visitas de George P. Browne.*



Fonte: Arquivo pessoal de Simão Willemann.

Anexo IV: *Imagem do caderno de anotações de Willemann*

[illegible]

NOTAÇÕES

Pessoas que possuem petreiros - Curitiba

1. Adolfo Blase - professor - F. T.
End - Vaca grande - Manuel Riles
Paracua.
2. Roberto Heinicke - professor.
End. Santa Margarida - Fano - St.
3. Karthiko Wiggins - professor
End?
4. Jacobo Schmitt - professor
End. Brazo de Norte.
5. Franz Graf Gschel - (curator)
End. Maravilha?
6. Joe Baum - Professor
End. Rio Fortuna photo
7. Roberto Vanper - professor - R Fortuna. photo
Almor.
1. Klaus von Sauer - Rio Fortuna?
2. Peter Schmitz - R. pol. rola -
St. Marinho
3. Jacobo Schmitt - R. Bravo?
R. Fortuna
4. Gen. Theodor Bauming - St. Jori
Brazo de Norte.

5. Edmunds Herrell - Rio Fortuna ?
- (39) 6. Melicio Yuen Kuenis - Rio Fortuna pto
7. Bernardo J. Roeder - Rio Fortuna pto
- (29) 8. Adriano Beckmann - Rio Fortuna pto
- (19) 9. Augustus Wigger - Rio Fortuna pto
10. Geraldine Cook - Braso do Norte ?
11. Bernardo Westphalen - Braso do Norte ?
- (89) 12. Daniel Brummig - Braso do Norte pto
- (7) 13. Jua Antonio Dinkel ^{pois Bitter} - Braso do Norte pto
14. Rudolph Wilken - São Martinho
15. Cam. Germano Lites - R. Fortuna
16. Cam. Jori Klug - São Luiz
17. Hans Jori Cook - ?
18. Hans Volentin Cook - Figueira -
19. St. Hanso Nickes - Figueira
- (49) 20. Wilhelms Dinkel - R. Fortuna - pto
- (92) 21. Werner Joss ^{ANTONIO} - Ponderal - P.M. pto
- (18) 22. Rainoldo M. Mohr - Br. do Norte Rio Colorado pto
23. Ricardo Wittenrich - Br. do Norte (ponto)
- (59) 24. Guilherme Guepulaoh - Br. do Norte - pto
- (39) 25. Pedro Klippel - Br. do Norte - pto
- (59) 26. Gabriel Ackmann - Br. do Norte pto
27. João M. Mohr - Br. do Norte

Fonte: Arquivo pessoal de Simão Willemann.